

Gabriela Camargo de Oliveira

**A segunda geração de latino-americanos na
Região Metropolitana de São Paulo**

Campinas, 2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

GABRIELA CAMARGO DE OLIVEIRA

**A SEGUNDA GERAÇÃO DE LATINO-AMERICANOS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA AO INSTITUTO
DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRA EM DEMOGRAFIA
ORIENTADORA: PROFA. DRA.
ROSANA BAENINGER**

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

OL4s	<p>Oliveira, Gabriela Camargo de, 1982- A segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo / Gabriela Camargo de Oliveira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012</p> <p>Orientador: Rosana Aparecida Baeninger Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>1. Filhos de imigrantes - São Paulo, Região Metropolitana de (SP). 2. Latino-americanos - Países estrangeiros. 3. Imigrantes - São Paulo, Região Metropolitana de (SP). 4. São Paulo, Região Metropolitana de (SP) - Migração. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
------	---

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The second generation of latinos in São Paulo Metropolitan area

Palavras-chave em inglês:

Children of immigrants - São Paulo Metropolitan Area (SP)

Latin Americans - Foreign countries

Immigrants - São Paulo Metropolitan Area (SP)

São Paulo Metropolitan Area (SP) - Emigration and immigration

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Oswaldo Mario Serra Truzzi

Tirza Aidar

Data da defesa: 27-06-2012

Programa de Pós-Graduação: Demografia

Gabriela Camargo de Oliveira

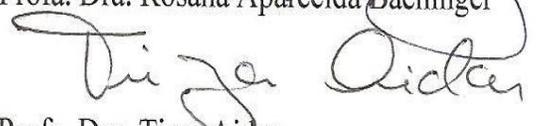
**A segunda geração de latino-americanos
na Região Metropolitana de São Paulo**

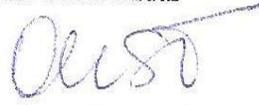
Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof. (a) Dr. (a) Rosana Baeninger, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Demografia.

Este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada em, 27/06/2012.

Banca:


Prof. Dra. Rosana Aparecida Baeninger


Prof. Dra. Tirza Aidar


Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi

Prof. Dra. Szilvia Simai Miareli Mesquita – suplente

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo - suplente

CAMPINAS/2012

Resumo

O novo fluxo imigratório para o Brasil, caracterizado pela forte presença de latino-americanos, data de pelo menos 40 anos. Um contingente expressivo de famílias imigrantes se formou em São Paulo, tanto em função do processo de reunificação familiar, quanto devido à formação de novas famílias. Esses processos trazem à tona a questão da segunda geração e a geração 1.5. Conforme definido por Waters, Kasinitz, Mollenkopf (2004), a segunda geração e a geração 1.5 são compostas por pessoas cujos pais eram imigrantes, mas que nasceram ou foram substancialmente criadas no país receptor. Mas apesar da presença visível dessa nova geração em São Paulo, pouco se conhece sobre esses "novos" brasileiros. Esse estudo visa conhecer a segunda geração dos imigrantes latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo. Para tal, analisa as informações do Censo Demográfico 2000 sobre a segunda geração de latino-americanos, a distribuição de estudantes estrangeiros a partir do Censo Escolar 2010 e os dados coletados em pesquisa de campo com alunos de uma escola pública em São Paulo.

Abstract

The new immigrant flow to Brazil, characterized by the strong presence of Latin American, dated at least 40 years ago and nowadays an expressive number of families were formed in Sao Paulo city, result of the reunification process and formation of new families. This fact that raises the question about the second and the 1.5 generation of immigrants. As defined for Waters, Kasinitz, Mollenkopf (2004), second and the 1.5 generation are people whose parents were immigrants but who themselves were born or substantially raised in receiving country. But despite the presence of the Latin American second generations in Sao Paulo, especially in many schools, little is known about it. Therefore, this study concerns about the second generation of Latin American in Sao Paulo Metropolitan Area, through the examination of the 2000 Census data e and data collected in field research.

Para as pessoas na minha vida,
à minha mãe,
ao Felipe, metade de mim.

Agradecimentos

À FAPESP pelo apoio a este trabalho.

A todos os funcionários e professores do NEPO (Núcleo de Estudos de População), grupo do qual tive o imenso prazer de conviver.

À Professora Marta Avezedo pela leitura atenciosa do material de qualificação e contribuições ao longo de todo o processo.

À Maria Ivonete, sempre atenciosa e divertida, pois junto a um grande profissional sempre há um excelente assistente.

A todos os colegas da turma 2010, dividir esse momento com vocês foi especial.

À Juliana Dominguez, colega de classe, de quarto e de muitas risadas, descobrir essa amizade foi muito gostoso. Agradeço pela amizade, longas conversas, companheirismo e muito mais, que foram essenciais nos momentos gostosos e nos mais difíceis também.

À Karina Silveira pela amizade, pelos cafés, *afterhours*, e muitas outras coisas.

À Roberta Peres, a qual falta palavras para agradecer, sem a qual esse trabalho não seria o mesmo, pela amizade, pelos almoços e discussões produtivas.

Ao meu irmão Thiago que me sempre inspirou e incentivou. Sem você esse mestrado não teria acontecido.

À Sabrina Almeida, melhor amiga e irmã de alma, por ouvir as profundezas do meu coração e sempre estar ao meu lado.

À minha grande família (Camargo e Poletti), que me faz sempre mais feliz.

Ao meu pai, meu primeiro amor, que sempre soube meu destino e desde o início lutou por ele. Por me ensinar o amor pelo estudo, dedicação, perseverança e a ser feliz.

Ao meu avô, pai de coração, que se foi nesse meio tempo e deixou um imenso vazio, mas a certeza de seu legado dentro do meu coração.

À minha avó, minha mãe doce, por estar sempre ao meu lado.

À minha querida mãe, por ser minha amiga, companheira de todas as horas, por ter sempre uma palavra de alívio. Que me ensinou que tudo é possível e precisamos encarar a vida de frente. Aquela com quem sempre posso contar e a quem devoto o meu mais imenso amor. Porque quem é filha também sabe o que é amor incondicional.

Ao meu amigo, namorado, marido Felipe, que tornou esse sonho possível. Por me incentivar, por me animar, estar ao meu lado, por me entender, por estar em minha vida, sempre. Amor infinito, amizade eterna. Porque com você o meu mundo fica completo.

À Rosana Baeninger, minha orientadora, pela competência, pelo carinho, pela atenção e principalmente por acreditar em mim. Por tornar tudo mais simples e me ensinar desde as pequenas coisas até as mais difíceis.

Sumário

Introdução.....	19
Capítulo 1 – Estudos de segunda geração em perspectiva.....	23
1.1 – O fluxo latino-americano em São Paulo.....	23
1.2 – O conceito de segunda geração e sua importância para entender o fenômeno migratório.....	28
1.3 – Estudos de segunda geração nos Estados Unidos da América.....	48
1.4 – Estudos de segunda geração no Brasil.....	56
Capítulo 2 – As consequências indiretas da migração: a segunda geração de latino-americanos e geração 1.5 em São Paulo.....	69
2.1 – Panorama da imigração em São Paulo.....	69
2.2 – A segunda geração e a geração 1.5 no Censo 2000.....	78
2.2.1 – Características dos domicílios latino-americanos.....	81
2.2.2 – A geração 1.5 e a segunda geração.....	94
2.3 – Material e metodologia.....	120
Capítulo 3 – A segunda geração de bolivianos, paraguaios e peruanos: um estudo a partir da rede pública de ensino.....	123
3.1 – Relato da pesquisa de campo e metodologia.....	123
3.2 – A distribuição dos alunos estrangeiros segundo o Censo Escolar 2010.....	127
3.3 – A presença da segunda geração na escola: uma visão institucional.....	135
3.4 – A geração 1.5 e a segunda geração na escola-alvo da pesquisa.....	142
Considerações finais.....	195

Referências bibliográficas.....	199
Anexos.....	207

Índice de Tabelas, Gráficos, Figuras e Quadros

Tabela 1 – Estoque de estrangeiros no Estado de São Paulo.....	70
Tabela 2 – Principais nacionalidades na RMSP 2000.....	72
Tabela 3 – Principais nacionalidades na RMSP 1991.....	72
Tabela 4 – Mercosul Ampliado na RMSP 2000.....	73
Tabela 5– Mercosul Ampliado na RMSP 1991.....	73
Tabela 6 – Relação com o responsável pelo domicílio por nacionalidade mercosulina, RMSP 2000.....	77
Tabela 7 – Pessoas no domicílio por nacionalidade mercosulina, RMSP 2000.....	82
Tabela 8 – Geração 1.5 segundo país de nascimento, RMSP 2000.....	96
Tabela 9 – Segunda geração de latino-americanos por país de nascimento, São Paulo, 2011.....	143
Tabela 10 – Segunda geração de latino-americanos por nacionalidade dos pais, São Paulo, 2011.....	144
Tabela 11 – Segunda geração de latino-americanos por cidade de nascimento, São Paulo, 2011.....	145
Tabela 12 – Segunda geração de latino-americanos por idade declarada em anos, São Paulo, 2011.....	146
Tabela 13 – Segunda geração de latino-americanos por idade ao chegar no Brasil, São Paulo, 2011.....	147
Tabela 14 – Segunda geração de latino-americanos segundo ano de chegada ao Brasil, São Paulo, 2011.....	148
Tabela 15 – Segunda geração de latino-americanos segundo tempo de residência, São Paulo, 2011.....	149

Gráfico 1 – Razão de sexo segundo nacionalidade, RMSP, 2000.....	92
Gráfico 2 – Razão de dependência/Índice de envelhecimento/Porcentagem de jovens segundo nacionalidade, RMSP, 2000.....	93
Gráfico 3 – Nacionalidade da segunda geração argentina, RMSP, 2000.....	95
Gráfico 4 – Segunda geração argentina, segundo rede de ensino, RMSP, 2000.....	97
Gráfico 5 – Segunda geração argentina, segundo inserção na rede de ensino, RMSP, 2000.....	98
Gráfico 6 – População residente em domicílio com responsável ou cônjuge argentino, segundo sexo e idade, RMSP, 2000.....	99
Gráfico 7 – Nacionalidade da segunda geração boliviana, RMSP, 2000.....	100
Gráfico 8 – Segunda geração boliviana, segundo rede de ensino, RMSP, 2000.....	101
Gráfico 9 – Segunda geração boliviana, segundo inserção na rede de ensino, RMSP, 2000.....	102
Gráfico 10 – População residente em domicílio com responsável ou cônjuge boliviano, segundo sexo e idade, RMSP, 2000.....	103
Gráfico 11 – Nacionalidade da segunda geração chilena, RMSP, 2000.....	105
Gráfico 12 – Segunda geração chilena, segundo rede de ensino, RMSP, 2000.....	106
Gráfico 13 – Segunda geração chilena, segundo inserção na rede de ensino, RMSP, 2000.....	107
Gráfico 14 – População residente em domicílio com responsável ou cônjuge chileno, segundo sexo e idade, RMSP, 2000.....	108
Gráfico 15 – Nacionalidade da segunda geração paraguaia, RMSP, 2000.....	109
Gráfico 16 – Segunda geração paraguaia segundo rede de ensino, RMSP, 2000.....	110
Gráfico 17 – Segunda geração paraguaia, segundo inserção na rede de ensino, RMSP, 2000.....	111
Gráfico 18 – População residente em domicílio com responsável ou cônjuge paraguaio, segundo sexo e idade, RMSP, 2000.....	112
Gráfico 19 – Nacionalidade da segunda geração peruana, RMSP, 2000.....	113
Gráfico 20 – Segunda geração peruana, segundo rede de ensino, RMSP, 2000.....	114

Gráfico 21 - Segunda geração peruana, segundo inserção na rede de ensino, RMSP, 2000.....	115
Gráfico 22 - População residente em domicílio com responsável ou cônjuge peruano, segundo sexo e idade, RMSP, 2000.....	116
Gráfico 23 - Nacionalidade da segunda geração uruguaia, RMSP, 2000.....	117
Gráfico 24 - Segunda geração uruguaia, segundo rede de ensino, RMSP, 2000...	118
Gráfico 25 - Segunda geração uruguaia, segundo inserção na rede de ensino, RMSP, 2000	119
Gráfico 26 - População residente em domicílio com responsável ou cônjuge uruguaio, segundo sexo e idade, RMSP, 2000.....	120
Gráfico 27 - Dez nacionalidades com maior presença, segundo rede de ensino do Estado de São Paulo, 2010.....	129
Gráfico 28 - Municípios com presença latino-americana com exceção de São Paulo, Estado de São Paulo, 2010.....	130
Gráfico 29 - Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade), segundo rede de ensino da RMSP, 2010.....	131
Gráfico 30 - Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade) por nacionalidade, segundo rede de ensino do RMSP, 2010.....	132
Gráfico 31 - Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade) por ano de nascimento, segundo rede de ensino da RMSP, 2010.....	133
Gráfico 32 - Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade) por série que frequentava segundo rede de ensino da RMSP, 2010.....	134
Gráfico 33 - Segunda geração de latino-americanos, segundo grau de habilidade no idioma de origem, São Paulo, 2011	151
Gráfico 34 - Segunda geração de latino-americanos, segundo idioma mais falado, São Paulo, 2011	153
Gráfico 35 - Segunda geração de latino-americanos, de acordo com a frequência na qual fala outro idioma, São Paulo, 2011	154

Gráfico 36 – Segunda geração de latino-americanos, segundo a série de ensino, São Paulo, 2011.....	155
Gráfico 37 – Segunda geração de latino-americanos, de acordo com a aspiração de cursar faculdade, São Paulo, 2011.....	158
Gráfico 38 – Segunda geração de latino-americanos, segundo país no qual pretende fazer faculdade, São Paulo, 2011.....	160
Gráfico 39 – Segunda geração de latino-americanos, segundo motivo para trabalhar, São Paulo, 2011.....	165
Gráfico 40 – Segunda geração de latino-americanos, de acordo com o ramo de trabalho, São Paulo, 2011.....	167
Gráfico 41 – Segunda geração de latino-americanos, segundo nacionalidade dos amigos, São Paulo, 2011.....	168
Gráfico 42 – Segunda geração de latino-americanos, segundo frequência em festas de homenagem ao país de origem, São Paulo, 2011.....	170
Gráfico 43 – Segunda geração de latino-americanos, segundo lugar que pretende morar no futuro, São Paulo, 2011.....	174
Gráfico 44 – Segunda geração de latino-americanos, segundo vontade de morar no país de origem, São Paulo, 2011.....	175
Gráfico 45 – Segunda geração de latino-americanos, segundo autoidentificação nacional, São Paulo, 2011.....	178
Gráfico 46 – Segunda geração de latino-americanos, segundo percepção de discriminação, São Paulo, 2011.....	181
Gráfico 47 – Segunda geração de latino-americanos, segundo motivo da discriminação, São Paulo, 2011.....	183
Gráfico 48 – Segunda geração de latino-americanos, segundo percepção de discriminação, São Paulo, 2011.....	185
 Figura 1 – Estrutura etária da população estrangeira da RMSP, 2000.....	 74

Figura 2 - Distribuição da pessoa que residiam em domicílios com presença estrangeira, RMSP, 2000.....	84
Figura 3 - Relação com o responsável pelo domicílio, por nacionalidade, RMSP, 2000.....	86
Figura 4 - Idade média nos domicílios segundo nacionalidade, RMSP, 2000.....	88
Figura 5 - Estrangeiros latino- americanos, segundo estoque, RMSP, 2000.....	90
Figura 6 - Segunda geração de latino-americanos, segundo idioma do país de origem, São Paulo, 2011.....	150
Figura 7 - Segunda geração de latino-americanos, segundo grau de habilidade em Língua Portuguesa, São Paulo, 2011.....	159
Figura 8 - Segunda geração de latino-americanos, segundo inserção no mercado de trabalho, São Paulo, 2011.....	164
Figura 9 - Segunda geração de latino-americanos, segundo contato com brasileiros e estrangeiros, São Paulo, 2011.....	170
Figura 10 - Segunda geração de latino-americanos, segundo local e pessoa pela qual foi discriminada, São Paulo, 2011.....	182
Quadro 1.....	189

Introdução

Esta dissertação compõe o projeto mais amplo denominado “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado”, financiado pela FAPESP/CNPq e desenvolvido no NEPO/UNICAMP. Contou com apoio financeiro da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo n.2010/03582-2).

O fluxo migratório latino-americano tem marcado sua presença em São Paulo desde os anos 1940, com especial atenção a partir dos anos 1970. Advindos principalmente de países como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, esses fluxos têm aumentado em anos recentes (Silva, 1998; Silva, 2008, Paiva, 2007, Patarra e Baeninger, 2005). Diante dessa nova realidade, proliferaram-se no meio acadêmico estudos que se propunham a conhecer e entender esses novos imigrantes na cidade de São Paulo¹.

Passados 40 anos desde o começo do incremento do fluxo latino-americano para São Paulo, a comunidade latino-americana na metrópole é grande e vem crescendo cada vez mais. Nesse sentido, os imigrantes latino-americanos têm construído suas vidas em São Paulo, permanecendo, indo e voltando e constituindo famílias e filhos no Brasil. O que nos leva à problemática da chamada “segunda geração de imigrantes”.

A segunda geração de imigrantes pode ser definida como a geração de filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor. A segunda geração são pessoas as quais os pais eram imigrantes, mas que nasceram ou foram substancialmente criadas no país receptor (Waters, Kasinitz, Mollenkopf, 2004).

¹ Silva, 1998; Silva, 1999; Silva, 2008; Paiva, 2007; Patarra e Baeninger, 2006; Patarra, 2009; Baeninger, 2001; Freitas, 2009; Xavier, 2010; Sala, 2005.

Segundo Portes, Halles e Fernandez-Kelly (2008), os estudos sobre a segunda geração de imigrantes são importantes, pois os efeitos de longo prazo da imigração numa sociedade seriam determinados mais pela segunda geração do que pela primeira. Portanto esse trabalho se propõe a estudar essa nova segunda geração, a segunda geração de latino-americanos em São Paulo.

Comparados aos estudos realizados sobre a primeira geração de imigrantes, são escassos os estudos realizados focando especificamente as crianças imigrantes. Portanto essa dissertação busca, sobretudo, demonstrar como os estudos sobre segunda geração foram emergindo no cenário nacional e internacional, bem como sua importante contribuição para o entendimento do fenômeno migratório e suas consequências na sociedade receptora. Para tal, são analisadas as informações do Censo Demográfico 2000, com objetivo de captar e caracterizar a segunda geração de imigrantes do fluxo migratório latino-americano para São Paulo; as informações sobre estrangeiros no Censo Escolar 2010 e as informações coletadas em pesquisa de campo realizadas com a segunda geração em questão.

Diante do conjunto de reflexões sobre a segunda geração e seu processo de assimilação na sociedade receptora, muitas questões se levantam mas uma certeza persiste: a segunda geração e seu processo de assimilação são extremamente fundamentais para a compreensão do fenômeno migratório.

Portanto o objetivo desse trabalho é iniciar a discussão acerca da segunda geração de imigrantes latino-americanos no Brasil e apreender como é constituída essa geração na Região Metropolitana de São Paulo, buscando compreender o fenômeno migratório a partir das diferentes gerações. Mais especificamente, visando compreender melhor como se compõe as famílias imigrantes e os desdobramentos do processo migratório para a segunda geração e para a sociedade receptora. Partindo da hipótese que o fenômeno migratório

tem implicações multigeracionais, ou seja, afeta não apenas a primeira geração, mas também as gerações seguintes.

Para tal, no primeiro capítulo é feita uma retomada dos estudos de segunda geração, passando por sua discussão teórica e sua importância, para depois retomar os estudos de segunda geração nos Estados Unidos da América e no Brasil.

No segundo capítulo a segunda geração é apresentada em termos numéricos, a partir da análise dos dados do Censo Demográfico 2000, na Região Metropolitana de São Paulo, com o objetivo de se buscar descrever e demonstrar a importância do grupo para entender a questão migratória.

No terceiro capítulo são apresentadas e discutidas as informações coletadas por meio de pesquisa de campo com a segunda geração de latino-americanos que estudavam em escolas públicas da cidade de São Paulo; bem como as informações sobre estrangeiros no Censo Escolar 2010. As informações são analisadas com objetivo de trazer luz à questão de quem é essa segunda geração e iniciar o debate sobre a presença da segunda geração de latino-americanos em São Paulo.

Capítulo 1 – Estudos de segunda geração em perspectiva

1.1 – O fluxo latino-americano em São Paulo

Segundo Patarra (2006), a partir dos anos 1970 houve um considerável aumento dos movimentos intra-regionais no Brasil, principalmente em relação aos países do Mercosul Ampliado, ou seja, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. No que concerne a esse movimento, os mesmos seriam, de modo geral, históricos e bastante complexos, envolvendo tanto os espaços fronteiriços como intercontinentais. Ademais, a entrada desses novos contingentes imigrantes teria se destinado principalmente para as regiões fronteiriças e para as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir da segunda metade do século 20, segundo Paiva (2007), São Paulo passou a receber fluxos imigratórios de perfil diferente dos tradicionais fluxos do começo do século (Bassanezi, 1996), embora em menor quantidade. Imigrantes provenientes da América Latina – principalmente de países que compõem o Mercosul – passaram a integrar o movimento de imigração internacional para São Paulo (Paiva, 2007).

Essa nova imigração, em particular para São Paulo, teria começo a partir da década de 1950, com a entrada de estudantes bolivianos e peruanos que vieram se especializar no país, por meio de acordos bilaterais entre o Brasil e esses países (Silva, 2008). De acordo com o autor, a partir de então, nas décadas de 1960 e, principalmente, a partir da década de 1970, a imigração intra-regional começou a se intensificar, tanto por razões políticas quanto por razões econômicas. A mudança no fluxo imigratório poderia ser atribuída, entre outros fatores, pela presença maciça de regimes militares na região sul-americana e ao bom desenvolvimento da economia brasileira em relação aos outros países da América Latina (Silva, 2008).

Na década de 1980, a recessão econômica e a pressão inflacionária fizeram parte do cenário econômico de grande parte dos países da América do Sul, que assistiram ao aumento do índice de desemprego e pobreza (Fiori, 1997). Esse panorama contribuiu para incrementar as históricas imigrações latino-americanas, que até então estavam bem mais circunscritas às áreas de fronteiras (Pellegrino, 1993; Silva, 2008). O país passou, então, a fazer parte dos movimentos imigratórios regionais (Patarra e Baeninger, 2004). Nessa etapa, esses imigrantes vieram, em sua maioria, em busca de trabalhos que não exigissem muita qualificação ou documentação (Silva, 2008).

A década de 1990 foi de ajustes para as economias regionais, que tiveram de se adaptar aos pacotes de recuperação impostos pelo Consenso de Washington e pelo Banco Mundial (Fiori, 1997). Na contramão dessas medidas de liberalização das economias na América do Sul; Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram um acordo de cooperação regional, fortalecendo o elo entre os países (Batista Jr, 2008). O Tratado de Assunção foi assinado no ano de 1991 e criou o Mercosul, que teve como objetivo inicial a redução das barreiras comerciais e, posteriormente, a integração dos mercados regionais. Mais tarde, também passaram a ser signatários do acordo a Bolívia e o Chile. Com o acordo, os países signatários deixaram de exigir passaporte ou visto para atravessar as fronteiras, facilitando o trânsito de pessoas na região (Batista Jr, 2008).

A criação do Mercosul, aliado a outros fatores, foi fundamental para o incremento da imigração de sul-americanos para o Brasil. No período de 1990 a 2000, o Mercosul Ampliado correspondeu a 40% dos imigrantes internacionais documentados que chegaram ao Brasil (Patarra e Baeninger, 2005). Em 1990, o Brasil apresentava 1,1 milhão de estrangeiros, que correspondiam a 6,2% da população total. A América do Sul foi responsável por mais de 40% do estoque

de estrangeiros no Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2000, e o estado de São Paulo foi o principal receptor de imigrantes, principalmente os latino-americanos (Antico, 1998).

No caso de São Paulo, houve um significativo aumento do fluxo de imigrantes latino-americanos a partir dos anos 1970 e desde então o fluxo vem crescendo (Paiva, 2007). Embora São Paulo receba imigrantes provenientes de todo o mundo, a cidade destaca-se pelas migrações da América Latina, onde o maior fluxo de entrada é de bolivianos, paraguaios, argentinos, peruanos, uruguaios e chilenos. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2000, na cidade de São Paulo residiam 7.722 bolivianos, 5.183 argentinos, 5.189 chilenos, 2.277 uruguaios, 1.834 peruanos, 1.420 paraguaios. Em 2010, o Censo Demográfico registrou na cidade de São Paulo apresentou 21.680 bolivianos, 4.699, argentinos, 3.864 chilenos, 3.170 paraguaios, 2.949 peruanos e 1.475 uruguaios como estoque de imigrantes.

A maior parte dos imigrantes latino-americanos em São Paulo veio com o objetivo de trabalhar nos ramos de confecções, comércio e serviços (Silva, 2008). O ramo da costura se tornou o principal entre os latino-americanos devido ao processo de substituição de mão de obra que antes era realizada pelos imigrantes coreanos. Inicialmente foram os bolivianos que ingressaram na atividade e mais tarde os demais sul-americanos (Projeto URB-AL, 2007; Souchaud, 2012).

Segundo estudos realizados por Silva (1999, 2008) os maiores fluxos de estrangeiros latino-americanos em São Paulo na atualidade são de bolivianos, peruanos e paraguaios. Os bolivianos e peruanos se inseriram, principalmente, no mercado de trabalho da indústria de transformação, como as confecções, comércio e saúde, enquanto os paraguaios entraram no mercado de trabalho do artesanato e confecções.

Os imigrantes que residem na cidade de São Paulo, embora sejam de nacionalidades diferentes, têm características em comum: são primordialmente jovens de 18 a 35 anos, em quantidades similares de homens e mulheres, solteiros e com grau de escolaridade médio. Outro estudo realizado por Silva (1998) com dados da Pastoral do Migrante (entidade de apoio aos migrantes) traça um perfil mais detalhado dos bolivianos, chilenos, argentinos, paraguaios, peruanos e uruguaios que ingressaram no país no período entre 1990 e 1998.

A presença latino-americana em São Paulo pode não apenas ser notada nas oficinas de costura e outros locais de trabalho, mas também por meio das festas e feiras organizadas pelas comunidades locais (Silva, 2008). Com o apoio de organizações não governamentais e organizações confessionais, as comunidades latinas realizam festas religiosas e de independência (Projeto URB-AL, 2007; Silva, 2012).

Na Praça da Kantuta, no Pari (Rua das Olarias) é realizada, todos os domingos, uma feira com artesanato e comidas latinas. O local se tornou ponto de referência das diversas culturas andinas na cidade, principalmente bolivianos, e é frequentada por cinco mil pessoas em média por domingo, segundo informações da prefeitura de São Paulo (Xavier, 2012). Na Rua Coimbra, no bairro do Brás, também é realizada uma feira semelhante, aos sábados. O Memorial da América Latina, no bairro da Barra Funda, também se tornou local de disseminação da cultura latina na cidade, onde são realizadas palestras, feiras e festas pátrias. No Polo Cultural Nordeste é realizada a festa boliviana da Virgem de Copacabana. No espaço da Pastoral do Migrante e na Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro do Glicério, também são realizadas importantes festividades para a comunidade imigrante. Outro espaço público bastante utilizado pelos imigrantes são os centros esportivos dos bairros, tendo

muitas comunidades o seu próprio time de futebol (Projeto URB-AL, 2007; Baeninger, 2012).

Porém, apesar da realização dessas festas e da ocupação de alguns espaços públicos, a comunidade de imigrantes latino-americanos ocupa espaços próprios para a construção de sua identidade. São festas e feiras frequentadas praticamente pelos próprios imigrantes, o que faz deles uma população pouco visível na grande metrópole e ainda com difícil inserção na sociedade paulistana.

Segundo estudo realizado pela Prefeitura de São Paulo, as barreiras linguísticas, as diferenças culturais e a falta de documentos seriam os responsáveis pela falta de acesso da população imigrante aos serviços públicos. Além disso, a formação de profissionais para o atendimento a essa população imigrante seria despercebida pela municipalidade (Projeto URB-AL, 2007). Essa invisibilidade aumentaria o processo de exclusão vivenciado por esses imigrantes, documentados ou não, ignorados não apenas pela sociedade civil, mas também pelo poder público.

Segundo Paiva (2007), o número de imigrantes indocumentados bolivianos (maior fluxo) que chega à cidade de São Paulo varia entre 1.200 e 1.500 imigrantes por mês. Ainda segundo o mesmo autor, a ilegalidade é um traço dessa nova corrente de imigrantes. Além disso, as redes sociais estabelecidas pelos bolivianos, paraguaios e peruanos favorecem o aumento da imigração por causa do processo de reunificação familiar e da rede de trabalho construída pelos compatriotas. Há também os agenciadores que recrutam imigrantes no país de origem para trabalhar nesses setores (Paiva, 2007).

Segundo Silva (2008), em São Paulo, com o acordo de regularização de imigrantes entre Brasil e Bolívia de 2005, 18 mil bolivianos entraram com o

processo de regularização e 12 mil entraram com o processo com base em filho ou casamento com cônjuge brasileiro. Segundo dados da Polícia Federal, o número de bolivianos residentes regularmente no país seria de 72 mil. Porém, segundo autor, o Ministério do Trabalho acredita haverem em torno de 60 mil bolivianos não documentados no país. No entanto mesmo a soma das duas informações não coincide com as estimativas do *Centro de Estudios para el Desarrollo del Labor Agrario* (CEDLA), da Bolívia, que em 2005 estimou o número de bolivianos residentes no Brasil em 250 mil.

Portanto, esse fluxo é de difícil mensuração, tanto por apresentar parte importante de imigrantes sem documentação quanto pelas dinâmicas de entrada e saída desses imigrantes.

Independente das diferenças entre os números oficiais e os estimados, a comunidade latino-americana na cidade de São Paulo é grande e vem crescendo cada vez mais, demonstrando um movimento migratório de fluxo constante. A comunidade latino-americana na cidade se estabeleceu ao longo dos últimos 40 anos (Baeninger, 2012) e é presença marcante nos bairros centrais (Projeto URB-AL, 2007).

Apesar do movimento de retorno característico dos fluxos migratórios (Sayad *apud* Silva, 2008), os imigrantes latino-americanos têm construído suas vidas na cidade, permanecendo, constituindo famílias e tendo filhos em São Paulo, o que nos leva à questão da segunda geração.

1.2 – O conceito de segunda geração e sua importância para entender o fenômeno migratório

Nos diferentes estudos analisados na bibliografia nacional sobre imigrantes – descritos na seção 1.4 – é possível notar que o termo “segunda

geração” foi usado de diversas maneiras e nem sempre se referindo ao mesmo grupo de pessoas. Em sua maioria, nesses estudos, os descendentes diretos de imigrantes – aqui considerados como segunda geração – foram retratados como a primeira geração de brasileiros e a segunda geração se referia aos filhos dessa primeira geração. Ademais, o termo descendente foi usado de forma bastante ampla para referir-se a diferentes grupos, gerando um grau de indistinção sobre a geração de imigrantes consideradas (Saito e Maeyama, 1973; Willems, 1980; Boni, 1990; Boni, 1996; Bassanezi, 1996; Confortin, 1996, Oro, 1996).

Ao analisar a bibliografia nacional² também foi possível observar que poucas publicações definem as diferentes gerações e mais, muitas vezes os filhos dos imigrantes - ou seja, brasileiros, foram retratados como pertencentes aos grupos nacionais dos pais - fato esse que dificulta ainda mais a diferenciação das diversas gerações e a compreensão do fenômeno migratório do ponto de vista geracional.

Portanto, com objetivo de evitar tal distorção na definição da geração imigrante, adotou-se a definição de Portes (1996) e Kazinitz, Mollenkopf, Waters (2004) onde a primeira geração é a geração de imigrantes que chegaram já adultos ao país receptor, os imigrantes em si. Já para a segunda geração a definição adotada é a mesma adotada por Portes (1996) e Kazinitz, Mollenkopf, Waters (2004), ou seja, a segunda geração de imigrantes pode ser definida como a geração filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor.

Conforme definido por Waters *et alli* (2004) a segunda geração e a geração 1.5 são filhos de imigrantes, mas que nasceram ou foram

² Autores pesquisados: Willens, 1940; Willens, 1948; Possamai, 2005; Boni, 1980; Truzzi, 1999; Sakurai, 2000; Harada, 2008; Kawahara, 2007; Lesser, 2008; Cardoso, 1973; Demartini, 1999; Silva, 1998; Silva, 2008; Paiva, 2007; Peres, 2009; Guimaraes, 2010.

substancialmente criadas no país receptor. A segunda geração pode ser definida como as crianças que nasceram no país receptor e tinham ao menos um dos pais de origem estrangeira, enquanto a geração 1.5 são as crianças que nasceram no país de origem e migraram com seus pais, realizando parte de sua socialização no país de destino, enquanto crianças ou adolescentes.

(...) A segunda geração e a geração 1.5 – gerações imigrantes... ou seja, pessoas as quais os pais são imigrantes, mas eles mesmos eram nascidos ou foram substancialmente criados nos Estados Unidos ³ (Kazinitz; Mollenkopf; Waters, 2004, p. 1)

Portes (1996), no seu estudo sobre imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos distingue três categorias: 1) as “crianças imigrantes”, 2) as “crianças de imigrantes” e 3) “crianças nativas”:

(...) três categorias distintas: crianças imigrantes, crianças de imigrantes e crianças nativas de pais nativos. A primeira categoria inclui jovens que nasceram no exterior e vieram para os Estados Unidos após a infância para serem criados aqui. A segunda inclui as crianças nascidas nos Estados Unidos de pais imigrantes e as crianças nascidas no exterior mas que vieram ainda muito novos (algumas vezes chamados de geração 1.5). A terceira categoria, crianças nativas de pais nativos, representam a vasta maioria de ambos totais e da população adolescente ⁴ (Portes, 1996, p. ix).

Segundo Portes, Halles e Fernandez-Kelly (2008), os estudos sobre a segunda geração de imigrantes são importantes, pois os efeitos de longo prazo da imigração numa sociedade seriam determinados mais pela segunda geração do que pela primeira.

O motivo que nos levou a voltar nossa atenção para os filhos foi a constatação de que os efeitos de longo prazo da imigração na sociedade norte-americana seriam determinados menos pela primeira do que pela segunda geração (Portes, Halles, Fernandez-Kelly, 2008, p. 13).

³ Tradução livre do trecho: “(...) *second- and ‘1.5’ – generation immigrants... that is, people whose parents were immigrants but who themselves were born or substantially raised in United States.*” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 1)

⁴ Tradução livre da autora: “(...) *three distinct categories: immigrant children, children of immigrants, and native-born children of native parentage. The first category includes youth who are born abroad and come to the United States after early infancy to be raised here. The second includes native-born children of immigrant parents and children born abroad who came at very early age (sometimes called the 1.5 generation). The third, native-born children of native parentage, represents the vest majority of both the total and adolescent populations.*” (PORTES, 1996, p. ix)

Para esses autores, os imigrantes de primeira geração seriam flutuantes, ora no país receptor ora no país de origem, estariam na sociedade, mas não fariam parte dela; já os filhos desses imigrantes estariam para ficar no país, como cidadãos. Além disso, seria a segunda geração a determinar a manutenção ou não de práticas culturais originárias.

Assim, os autores destacam, que estudar a segunda geração de imigrantes é tão importante quanto estudar a primeira geração. Além disso, seria preciso compreender como a segunda geração tem se inserido na sociedade receptora e que relações mantêm com a comunidade local para entender os efeitos da imigração para a sociedade.

Imigrantes de primeira geração sempre foram um grupo muito flutuante, hoje aqui e amanhã já de partida, na sociedade, porém não ainda parte dela. Em contraste, seus filhos nascidos e criados nos Estados Unidos estão nesse país, sem a menor dúvida, para ficar e, como cidadãos, estão inteiramente habilitados a ter “voz” no sistema político norte-americano (no sentido do termo utilizado em Hirschman [1970]). Portanto, o decurso de sua adaptação determinará, mais do que outros fatores, no longo prazo, o destino dos grupos étnicos gerado pelos imigrantes de hoje (Portes, Halles, Fernandez-Kelly, 2008, p. 13).

Segundo Portes *et alli* (2008), no caso dos Estados Unidos, a hipótese da assimilação uniforme não se aplicaria à “nova segunda geração”⁵, os descendentes da corrente imigratória latina e asiática, pois os mesmos não estariam sendo assimilados do mesmo modo que as correntes imigratórias anteriores. Portanto, teria havido mudanças nas formas de assimilação desde os primeiros estudos sobre assimilação de imigrantes. A hipótese dos autores é de que ao contrário do que aconteceu com a segunda geração de imigrantes do pós- Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a “nova segunda geração” não estaria sendo assimilada ao *mainstream* de forma uniforme como foi a segunda geração do fluxo imigratório europeu.

⁵ O termo “nova segunda geração” se refere à segunda geração do fluxo migratório pós-1965 para os Estados Unidos, que é predominantemente latino e asiático. Diferenciando-se do termo segunda geração, muitas vezes associado ao fluxo imigratório europeu do começo do século 20 para os Estados Unidos.

(...) a imagem de uma trajetória de assimilação uniforme não dava conta do que efetivamente estava ocorrendo. Em vez disso, o processo havia se tornado segmentado em vários percursos distintos, alguns levando a trajetórias ascendentes, outros, a trajetórias descendentes (Portes, Halles, Fernandez-Kelly, 2008, p. 14).

Segundo os autores, esse fato se deve a uma variedade de fatores na sociedade que são diferentes hoje do que eram anteriormente e as diferenças étnico-culturais dos novos imigrantes. Fatores como o contexto social da sociedade receptora, composição familiar, preconceito, barreiras educacionais, características fenotípicas, políticas públicas para imigrantes e outros, fazem com que a assimilação ocorra de forma “segmentada”.

A “assimilação segmentada” (Kazinitz; Mollenkopf; Waters, 2004) pode ser definida como assimilação em alguns setores específicos da sociedade, como em setores minoritários e não em sua totalidade.

(...) Assimilação segmentada descreve os vários resultados de diferentes grupos de jovens de segunda geração e argumenta que o modo de incorporação da primeira geração é responsável pelos diferentes acessos da segunda geração às oportunidades e redes sociais ⁶ (Kazinitz; Mollenkopf; Waters, 2004, p. 7).

Ao em vez da uniformidade relativa da sociedade, que ditam os caminhos comuns de integração por meio dos costumes e preconceitos, hoje em dia nós observamos diversas formas de adaptação. Uma delas replica o retrato honorável do crescimento da aculturação e da paralela integração dentro da classe média branca; a segunda leva diretamente para o caminho oposto em direção à pobreza permanente e assimilação nos segmentos minoritários da sociedade; ainda, a terceira associa rápido avanço econômico com preservação deliberada dos valores e laços de solidariedade da comunidade imigrante⁷ (Portes; Zhou, 2005, p. 90).

⁶ Tradução livre da autora: “(...) *segmented assimilation describes the various outcomes of different groups of second-generation youth and argues that the mode of incorporation for the first generation gives the second generation access to different types of opportunities and social networks*” (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 7)

⁷ Tradução livre da autora: “*Instead of a relatively uniform mainstream whose mores and prejudice dictate a common path of integration, we observe today several distinct forms of adaptation. One of the replicates the time-honored portrayal of growing acculturation and parallel integration into the white middle-class; a second leads straight in the opposite direction to permanent poverty and assimilation into the underclass; still a third associates rapid economic advancement with deliberate preservation of immigrant community's values and tight solidarity*” (PORTES; ZHOU, 2005, p. 90)

Para Portes e Zhou (2005), a “nova segunda geração” estaria vivendo um conflito de adaptação tanto de ordem cultural como social; entre a pressão dos pais para que mantenham laços fortes com a comunidade étnica e os desafios de ingressar num mundo não familiar e frequentemente hostil. Segundo os autores, as condições econômicas e sociais na época dos fluxos imigratórios do pós-Primeira e Segunda Guerra Mundiais eram bem diferentes das confrontadas pelos imigrantes atuais.

As condições daquele tempo eram bastante diferentes das confrontadas pelos grupos imigrantes de hoje. (...) Primeiro, os descendentes dos imigrantes europeus que confrontaram os dilemas decorrentes de conflitos culturais eram uniformemente brancos. E mesmo quando mais escuros que os nativos, a cor de suas peles reduziu a maior barreira de entrada na sociedade norte-americana. Por essa razão o processo de assimilação dependeu largamente das escolhas individuais... Essa vantagem obviamente não existe para as crianças dos filhos dos imigrantes de hoje, negros, asiáticos e mestiços.

Segundo, a estrutura das oportunidades econômicas também mudou. Cinquenta anos atrás, os Estados Unidos era a principal potência industrial mundial, e os diversificados requisitos para o trabalho industrial teriam oferecido à segunda geração a oportunidade de gradualmente ascender a posições melhores pagas, enquanto faziam parte da classe trabalhadora. Nos anos recentes, essas oportunidades teriam desaparecido paulatinamente, seguindo o rápido processo de desindustrialização nacional e da reestruturação industrial global. ⁸ (Portes; Zhou, 2005, p. 86)

Esse processo, nos Estados Unidos, representou para os novos imigrantes uma lacuna entre as atividades de baixa remuneração geralmente exercida por eles e as atividades profissionais bem remuneradas que requerem ensino superior, geralmente exercida pelas elites nativas (Portes e Zhou, 2005).

⁸ Tradução livre da autora: “Conditions at the time were quite different from those confronting settled immigrant groups today. (...) First, descendants of European immigrants who confronted the dilemmas of conflicting cultures were uniformly white. Even if of a somewhat darker hue than natives, their skin color reduced the major barrier to entry into the American mainstream. For this reason the process of assimilation depended largely on individual decisions... Such an advantage obviously does not exist for the black, Asian, and mestizo children of today’s immigrants. Second, the structure of economic opportunities has also change. Fifty years ago, the United States was the premier industrial power in the world, and its diversified industrial labor requirements offered to the second generation the opportunity to move up gradually through better-paid occupations while remaining part of the working class. Such opportunities have increasingly disappeared in recent years following a rapid process of national de-industrialization and global industrial restructuring.” (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86)

Esse processo teria deixado para os ingressantes na força de trabalho norte-americana um confrontante vazio entre as posições com salários reduzidos que normalmente os imigrantes aceitam e as posições profissionais e de alta-tecnologia que requerem alto grau de escolarização que as elites nativas ocupam. O gradual desaparecimento das oportunidades intermediárias também afeta diretamente a corrida entre o progresso econômico da primeira geração e as expectativas da segunda geração.⁹ (Portes; Zhou, 2005, p. 86).

Portanto, hoje, os novos imigrantes nos Estados Unidos teriam menos chances de mobilidade na sociedade receptora do que tinham os imigrantes dos fluxos anteriores.

Esse fator, associado a outros, como preconceito e falta de oportunidades educacionais, poderiam estar resultando em uma “assimilação descendente”, ou seja, nos grupos minoritários do *mainstream*, dentro das subculturas; ao contrário ao que ocorreu aos descendentes dos imigrantes europeus, que tiveram uma “assimilação ascendente”. Mas segundo Portes e Zhou (2005) na realidade a situação ainda não se tornou tão polarizada, logo, seria possível observar a assimilação em diversos segmentos da sociedade.

Segundo Portes, Halles e Fernandez-Kelly (2008), o problema seria que a segunda geração de imigrantes não estaria conseguindo se mover da situação econômica inicial da primeira geração e ingressar na “classe média” da sociedade, alimentado o ciclo de imobilidade social.

Em uma economia cada vez mais baseada no conhecimento, os filhos de imigrantes sem uma educação avançada não poderiam ascender a posições que lhes proovessem um passaporte para as classes médias e altas, e poderiam estagnar em ocupações manuais, mal remuneradas, não muito diferentes daquelas exercidas por seus pais. (Gans, H. *apud* Portes, Halles e Fernandez-Kelly, 2007, p. 14)

⁹ Tradução livre da autora: “This process has left entrants to that American labor force confronting a widening gap between the minimally paid menial jobs that immigrants commonly accept and high-tech and professional occupations requiring college degrees that native elites occupy. The gradual disappearance of intermediate opportunities also bears directly on the race between first-generation economic progress and second-generation expectations...” (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86)

No entanto alguns estudos apontam visões diferentes dos resultados apontados pela teoria discutida anteriormente, como o trabalho de Richard Alba e Victor Nee, *“Remaking the american mainstream: assimilation and contemporary immigration”* de 2003.

Para Alba e Nee (1997), embora a teoria da assimilação tenha sido objeto de críticas por décadas, nenhuma outra teoria teria sido capaz de prover um corpo de achados sobre a incorporação dos imigrantes e seus descendentes. Logo, argumentam que a teoria da assimilação não teria perdido sua utilidade para os estudos da imigração contemporânea nos Estados Unidos da América, pois ainda seria a melhor forma de entender e descrever a integração na sociedade norte-americana experimentada pelas gerações de imigrantes.

Os autores examinam os argumentos frequentemente usados para distinguir a imigração europeia da atual e suas diferentes formas de assimilação. Para tal, fazem um esforço para redefinir o conceito de assimilação, buscando enfatizar sua utilidade para a compreensão da dinâmica social da etnicidade na sociedade norte-americana, em oposição ao seu uso canônico ideológico das formulações do começo do século 20.

Como programa normativo preocupado em erradicar as minorias culturais, a assimilação foi justificadamente repudiada. Mas como processo social que ocorre espontaneamente e frequentemente de forma não intencional no curso da interação entre grupos de maioria e minoria, assimilação permanece conceito chave para o estudo das relações intergrupais¹⁰ (Alba e Nee, 1997, p. 827).

De acordo com os autores, as causas da assimilação dos grupos étnicos europeus é pouco entendida em detrimento de seus resultados. Mas seria preciso levar em conta o fato de que a assimilação envolveu grupos com

¹⁰ Tradução livre do trecho: *“As a state-imposed normative program aimed at eradicating minority cultures, assimilation has been justifiably repudiated. But as social process that occurs spontaneously and often unintendedly in course of interaction between majority and minority groups, assimilation remains a key concept for the study of intergroup relations”* (Alba e Nee, 1997, p. 827).

diferentes características no tempo da imigração do começo do século 20 e que os vários resultados nos Estados Unidos da América sugerem que as forças promovendo a assimilação estavam, ou estão, profundamente enraizadas na sociedade norte-americana (Alba e Nee,1997).

Alba e Nee (1997) ressaltam que muitos estudiosos da imigração desse novo fluxo rejeitam a assimilação como potencial resultado no fluxo atual. Uma das justificativas para essa rejeição seria que a assimilação dos europeus refletiu o resultado de um conjunto específico de circunstâncias históricas que caracterizavam a imigração do começo do século XX, mas não estariam presentes atualmente, dificultando a assimilação do fluxo atual. Dentre essas circunstâncias, os autores destacam, o hiato na entrada dos fluxos europeus, que cessaram a partir de determinado momento devido a restrições na política migratória dos Estados Unidos da América. Hiato esse que permitiu que o fluxo não se renovasse e conseqüentemente não se renovassem conexões étnicas. No entanto, esse hiato não se reproduziria nos dias de hoje, uma vez que não há motivos para acreditar que os fluxos migratórios atuais diminuirão seus níveis de entrada (Alba e Nee, 1997).

Outra circunstância levantada pelos críticos do uso da teoria da assimilação para o entendimento do fluxo atual reside na diferença racial entre os imigrantes atuais e a população norte-americana. Segundo essa concepção, os europeus seriam culturalmente e racialmente similares aos norte-americanos e a assimilação teria ocorrido de forma mais fácil. Mas para o fluxo atual a opção da assimilação não seria tão possível, tanto para os imigrantes quanto para suas gerações subseqüentes, uma vez que suas origens não europeias tornam-se marcos de diferenciação, como a cor da pele. Para Alba e Nee (1997) esse argumento não é forte uma vez que as percepções de diferenças raciais seriam menos rígidas do que as concebemos e também porque os imigrantes

européus teriam sofrido processos de discriminação racial similares aos imigrantes atuais.

A visão que o caminho da assimilação dos descendentes de imigrantes europeus foi suave devido a sua identificação racial é anacrônica, inapropriadamente impondo as percepções raciais contemporâneas ao passado. Há ampla evidência que os nativos brancos percebiam alguns grupos de imigrantes europeus, tais como irlandeses, judeus e italianos como racialmente distintos deles e tal percepção floresceu dentro das teorias raciais durante o período de entrada massiva de imigrantes do começo do século¹¹ (Alba e Nee, 1997, p. 845).

Essas percepções raciais teriam desaparecido ao longo do tempo, mas estavam presentes na época da imigração europeia para os Estados Unidos da América. Logo, Alba e Nee (2005) acreditam que essa mudança na percepção racial não ocorra na imigração contemporânea.

Ao longo do tempo, as percepções raciais da maioria dos grupos europeus depreciados desapareceu. Os irlandeses, e talvez outros grupos, inicialmente lutaram para por alguma distância racial e social entre eles e os afro-americanos (Ignatiev, 1995; Roediger, 1991). Mas, conforme esses grupos ascenderam na escala social e residencialmente se misturaram com os outros brancos, sua diferença aparente em relação à maioria desapareceu¹² (Alba e Nee, 1997, 845).

No entanto, os autores ressaltam que a manutenção das fronteiras de separação entre brancos e negros pode ter grandes influências nas possibilidades de adaptação dos imigrantes, dependendo de como estão situados nessa fronteira. A evidência dessa influência já seria aparente em

¹¹ Tradução livre do trecho: "Nevertheless, the view that the pathway to assimilation was smoothed for the descendants of European immigrants by their racial identification is an anachronism, inappropriately imposing contemporary racial perceptions on the past. There is ample evidence that native-born whites perceived some of the major European immigrant groups, such as the Irish, Jews, and Italians, as racially distinct from themselves and that such perceptions flowered into full-blown racist theorizing during the high-water period of mass immigration in the early decades of this century" (Alba e Nee, 1997, p. 845).

¹² Tradução livre do trecho: "Over time, racial perceptions of the most disparaged European groups shifted. The Irish, and perhaps other groups, initially struggled to put some racial and social distance between themselves and African Americans (Ignatiev, 1995; Roediger, 1991). But as these groups climbed the socioeconomic ladder and mixed residentially with other whites, their perceived distinctiveness from the majority faded" (Alba e Nee, 1997, p.845).

alguns casos, como reconhecido pela concepção da “assimilação segmentada” formulada por Portes e Zhou (1995) e anteriormente descrita.

Outro fator que Alba e Nee (1997) destacam é o impacto da reestruturação econômica nas oportunidades de mobilidade social dos imigrantes. Segundo os autores, não há dúvidas da importância das oportunidades econômicas para a perspectiva de assimilação dos grupos imigrantes. No entanto, a reestruturação econômica não teria igualmente impacto negativo em todos os grupos devido à grande variedade de formas de capital – econômico, cultural e social – que os grupos trazem com eles e grau de suporte das respectivas comunidades. Ainda mais, uma vez que certas comunidades desenvolvem uma subeconomia étnica capaz de sustentar sucesso educacional e, portanto, oportunidades maiores de ingresso em ocupações profissionais. Logo, dizer que os imigrantes atuais não terão acessos às mesmas oportunidades econômicas para a mobilidade social que tiveram os imigrantes europeus não seria correto.

O significado da reestruturação econômica para a segunda e subseqüentes gerações pode parecer maior para aqueles grupos descritos por Portes e Rumbaut (1996) como ‘trabalhadores imigrantes’, como os mexicanos. Mas mesmo aqui, nós advertimos que a distinção entre a experiência dos grupos europeus (i.e. italianos do Sul) pode ser exagerada, eles também não ingressaram numa economia que estava continuamente gerando fartura de oferta de oportunidades para empregos seguros e de mobilidade ascendente. Uma grande porção da segunda geração da Europa oriental e meridional se tornaram adultos em plena época da Depressão.

Assim como as crianças da imigração contemporânea, parte da segunda geração respondeu à falta de oportunidade e rejeição dos nativos brancos construindo o que hoje é chamado de ‘identidade reativa’; identidades construídas sobre esquema que invertem o ‘mainstream’ de modo importante...

(...) Isso sugere que a ênfase dada na reestruturação econômica na discussão sobre as chances de assimilação para os grupos da imigração contemporânea talvez produzam uma leitura muito pessimista das perspectivas¹³ (Alba e Nee, 1997, p.848).

¹³ Tradução livre do trecho: “The significance of economic restructuring for the second and subsequent generations would appear to be greatest for those groups described by Portes and Rumbaut (1996) as “labor migrant” groups, like the Mexicans. Even here, we caution that the distinction from the experiences of comparable European groups (e.g., southern Italians) can be

Logo, seria prematuro dizer que as chances de assimilação dos imigrantes contemporâneos seriam reduzidas por causa da mudança na estrutura econômica nesse meio tempo nos Estados Unidos da América. Entretanto, os autores afirmam não estarem negando as diferenças entre a imigração europeia e a atual e as circunstâncias de acolhimento na chegada dos mesmos; e nem mesmo dizendo que as situações vivenciadas pelos imigrantes de hoje são tão fortes que o padrão de assimilação dos europeus possa ser inferido para os imigrantes contemporâneos. Mas sim, afirmando que essas situações não são tão nítidas como elas geralmente são descritas, logo, não seria possível descartar a possibilidade atual de assimilação dos imigrantes. Portanto, seria imperativo analisar sem pré-concepções os padrões culturais, de residência e educacional com objetivo de entender os caminhos de uma potencial assimilação.

Essa perspectiva de Alba e Nee (1997) contrapõe a concepção da assimilação segmentada da segunda geração dos imigrantes atuais, dado que a assimilação também teria sido parcial para uma parcela da segunda geração de imigrantes europeus. Ademais, segundo eles, a grande maioria da segunda geração atual ainda seria muito jovem. E os estudos sobre sua assimilação se baseariam no seu progresso educacional, portanto, seus resultados devem ser analisados cuidadosamente e não de forma conclusiva.

Além disso, os resultados teriam outra limitação crítica já que o tempo de exposição à sociedade americana seria reduzido, uma vez que boa parte das

overdrawn, for they too did not enter an economy that was continuously generating a bountiful supply of opportunities for secure employment and upward mobility. A large portion of the second generation of the southern and eastern European groups came of age in the teeth of the Depression. Like the children of some contemporary immigrants, many in the earlier second generation responded to their perceived lack of opportunity and to their rejection at the hands of nativist whites by constructing what are now called "reactive identities," identities premised upon value schemes that invert those of the mainstream in important ways...

Yet the analyses of Lieberman (1980) demonstrate that the U.S.-born members of these groups experienced a fairly steady upgrading of educational and occupational attainment, even in the cohorts whose life chances would have been most affected by the Depression. This suggests to us that the emphasis on economic restructuring in the discussion of assimilation chances for contemporary immigrant groups may produce a too pessimistic reading of their prospects" (Alba e Nee, 1997, p. 848).

pesquisas estudam grupos que chegaram há pouco tempo nos Estados Unidos da América. A maior parte dos dados disponíveis pode ser considerado pertinente apenas para analisar as fases iniciais do assentamento desses imigrantes nos Estados Unidos da América, dado que a acomodação estável tomaria curso para além da primeira e da segunda gerações.

Na mesma linha de pensamento vão os estudos de Perlmann e Waldinger (1997). Em seu trabalho "*Second generation decline? Children of immigrants, past and present - a reconsideration*", (1997), os autores também questionam como atualmente a assimilação ou não da segunda geração de imigrantes irá ocorrer. Segundo eles, os estudos que apontam para uma assimilação descendente seriam muito pessimistas, em clara referência aos trabalhos de Portes e Zhou (1995), entre outros.

Assim como Alba e Nee (1997), os autores também afirmam que é necessário uma devida reflexão na comparação entre a segunda geração de europeus e a segunda geração atual, uma vez que a interpretação do presente através do passado põe a situação da imigração contemporânea em perspectiva não favorável aos últimos.

Para tal reflexão, Perlmann e Waldinger (1997) fazem leitura geral sobre a imigração europeia e a assimilação ascendente da sua segunda geração. Buscando entender quais são as diferenças e similaridades entre eles e a segunda geração do fluxo atual. Para eles, a pergunta não é se a segunda geração vai se adaptar de forma divergente ou paralela à adaptação da segunda geração europeia, mas se ser asiático, negro ou mexicano é um obstáculo que os distingue da geração anterior. Logo, seria preciso entender qual é o papel da diferença étnica para a assimilação da segunda geração da imigração contemporânea.

Segundo os autores, estudos apontam que os imigrantes europeus e seus filhos sofreram com a discriminação e também enfrentaram problemas para se assimilarem à sociedade norte-americana. Mas que essas diferenças entre os europeus e os norte-americanos teriam paulatinamente desaparecido. Processo esse que também poderia ocorrer atualmente ou no futuro.

Ademais, os autores afirmam que a diversidade socioeconômica dos imigrantes atuais – diferentemente dos imigrantes europeus que eram em sua maioria provenientes dos extratos mais baixos – pode ser um fator positivo para a assimilação da segunda geração contemporânea; tornando-se difícil afirmar que as crianças imigrantes de hoje enfrentam circunstâncias menos favoráveis do que enfrentaram seus antecessores. Ao contrário, as circunstâncias podem ser até melhores na atualidade, portanto, essa diversidade socioeconômica poderia garantir pelo menos a uma parcela da segunda geração melhores resultados na assimilação.

Outro ponto no qual os autores discordam dos estudos atuais sobre a assimilação da segunda geração é sobre a questão racial. Perlmann e Waldinger (1997) discordam claramente da concepção que os imigrantes europeus eram uniformemente brancos e que isso garantiu menos dificuldades de assimilação na sociedade norte-americana. Segundo eles, a raça não é um fator explicativo, mas sim um fator que deve ser explicado. Além disso, alguns grupos europeus (irlandeses, italianos e poloneses) não eram considerados brancos na época de sua entrada na sociedade norte-americana e só mais tarde, após sua mobilidade social e assimilação à sociedade, que passaram a ser categorizados como brancos.

As percepções raciais mudaram conforme os irlandeses, poloneses, italianos e judeus moveram-se para frente (socialmente); nesse sentido, para os descendentes dos imigrantes europeus, raça foi uma conquista e não um status atribuído. Mesmo assim, ainda hoje nos dizem que os

imigrantes anteriores foram capazes de se mover (socialmente) porque eles eram brancos e que os imigrantes de hoje irão ter problemas porque não são brancos. Na melhor das hipóteses, essa visão precisa ser drasticamente examinada com detalhes históricos e com amplas sombras nebulosas, e pior, confunde causa e efeito¹⁴ (Perlmann e Waldinger, 1997, p.903).

Esse fato não deve ser ignorado ainda mais quando se afirma que a segunda geração atual terá dificuldades para se assimilar por não ser branca, dado que segundo os autores, os europeus se “tornaram” brancos. Assim, não existiriam motivos para acreditar que o mesmo não possa acontecer com a segunda geração atual.

Além disso, outro ponto no qual autores discordam é o fato da reestruturação econômica dificultar a mobilidade social da segunda geração devido ao menor número de ocupações intermediárias no mercado de trabalho, engessando a segunda geração em ocupações profissionais com menores salários. Perlmann e Waldinger, (1997) afirmam que apesar dos imigrantes europeus terem sido assimilados de forma bem sucedida à sociedade norte-americana, a mobilidade dos mesmos na escala social não foi um processo tão fácil e rápido como se imagina. E mesmo a rápida aculturação e aquisição de educação não foi garantia suficiente para abrir as portas da inclusão na sociedade.

Ao contrário, a segunda geração europeia e as seguintes foram gradualmente ascendendo socialmente das posições ocupacionais menos qualificadas para as mais qualificadas. Logo não haveria motivos para acreditar que os imigrantes atuais enfrentaram maiores problemas do que enfrentaram os imigrantes europeus. Ao contrário, a grande diversidade socioeconômica dos

¹⁴ Tradução livre do trecho: “*Racial perceptions changed as the Irish, Poles, Italians, and Jews moved ahead; in this sense, for the descendants of the European immigrants, race was an achieved, not an ascribed status. Yet today we are told that the earlier immigrants were able to move ahead because they were white and that the immigrants of today will have trouble doing so because they are not white. At best, this view drastically needs to be fleshed out with historical detail and with ample shades of gray; at worst it mistakes cause and effect*” (Perlmann e Waldinger, 1997, p.903).

imigrantes atuais e a melhor receptividade à incorporação dos imigrantes pode ser um fator positivo.

Logo, assim como Alba e Nee (1997), Perlmann e Waldinger não acreditam existir motivos para que se suponha que a segunda geração da imigração atual se assimile de forma diferente da segunda geração europeia. Portanto, a concepção da assimilação segmentada deveria ser tomada com cautela, uma vez que o processo de assimilação dos europeus não foi tão linear como se supõe.

Já Mary D. Waters e Tomás R. Jimenez (2005) argumentam que o entendimento do fluxo atual de imigrantes para os Estados Unidos da América deve focar seus esforços para além das tradicionais categorias de análises – status socioeconômico, concentração espacial, assimilação linguística e casamentos mistos – para o entendimento do processo de assimilação dos imigrantes. Em seu trabalho intitulado “*Assessing immigrant assimilation: new empirical and theoretical challenges*” (2005) afirmam a importância de se examinar a assimilação dos imigrantes nas cidades não tradicionais de recebimento de imigrantes e frente ao contínuo reabastecimento do fluxo imigratório.

Segundo os autores o conceito fundamental para o entendimento da imigração europeia foi o conceito de assimilação, que retorna novamente como instrumento explicativo para entender a imigração contemporânea. Muitos estudos já teriam demonstrado como os imigrantes atuais estão se tornando norte-americanos, logo, não haveria motivos para não apoiar essa suposição, segundo Waters e Jimenez (2005). No entanto, a nova imigração apresentaria características peculiares ao fluxo atual que podem dificultar o entendimento da assimilação da segunda geração no atual momento.

Waters e Jimenez (2005) analisam que essas novas características da imigração contemporânea devem ser levadas em consideração ao se estudar o novo fluxo migratório. Características essas como a dispersão geográfica e a reposição contínua do fluxo, que segundo eles seriam fatores importantes para repensar o conceito de assimilação dos imigrantes.

De acordo com os autores (2005) o conceito de assimilação de imigrantes seria decorrente dos amplos estudos derivados da imigração europeia; que culminaram na concepção geral que a mudança geracional é uma importante ferramenta para medir a assimilação e as mudanças internas nos grupos imigrantes. Segundo essa concepção, a primeira geração era menos assimilada devido ao menor tempo de exposição ao padrão de vida norte-americana, sendo a segunda geração mais assimilada e as gerações subsequentes quase totalmente norte-americanas (Waters e Jimenez, 2005).

No entanto, as mudanças nos padrões de assentamento espacial e contínuo reabastecimento do fluxo exigiriam um novo enfoque teórico que não poderia basear-se nos mesmos ferramentais usados para compreender a assimilação dos imigrantes europeus. Logo, seria necessário reformular as concepções sobre assimilação de imigrantes, principalmente em relação à centralidade do conceito de geração.

A mudança nos padrões de assentamento entre os imigrantes para novos destinos e a contínua reposição de novos imigrantes por meio do ininterrupto processo migratório mostra que a literatura emergente precisará ter um novo enfoque teórico e empírico. (...) Teoricamente, nós argumentamos que o conceito de geração e sua centralidade na pesquisa imigratória deve ser repensado, dado que a contínua reposição de novos imigrantes irá caracterizar os fluxos no futuro previsível¹⁵ (Waters e Jimenez, 2005, p.107).

¹⁵ Tradução livre do trecho: *"The shift in settlements patterns among immigrants to new destinations and the continuing replenishment of new immigrants through ingoing migration streams means that the emerging literature on immigration will have to take a new empirical and theoretical focus. (...) Theoretically, we argue that the concept of 'generation' and its centrality to immigration research must be rethought, given the ongoing replenishment of new immigrants likely characterize immigration flows for the foreseeable future"* (Waters e Jimenez, 2005, p.107).

Segundo os autores, a restrição à entrada de imigrantes europeus a partir de 1920 criou condições que fizeram da geração uma variável poderosa. Não só porque a geração definiria a distância entre os imigrantes ancestrais e as novas gerações como porque também serviria de *proxy* para a coorte de nascimento e medida de distância das gerações subsequentes da primeira geração, como forma de predizer o grau de assimilação entre os imigrantes. No entanto, diante dessas novas características - dispersão geográfica e reabastecimento do fluxo - a geração pode se enfraquecer como variável fundamental para o entendimento da assimilação.

Embora a maior parte dos imigrantes ainda se concentre nas tradicionais cidades de recepção de imigrantes, seria possível observar algumas mudanças nos destinos migratórios, segundo Waters e Jimenez (2005). Atualmente o Centro-oeste e o Sul Meridional norte-americano estariam registrando ganhos sem precedentes de população estrangeira e o impacto dessa entrada de imigrantes nessas cidades e as mudanças demográficas que irão acarretar são especialmente importantes por causa do tamanho pequeno dessas populações. Ademais, os imigrantes também serão afetados pelas características dessas pequenas cidades.

Há uma boa razão para se acreditar que a assimilação dos imigrantes nessas novas cidades de recepção irá diferir de forma fundamental da daquela experimentada pelos imigrantes nas cidades receptoras mais estabelecidas. Uma potencial diferença é a relação intergrupar. A longa história da imigração nas cidades mais estabelecidas como centros receptores demonstra que hierarquia nas noções de classe, raça e etnia já são bastante estabelecidas. Em contraste, a falta de história migratória nessas novas cidades significa que as relações hierárquicas de classe, raça e etnia são menos cristalizadas, e, os imigrantes poderiam então ter mais liberdade para definir suas posições¹⁶ (Waters e Jimenez, 2005, p. 117).

¹⁶ Tradução livre do trecho: *"There is a good reason to believe that immigration assimilation in these new gateways may differ in fundamental ways from the experiences of immigrants in more established gateways. One potential difference is in intergroup relations. The long history of immigration in more established gateways means that notions about the place of immigrants in the class, racial, and ethnic hierarchies of these established gateways are well-entrenched. In contrast,*

Logo, essa dispersão geográfica impactaria não apenas as cidades receptoras em si, mas também próprios imigrantes. Uma vez que o tamanho das mesmas restringiria o isolamento social como ocorre nos grandes centros urbanos, impactando diretamente a assimilação dos mesmos à sociedade em questão, dado que as inter-relações seriam constantes. E isso seria importante porque potencialmente poderia mudar as perspectivas sobre a assimilação dos imigrantes na atualidade.

Nós podemos apenas especular como essas diferenças irão influenciar a assimilação dos imigrantes, mas nós acreditamos que comparar as novas cidades de recepção com as mais estabelecidas irá produzir grandes descobertas sobre a assimilação dos imigrantes¹⁷ (Waters e Jimenez, 2005, p. 118).

Além disso, a constante reposição do fluxo de imigrantes pode ser crucial para assimilação dos imigrantes na atualidade, mudando até mesmo a compreensão do processo assimilatório em si mesmo.

De acordo com os autores, a assimilação dos imigrantes europeus só teria começado a ser estudada quando o fluxo já estava chegando ao fim, sem a presença de entrada massiva de novos imigrantes. Logo, cada geração de imigrantes tinha, consecutivamente, menos contato com os estrangeiros, o que teria atenuado a importância da etnicidade em suas vidas.

No entanto, diante da renovação contínua do fluxo de imigrantes, não teríamos hoje conhecimento sociológico suficiente para entender como essa reposição afetará a assimilação dos imigrantes (Waters e Jimenez, 2005). Entretanto, os autores acreditam que essa reposição pode ter um impacto significativo na assimilação dos imigrantes, principalmente em relação à

the lack of immigration history in new gateways means that the place of immigrants in the class, racial, and ethnic hierarchies is less crystallized, and, immigrants may thus have more freedom to define their positions" (Waters e Jimenez, 2005, p. 117).

¹⁷ Tradução livre do trecho: "We can only speculate how these differences influence immigrants assimilation, but we believe that comparing new gateways to more established gateways will yield greater theoretical insights into immigrant assimilation" (Waters e Jimenez, 2005, p. 118).

identidade étnica dos grupos. Tal processo poderia ajudar a reanimar a identidade étnica dos grupos por causa do contato direto com os imigrantes, além de criar mais oportunidades de acesso aos materiais culturais em si, que deixariam paulatinamente de existir sem a renovação do fluxo. Assim, seria necessária uma renovação da concepção de assimilação para entender o atual processo em andamento.

Usar a geração como uma medida temporal faz mais sentido quando se examinam a experiência de grupos nos quais não houve reposição de imigrantes, assim como na pesquisa feita sobre os imigrantes da Grande Migração Europeia e seus descendentes. Cada geração sucessiva nascida nos Estados Unidos da América tinha menos contato com a geração imigrante, dentro e fora da família, precisamente porque não havia reposição significativa¹⁸ (Waters e Jimenez, 2005, p. 120).

Quando observamos os grupos da imigração atual e o fato que cada onda de imigrantes provavelmente seja sucedida por outra, usar geração como medida temporal não significa hoje o que significava anteriormente. Suposições sobre geração são inválidas quando há reposição imigratória porque, a qualquer momento no tempo, cada geração é uma mistura de coorte e cada coorte é uma mistura de gerações¹⁹ (Waters e Jimenez, 2005, p. 121).

No entanto, Waters e Jimenez (2005) deixam claro que o uso da geração com variável temporal não é inválida, mas sim que deve ser considerada em conjunto com a coorte de nascimento, para melhor captar e entender a mudança étnica interna do grupo. A reposição faria a assimilação menos visível na atualidade. Ou seja, não seria que os imigrantes atuais não estariam se assimilando à sociedade norte-americana, mas que as formas de assimilação são diferentes do que eram na época do fluxo europeu.

¹⁸ Tradução livre do trecho: *“Using generation as a temporal gauge makes sense when examining the experience of groups for which there is no protracted immigrant replenishment, as in research done on the immigrants and descendents of the Great European Migration. Each successive generation born in the United States has less contact with an immigrant generation, both within and outside of the family, precisely because there was no significant replenishment”* (Waters e Jimenez, 2005, p. 120).

¹⁹ Tradução livre do trecho: *“When looking at today’s immigrant groups and the fact that each wave of immigration is likely to be succeeded by another, using generational as a temporal gauge does not mean what it used to. Assumptions about generation are invalid when there is immigrant replenishment because at any point in time each generation is a mix of cohort and each cohort is a mix of generations”* (Waters e Jimenez, 2005, p. 121).

Diante desse conjunto de reflexões sobre a segunda geração e seu processo de assimilação na sociedade receptora, muitas questões se levantam, mas uma certeza persiste. A segunda geração e seu processo de assimilação são extremamente fundamentais para a compreensão do fenômeno migratório, logo, não devem ser ignorados ao se analisar o fluxo de imigrantes para uma determinada sociedade.

No caso do Brasil também temos uma “nova segunda geração”, ou seja, os descendentes da nova corrente imigratória de latino-americanos para o país. Mas apesar de muitos estudos (Silva, 1999, Silva, 2008; Paiva, 2007, Freitas, 2009, Baeninger, 2011) já terem sido realizados sobre a primeira geração desses imigrantes, pouco se conhece sobre a realidade da segunda geração. O fluxo imigratório latino-americano para o Brasil data desde o final do século 19 e em São Paulo seu volume vem crescendo desde 1970. Logo, é possível supor que um contingente expressivo de famílias imigrantes se formou na cidade, fato associado ao processo migratório em si, ao processo de reunificação familiar e à formação de novas famílias. Demandando, portanto, a produção de estudos que busquem retratar e entender tal população.

1.3 – Estudos de segunda geração nos Estados Unidos.

Nessa seção são retomados os estudos de segunda geração nos Estados Unidos da América, com objetivo de melhor compreender como o tema da segunda geração tem se desenvolvido na sociedade norte-americana. Os Estados Unidos da América é atualmente o país que mais recebe imigrantes latino-americanos, portanto, compreender fluxo migratório para o país e suas implicações para o sociedade receptora pode contribuir também de forma significativa para o entendimento da segunda geração latino-americana no

Brasil. Embora o fluxo latino-americano que se dirige aos Estados Unidos da América seja bastante diferente do que se dirige ao Brasil, tanto em volume como em composição.

Nos Estados Unidos da América é a partir da década de 1990 que os estudos sobre a “nova segunda geração” de latino-americanos começam a ter destaque. Fato esse que é possível evidenciar a partir das publicações na revista *Internacional Migration Review*, do *Center for Migration Studies*. Ao analisar as publicações a partir de 1975 foi possível observar que embora o tema da segunda geração tenha sido tratado de forma reduzida, porém, presente nos artigos da citada publicação, os mesmos ainda eram referentes às segundas gerações do fluxo europeu ou asiático, sendo presentes nos anos 1980, 1981, 1984, 1985, 1987 e 1993. Ademais grande parte dos artigos ora mencionados se voltam para os problemas relacionados à adaptação das crianças do ponto de vista do desenvolvimento psicológico ou da etnicidade.

No entanto, no ano de 1982, o tema da “nova segunda geração” aparece pela primeira vez. Nesse o artigo, Lamare (1982) buscou investigar a integração de diversas gerações de descendentes mexicanos (“chicanos”) nos Estados Unidos da América. O autor busca compreender a relação entre origem nacional e integração política. No entanto, embora o autor analise a questão da segunda geração, o fluxo de mexicanos para os Estados Unidos é mais antigo do que o fluxo da “nova segunda geração”. Portanto, embora o autor seja um dos primeiros a tratar da questão da “nova segunda geração”, ao que tudo indica, o entendimento sobre essa “nova” geração não havia ainda se configurado conceitualmente.

Todavia, sete anos mais tarde o tema volta na publicação. No artigo de Baca, Bryan, McLean-Bardwell, Gomez (1989) a presença de crianças mexicanas nas escolas dos Estados Unidos da América é analisada. Os autores

pesquisaram as escolas consideradas como “portas de entrada”, ou seja, escolas nas quais havia maior presença de imigrantes, tanto devido uma rede social já estabelecida quanto ao fato dessas escolas oferecerem programas bilíngues. O objetivo do estudo foi entender como a migração afetava a vida dos filhos dos imigrantes, principalmente em relação ao desempenho educacional dos mesmos. Para tal, analisou as diferenças entre as crianças que já tinham frequentado escola no país de origem e as crianças que iniciaram seus estudos já nos Estados Unidos da América, sobretudo em relação ao desempenho e à evasão escolar. Logo esse foi um dos primeiros artigos a considerar o impacto do contexto binacional na segunda geração de latino-americanos.

No entanto, o tema continua a ser tratado de forma incipiente até 1994, quando ressurgiu de forma incisiva, na edição especial de inverno “*Special Issue: The New Second Generation*”, evidenciando que apesar da pequena produção a respeito, a crescente importância da temática nos estudos do fenômeno migratório. Entre os artigos da publicação foram abordados diversas temáticas sobre a nova segunda geração, dentre eles, a questão da assimilação, do bilinguismo, identificação étnica e outros.

A edição começa com a introdução Portes (1994), num artigo que introduz a temática da nova segunda geração, seu crescimento e adaptação no país de destino. Enfatizando a importância de estudar a segunda geração e suas especificidades, além do desafio que o tema impõe. Conforme afirma a seguir, Portes ressalta a importância da segunda geração nos impactos da migração para o país receptor, nesse caso os Estados Unidos da América.

A adaptação da segunda geração será decisiva no estabelecimento dos resultados a longo prazo da imigração contemporânea. É de fato, na segunda geração, não na primeira, onde certas questões serão permanentemente decididas; como a continuidade do inglês como língua dominante, o crescimento da população dependente do benefícios do estado, a resiliência

cultural em certos grupos urbanos, e o declínio ou crescimento do casamentos interétnicos”²⁰ (Portes, 1994, p.632).

Além disso, o autor chama a atenção para o fato que não é possível assumir que a nova segunda geração irá se adaptar da mesma forma que as segundas gerações antecessoras.

A segunda geração é a chave para estabelecer as consequências a longo prazo da imigração, mas o curso de sua adaptação ainda é incerto no momento. As questões sobre mudanças na língua e na identidade étnica, usadas anteriormente como exemplos específicos de incerteza, são na verdade parte de um ‘quebra-cabeça’ maior. A dúvida principal é se os filhos de imigrantes irão ou não seguir seus antecessores europeus e se mover prontamente para a classe média ou, ao contrário, sua ascensão será bloqueada e eles irão juntar-se aos negros e imigrantes porto-riquenhos, como parte de uma expansão multiétnica para as classes mais baixas²¹ (Portes, 1994, p635).

Portes ressalta a importância de entender como se dará a assimilação da segunda geração na sociedade norte-americana. Questionando se ela seguirá o mesmo caminho de mobilidade ascendente em direção à classe média, como no caso dos europeus, ou se será em direção descendente para as classes sociais mais baixas. Buscando compreender os fatores que determinam a assimilação dessas crianças e jovens. Preocupação essa que perpassará os outros artigos da publicação, que buscam compreender esse processo de assimilação.

No artigo seguinte, de Portes e Schauffer (1994), a principal problemática é o bilinguismo, tanto nas segundas gerações atuais como nas segundas gerações do começo do século 20. O artigo faz uma retomada do

²⁰ Tradução livre da autora do trecho: “...the adaptation of the second generation will be decisive in establishing the long-term outlook for contemporary immigration. It is indeed among the second generation, not the first, where such issues as the continuing dominance of English, the growth of a welfare-dependent population, the resilience of culturally distinct urban enclaves, and the decline or growth of ethnic intermarriages will be permanently decided” (Portes, 1994, p. 632).

²¹ Tradução livre da autora do trecho: “The second generation is the key to establishing the long-term consequences of immigration, but the course of its adaptation is uncertain at present. The questions of shifts in language and ethnic identities, used before as specific examples of uncertainty, are part of a more general puzzle. This puzzle is whether today's children of immigrants will follow their European predecessors and move steadily into the middle-class mainstream or whether, on the contrary, their ascent will be blocked and they will join children of earlier black and Puerto Rican migrants as part of an expanded multiethnic underclass” (Portes, 1994, p.635).

contexto histórico norte-americano da dualidade monolinguismo/bilinguismo, no qual o primeiro sempre prevaleceu. Essa retomada tem o objetivo de trazer elementos para entender a atual situação de insegurança linguística, uma vez que a rápida entrada de grandes contingentes de latino-americanos teria mudando o cenário linguístico de certas cidades, criando enclaves nos quais o inglês não seria o principal idioma. Portanto, tem como objetivo analisar o processo de assimilação linguística da nova segunda geração de imigrantes e a manutenção ou não da unidade linguística norte-americana. Para tal, analisam os dados de uma pesquisa realizada em Miami, no estado da Flórida, Estados Unidos da América, e conclui, entre outras coisas, que o conhecimento do inglês é quase universal e a preferência pelo uso do idioma inglês é alta, não sendo, portanto, a prevalência do inglês ameaçada.

Já o artigo de Fernandez-Kelly e Schaufler (1994) busca compreender o impacto da reestruturação da economia na assimilação da segunda geração. Para tal, os autores fazem uma revisão do conceito de assimilação e assimilação segmentada com objetivo de entender como o processo de assimilação dos imigrantes muitas vezes ocorre em meio a tensões e conflitos. Sempre fazendo uma correlação com o processo de assimilação dos imigrantes europeus e as perspectivas para a nova segunda geração. Além disso, o artigo busca compreender como as redes sociais e o capital humano das comunidades imigrantes são fontes que permitem acesso a melhores oportunidades de informação e de trabalho. Outro ponto analisado pelos autores é a identidade étnica. Buscando entender como a identidade étnica dos imigrantes os faria assimilar a determinados grupos da sociedade e não a outros. Para tal, os autores fazem uso de dados provenientes de *Surveys* e entrevistas qualitativas realizadas com segundas gerações de mexicanos, cubanos, vietnamitas, haitianos e nicaraguanos.

No artigo de Hirschman (1994) é feita uma análise das fontes de dados disponíveis nos Estados Unidos da América para o estudo da segunda geração de imigrantes e dos métodos usados para medir seu status socioeconômico. Mais especificamente, analisa os dados do censo populacional de 1990, buscando compreender suas limitações e possibilidades – uma vez que a partir de 1990 o quesito nacionalidade dos pais foi retirado do Censo. Além disso, chama a atenção para a falta de pesquisas voltadas especificamente para a questão migratória, que deixam como única possibilidade de fonte de informações o censo populacional. Enfatizando que seria preciso mais e melhores fontes de informações para entender o grupo em questão.

Jensen e Chitose (1994) analisam as informações sobre o status econômico, social e demográfico dos filhos de imigrantes e as compara com as informações dos norte-americanos nativos. O artigo tem como objetivo criar um retrato estatístico dos imigrantes nos Estados Unidos da América a partir das informações do Censo 1990. Também buscando entender as similaridades e discrepâncias entre os grupos imigrantes e os norte-americanos.

Já as análises dos arranjos familiares dos domicílios estrangeiros foram contempladas no artigo de Perez (1994). Nesse artigo o autor examina os arranjos familiares dos domicílios imigrantes buscando entender o impacto da nacionalidade, status socioeconômico e assimilação na estrutura familiar. Bem como o impacto do arranjo familiar na assimilação dos imigrantes.

Ainda na mesma publicação especial de 1994, seguem os artigos *“The Crucible within: Ethnic Identity, Self-Esteem, and Segmented Assimilation among Children of Immigrants”* de Ruben G. Rumbaut, *“Ethnic and Racial Identities of Second-Generation Black Immigrants in New York City”* de Mary C. Waters, *“Social Capital and the Adaptation of the Second Generation: The Case of Vietnamese Youth in New Orleans”* de Min Zhou e Carl L. Bankston.

O artigo de Rumbaut (1994) analisa a formação da identidade étnica dos imigrantes durante a adolescência, assim como sua assimilação cultural e psicológica. O estudo analisa mais aprofundadamente a segunda geração de asiáticos, latino-americanos e caribenhos. Demonstrando grandes diferenças nos padrões de autoidentificação étnica, dentro e fora dos grupos nacionais. Diferenças essas que confirmariam a assimilação de forma segmentada na formação das identidades, ao invés de uniforme, conforme a nacionalidade de origem.

Assim como o artigo anterior, Waters (1994) aprofunda o entendimento da questão racial e étnica para a segunda geração. O artigo analisa o caso dos indianos e haitianos. O estudo busca entender como a classificação racial dos imigrantes bem como sua classe social atua no processo de assimilação. Busca compreender como esses imigrantes, predominantemente negros, se incluem na sociedade norte-americana e se suas respectivas classificações raciais poderiam ou não interferir no processo de assimilação dessa segunda geração.

Já o artigo de Zhou (1994) estuda o caso dos jovens vietnamitas e busca entender como a cultura imigrante serve como suporte de capital social. E como esse capital social auxilia ou não o processo de assimilação da segunda geração.

Após essa edição especial, o tema passa a ser tratado mais frequentemente nos artigos da revista em questão e muitos livros surgiram a respeito da imigração latino-americana para os Estados Unidos da América e seus filhos. Contudo, apenas dois anos mais tarde o tema reaparece novamente nas publicações, em 1997, nas edições do julho, abril e na especial de janeiro

sobre *"Immigrant Adaptation and Native-Born Responses in the Making of Americans"*.

Na edição especial de janeiro de 1997 é possível destacar seis artigos que direta ou indiretamente tratam do tema da segunda geração; Zhou, Min *"Segmented Assimilation: Issues, Controversies, and Recent Research on the New Second Generation"*, Foner, Nancy *"The immigrant family: Cultural legacies and cultural changes"*, Rumbaut, Ruben G. *"Assimilation and its discontents: Between rhetoric and reality"*, Perlmann, Joel e Waldinger, Roger *"Second Generation Decline? Children of Immigrants, Past and Present A Reconsideration"*, Gans, Herbert J. *"Toward a Reconciliation of "Assimilation" and "Pluralism": The Interplay of Acculturation and Ethnic Retention"* e Alba, Richard e Nee, Victor, *"Rethinking Assimilation Theory for a New Era of Immigration"*.

Para novamente voltar a aparecer no ano de 2000 – embora nesse meio tempo seja possível observar artigos sobre a segunda geração do fluxo europeu ou em outros países que não os Estados Unidos da América – no artigo de Geoffrey Carliner *"The language ability of U.S. Immigrants: assimilation and cohort effects"*. Artigo no qual o autor analisa a habilidade linguística dos imigrantes, seus descendentes e norte-americanos nativos, por meio dos dados do censo 1980 e 1990.

Sendo seguido pelo artigo de Bailey, em 2001, no qual analisam a questão da inserção racial e étnica da segunda geração de dominicanos nos Estados Unidos da América, destacando o problema da dicotomia racial branco/negro e suas consequências para a assimilação de certos grupos imigrantes.

Já em 2002 é possível notar uma maior presença de artigos ao longo do ano, começando com Bankston III e Zhou, "*Being well VS. Doing well: self-esteem and school performance among immigrant and nonimmigrant racial and ethnic groups*", seguidos dos artigos de Brandon, "*The living arrangements of children in immigrant families in the United States*"; Farley e Alba, "*The new second generation in the United States*"; Ono "*Assimilation, ethnic competition, and ethnic identities of U.S.-Born persons of Mexican origin*"; Eickstein e Barberia, "*Grounding Immigrant generations in history: Cuban Americans and their transnational ties*"; Kasinitz, Mollenkopf e Waters, "*Becoming American/Becoming New Yorkers: immigrant incorporation in a majority minority city*"; Boyd, "*Educational attainments of immigrant offspring: success or segmented assimilation?*".

Voltando novamente em 2003 na edição especial, que tratou mais especificamente da questão da segunda geração na Europa. Logo, foi possível observar que assim como ocorreu com a segunda geração do fluxo europeu, os estudos voltados para a nova segunda geração tiveram como enfoque principal a assimilação dos imigrantes na sociedade receptora bem como suas consequências, tanto para os estrangeiros como para os norte-americanos.

1.4 – Estudos de segunda geração no Brasil.

Com objetivo de melhor compreender como os estudos de segunda geração de imigrantes se desenvolveram no âmbito nacional, esta seção busca fazer uma compilação dos mesmos. Para tal, retoma importantes estudos sobre o fluxo imigratório para o Brasil desde o final do século 19 e começo do século 20 até os tempos atuais. Essa retomada ao período das imigrações de massa para o Brasil teve como objetivo entender como o tema foi retratado na época em questão, visando à reconstrução da trajetória do tema da segunda geração na produção científica nacional.

Ao observamos a produção científica sobre a segunda geração de imigrantes, é possível constatar que um número escasso de publicações se dedicou exclusivamente aos descendentes diretos dos imigrantes. Ademais, a maior parte dos estudos que abordou a questão da segunda geração fez parte de estudos mais complexos sobre a assimilação de imigrantes na sociedade brasileira, considerando, portanto, seus descendentes como imigrantes eles próprios.

Foi possível observar que apesar do tema da segunda geração de imigrantes, ou como é descrito pela bibliografia menos recente, descendentes de imigrantes, não ser tratado de forma sistemática ele é presente em diversos estudos. Tais como os trabalhos de Willens, E. “Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes” de 1940; de Possamai, P. “Dall’Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul, 1875-1945”, de 2005; Boni, L. “Entre o passado e o desencanto: entrevistas com imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul”, de 1980; e de Truzzi, O “De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo”, de 1999, entre outros.

O tema não foi tratado como questão principal na maioria da bibliografia produzida sobre o fluxo migratório do final do século 19 e começo do século 20. Ao contrário, o tema parece surgir em decorrência dos estudos sobre a assimilação dos imigrantes de primeira geração na sociedade receptora, sendo, portanto, abordado apenas como um desdobramento do fluxo inicial. Logo, nesses estudos, a segunda geração foi apresentada sempre em conjunto com a primeira geração, não havendo distinção marcante entre a primeira e a segunda geração.

No caso da imigração alemã para o Brasil foi possível observar que embora o tema da segunda geração ou dos descendentes dos alemães esteja presente nos estudos sobre o fluxo em questão, o tema não é foco central das pesquisas. Na obra de referência sobre o tema de Willens (1980) é possível observar como a questão da segunda geração foi abordada. No livro o autor faz amplo estudo sobre o processo de aculturação e integração dos alemães no Brasil, retratando os processos sociais de assimilação desses imigrantes. No entanto, foi possível observar, no geral, que os imigrantes de primeira geração e de segunda geração são relatados numa única categoria analítica, os teuto-brasileiros.

A principal distinção não foi sobre as diferentes gerações, mas sim sobre os diferentes fluxos de alemães para o Brasil, distinguindo os recém-chegados dos mais antigos. Ademais, o autor também trata da questão da criação de escolas alemãs no país. No entanto, o estudo trata da escola como instituição e do papel da escola para ensinar a língua portuguesa aos imigrantes, mas não chega a abordar o tema dos alunos e das relações sociais estabelecidas nas escolas. Além disso, o livro também aborda a questão da família, do casamento endogâmico e das relações e normas estabelecidas no âmbito familiar. No entanto, conforme mencionado anteriormente, o tema da segunda geração não é tratado de forma específica, como fenômeno social em si, logo o texto não analisa os desdobramentos específicos da questão da segunda geração.

Em relação ao fluxo de italianos para o Brasil, também podemos observar que o tema da segunda geração é abordado como contínuo da primeira geração. O livro de Boni (1996) reúne diversos artigos sobre a presença italiana no Brasil é possível observar que o tema foi pouco abordado. Dentro os artigos que fazem parte da publicação, o artigo de Bassanezi (1996) aborda de forma indireta a questão da segunda geração.

Em seu artigo, Bassanezi (1996), retoma os aspectos sobre a nupcialidade dos imigrantes italianos e seus descendentes na cidade de Rio Claro, SP, com objetivo de melhor observar o grau de assimilação dos mesmos na sociedade brasileira. Segundo a autora, a imigração prevalente de homens dificultou uniões homogâmicas por parte dos italianos, uma vez que razão de sexo era bastante alta no grupo em questão; destacando a partir desse ponto a importância da segunda geração para o mercado matrimonial dos italianos no Brasil.

Paralelamente a partir daí, o impacto da imigração italiana se fez sentir mais de forma indireta, isto é, através dos filhos brasileiros de pais italianos, que adentravam no mercado de casamentos, ampliando as possibilidades de matrimônio dos italianos no interior do grupo oriundi. Basta lembrar que o número de filhos vivos nascidos de mães italianas nas duas primeiras décadas do século XX chegava a 40% do total de nascidos vivos em Rio Claro. (Bassanezi, 1996, p. 270)

Estes filhos de italianos apareciam também como candidatos preferenciais nas escolhas matrimoniais entre os estrangeiros e seus descendentes (...) Em realidade, os filhos de italianos existiam em grande número e estavam disponíveis no mercado de casamento local (...) (Bassanezi, 1996, p. 273)

Segundo a autora, os italianos buscavam sempre que possível parceiros da mesma nacionalidade ou descendentes. E é ao abordar o tema da nupcialidade que indiretamente Bassanezi aborda o tema da segunda geração, sem, no entanto, aprofundá-lo, mas ao mesmo tempo demonstrando o grande contingente numérico dos mesmos na cidade de Rio Claro.

Em outro artigo do livro acima mencionado, Confortin (1996) em seu artigo trata da questão do bilinguismo nas colônias remanescentes de italianos no Rio Grande do Sul. O objetivo da publicação é registrar e preservar a história das comunidades bilíngues. No entanto, embora o autor aborde a questão do bilinguismo nas distintas gerações de italianos, ele não distingue diferenças entre as gerações, separando o grupo em apenas mais velhos e mais jovens.

Portanto, mesmo que o artigo perpassasse a questão das gerações, não aborda a temática dos descendentes ou da segunda geração.

Ainda na publicação o artigo de Oro. (1996) aborda especificamente a questão dos descendentes. O artigo abre a discussão falando da escassa produção sobre os descendentes de italianos.

A já abundante e preciosa bibliografia sobre os italianos do Brasil mostra que poucos autores têm contemplado o tema da identidade étnica dos descendentes de italianos: os ítalo-brasileiros, ou taliani, isto é, os cidadãos brasileiros de origem italiana. Estes alcançam hoje no Brasil a cifra de cerca de 30 milhões de indivíduos, descendentes de segunda, terceira e quarta geração em sua maioria, e de primeira e quinta geração, em sua minoria. (Oro, 1996, p. 611)

Embora o artigo tenha se voltado mais para a questão da identidade étnica dos descendentes no geral, ou seja, não apenas para a segunda geração mas também para as gerações seguintes, pode ser compreendido como importante para o entendimento da migração do ponto de vista geracional. Em seu artigo, Oro (1996), aborda as questões relacionadas ao dialeto, à família e ao trabalho. No entanto, os descendentes são retratados como um contínuo da italianidade, evidenciando mais os aspectos relacionados à manutenção das práticas maternas do que os de ruptura. Mas ao mesmo tempo busca evidenciar a complexidade da construção da identidade dos descendentes de imigrantes.

No entanto, os descendentes de italianos no Rio Grande do Sul não negam a sua identidade de brasileiros e sobre tudo gaúchos. Em verdade postulam uma identidade étnica plural, considerando-se ao mesmo tempo, como gaúchos, brasileiros e de origem italiana. (Oro, 1996, p. 621)

Portanto, os descendentes dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, ao se considerarem taliani, estão reivindicando a condição de um grupo étnico à parte, grupo que se identifica enquanto gaúcho e brasileiro mas de origem italiana, i.e., continuador atual da cultura e dos valores trazidos pelo imigrantes da Itália do Norte (Oro, 1996, p. 626)

Portanto, o artigo de Oro (1996) faz uma abordagem importante da imigração do ponto de vista da questão geracional, abordando as questões relacionadas à construção da identidade étnica dos grupos imigrantes e seus descendentes. E também demonstrando a importância do entendimento da migração do ponto de vista das diferentes gerações.

Outro fluxo bastante estudado no qual podemos observar a questão da segunda geração é o dos sírio-libaneses. A principal bibliografia consultada sobre esse fluxo foi o trabalho Truzzi (1999). Nesse artigo o autor busca analisar os fatores condicionantes das trajetórias desenvolvidas pelos imigrantes sírios e libaneses em São Paulo e os “desdobramentos geracionais” associados a essas trajetórias. Ademais o autor retrata a importância da família e do trabalho familiar para a mobilidade social desses imigrantes.

Além disso, ao abordar a trajetória migratória desses imigrantes e sua mobilidade social na sociedade paulista, Truzzi (1999) toma a questão da segunda geração como tema central ao demonstrar a penetração dos descendentes em profissões liberais tais como medicina e advocacia, diferente da primeira geração na qual a profissão predominante era o comércio. Portanto, embora a segunda geração não seja o foco central do trabalho desenvolvido por Truzzi (1999), a mobilidade sócio-econômica alcançada pelo grupo em questão, principalmente pela segunda geração e as conseguintes é central em seu estudo. Decorrendo, conseqüentemente, a um maior aprofundamento do tema.

Em contraposição a essa forma de retratar a segunda geração como uma continuação da primeira geração, os estudos sobre a migração do fluxo japonês tratam, em parte, da questão da segunda geração como tema principal de seus estudos. Estudos tais como o de Pinheiro (2009) ou de Fumiko (1999).

Obviamente grande parte dos estudos sobre o fluxo japonês para o Brasil se voltou para a primeira geração ou para as diferentes gerações no âmbito da família, tais como Sakurai (2000), Saito (1980) e Willens (1948). No entanto, foi possível observar que as pesquisas também se voltaram especificamente para a segunda geração, no caso japonês, para os nisseis.

O caso da migração japonesa é bastante específico, uma vez que a própria comunidade japonesa no Brasil distingue as diferentes gerações com diferentes nomes, denominando de Isseis a primeira geração e de Nisseis a segunda geração, ou seja, japoneses que nasceram no Brasil. Logo, em diversos estudos tais como o de Harada (2008), de Kawahara (2007) e de Lesser (2008) foi possível observar o tema da segunda geração. Embora a maioria desses estudos esteja relacionada ao entendimento do fenômeno no âmbito da questão familiar.

Portanto, ainda que muitos estudos sobre a comunidade japonesa não distingam as diferentes gerações, estudos como o de Cardoso (1973) têm como ponto central a segunda geração. Em seu trabalho a autora analisa tanto quantitativamente como qualitativamente a presença dos imigrantes japoneses no Brasil. Segundo a autora:

Tratando-se, porém, de imigração familiar, logo veio a colocar-se o problema da educação dos descendentes.
(Cardoso, 1973, p.319)

Em seguida, a autora observa a importância das escolas públicas brasileiras e das escolas particulares com currículo primário japonês; que tiveram papel fundamental tanto para o aprendizado do português como para a manutenção das práticas culturais maternas. Além disso, a autora também aborda a questão da dupla orientação da segunda geração e da geração do meio dentro da família; demonstrando como os descendentes têm que lidar

com a expectativa de ascensão social por meio da educação e manutenção da identidade japonesa.

De qualquer forma, já bem cedo certos problemas se colocam ao nissei: o aprendizado do português, o ajustamento a um regime escolar diverso, a convivência com colegas e amigos. Desde então, ele começa a viver em dois ambientes distintos (Cardoso, 1973, p.321).

Além disso, a autora observa como a questão da aculturação é vivenciada pelas famílias japonesas, não como conflito, mas como processo desejado, no sentido em que permite a ascensão socioeconômica das mesmas. Ademais, a autora analisa o papel das associações juvenis e as relações estabelecidas dentro dela para o processo de assimilação desses descendentes.

Outro estudo sobre a comunidade japonesa, que também merece destaque por ter a segunda geração como objeto principal é o estudo realizado por Demartini (1999). Em seus estudos sobre a imigração japonesa para São Paulo a questão geracional foi ponto fundamental da pesquisa, buscando entender como a primeira, a segunda e terceira geração se integraram a sociedade brasileira.

No artigo a autora faz uso de relatos orais para recompor as trajetórias das três gerações e compreender as “mudanças e persistências culturais” do grupo em questão. Analisando nas relações familiares entre as diferentes gerações, o trabalho, a educação, a religião, entre outros. Nesse artigo, a autora salienta a importância de uma análise comparativa entre as diferentes gerações:

(...) pois através dela pode-se constatar a dinâmica social e histórica que age de maneira dialética na medida em que estão presentes diversos paradigmas que ora são abandonados, ora fortalecidos, mas na maioria das vezes reinterpretados de acordo com as necessidades e perspectivas individuais de cada membro familiar (Demartini, 1999, p. 10)

Ademais, Demartini (1999), aborda as questões relacionadas ao pertencimento identitário da segunda e terceira gerações, e os conflitos envolvidos na busca pelo pertencimento a uma coletividade, a brasileira. Busca de pertencimento a sociedade brasileira, mas, em conjunção com as tradições familiares japonesas. Sempre buscando compreender a gerações e suas distintas percepções a partir do núcleo da família.

Esse e outros trabalhos demonstram como a questão da segunda geração foi, em certos momentos, tratada como tema central nos estudos sobre o fluxo migratório japonês. Ademais, a análise dos outros estudos aqui relatados demonstra a presença da questão da segunda geração, mesmo quando não explícita ou ausente, evidenciando a importância do grupo no entendimento da questão migratória e a crescente demanda por conhecimento.

Crescente demanda essa que pode ser observada na Revista Travessia, do Centro de Estudos Migratórios (CEM), que no volume de setembro/dezembro de 1999, volta toda a sua publicação para a questão das gerações na migração. Volume no qual é abordada a questão migratória do ponto de vista geracional em diversos artigos, contemplando os teuto-brasileiros, os árabes, os japoneses, os brasileiros nos Estados Unidos da América, os africanos em Portugal e os nordestinos em São Paulo.

Portanto, a retomada da bibliografia nacional sobre o fluxo migratório do começo do século 20 permitiu avançar mais no entendimento de como a questão da segunda geração foi tratada nos estudos brasileiros. Tornando-se indispensável para pensar a segunda geração hoje no país, tanto do ponto de vista do fenômeno como do ponto de vista metodológico de abordagem do tema.

Já em relação aos estudos relacionados ao fluxo imigratório da segunda metade do século 20 e começo do século 21, muitos estudos já foram realizados sobre a presença dos latino-americanos no Brasil. A saber, o fluxo com maior contingente nas últimas décadas. No entanto, pouco ou quase nada tem dito sobre os filhos desses imigrantes, seus descendentes, ou seja, a segunda geração e as seguintes.

Sobre o fluxo de bolivianos para o Brasil e especificamente para São Paulo, bastantes estudos já foram realizados. Silva (1998, 1999, 2008) foi um dos principais pesquisadores da comunidade em questão e muito contribuiu para o conhecimento e entendimento do fluxo boliviano na cidade de São Paulo, porém pouca atenção foi dada a segunda geração; embora Silva indiretamente relate a presença dos mesmos.

Além desses, muitos outros estudos foram produzidos sobre os latino-americanos em São Paulo e no Brasil, no entanto, a maioria não tratou da questão geracional, mesmo quando indiretamente evidenciou o fenômeno. Como os estudos de Paiva (2007), Peres (2009) e Xavier (2010) que mencionam a importância da segunda geração.

Portanto, apesar do fluxo latino-americano para o Brasil, principalmente para São Paulo, ser alvo de diversas pesquisas, ainda pouco se estudou sobre seus descendentes, a geração 1.5 e a segunda geração. Dentre os escassos estudos voltados para os descendentes podemos destacar o trabalho de Pereira (2002) e de Magalhães (2010).

Pereira (2002) aborda a temática da segunda geração e das seguintes na fronteira Brasil-Paraguai. O principal objetivo de seu estudo é compreender o processo identitário étnico e nacional de brasileiros e paraguaios, de diferentes etnias, na fronteira. Ressaltando a importância do

contexto da fronteira, o qual seria, ao mesmo tempo, espaço de trocas e disputas. Ademais, o trabalho busca compreender o papel da educação na formação da identidade do grupo em questão.

Segundo a autora:

Cotidianamente esses sujeitos partilham valores da cultura de origem de seus pais e, num âmbito social mais amplo, convivem com valores nacionais e culturais dos países fronteiriços. Buscam-se, para tanto, elementos que subsidiem a hipótese de que a família é importante para a manutenção dos vínculos identitários, embora se considere que essa cultura não seja cristalizada e pura, nem se mantenha intacta através dos tempos (Pereira, 2000, p. 96).

Destacando a importância de voltar às atenções para a segunda geração:

O estudo com migrantes de segunda geração torna-se relevantes socialmente porque expõe o drama pessoal de indivíduos que precisam lidar com várias referências identitárias, ainda mais quando há a intersecção do étnico e do nacional numa região de fronteira (OLIVEIRA, 2000 apud Pereira, 2002, p. 96).

No entanto, a segunda geração analisada no estudo em questão foi bastante diversificada e não apenas de latino-americanos. A segunda geração analisada foi composta por paraguaios que viviam no Brasil, brasileiros que residiam no Paraguai, asiáticos e árabes, tanto que viviam no Brasil como no Paraguai. Dando mais destaque aos asiáticos e árabes, os quais a imigração do país de origem não é tão recente. Logo, o estudo voltou sua atenção para as segundas gerações de imigrantes asiáticos e árabes, e não tanto para os latino-americanos em si.

Mas seu estudo se faz importante no âmbito do entendimento da segunda geração, uma vez que capta os diversos conflitos e dilemas que os descendentes de imigrantes enfrentam. E que são ainda mais acentuados na fronteira, uma vez que convivem não apenas como uma sociedade diferente da de origem, mais duas, a brasileira e a paraguaia. Chamando a atenção para os

dilemas entre o pertencimento ao grupo étnico familiar e ao nacional. Demonstrando as dificuldades enfrentadas no aprendizado de não apenas duas línguas, mas muitas vezes três: a língua de origem da família, a do país de residência e a do país no qual frequenta a escola.

Já o outro estudo acima mencionado, o trabalho de Magalhães (2010) foca seu objeto na geração 1.5 de bolivianos que frequentam as escolas públicas de São Paulo. Buscando aprofundar a questão dos direitos legais dos imigrantes e o acesso ao ensino público. A pesquisa busca entrelaçar direitos dos imigrantes e educação, na tentativa de compreender como se dá a relação entre os imigrantes e a escola, uma vez que tanto os imigrantes documentados como os indocumentados tem direito a frequentar a escola. Apesar do estudo se voltar para a geração 1.5, o grupo pesquisado não foi assim definido, sendo definido apenas como imigrantes bolivianos. Ou seja, o trabalho analisa a situação dos imigrantes bolivianos que frequentavam a escola pública em São Paulo, os nascidos no exterior, os definidos formalmente como estrangeiros. Sem, portanto, contemplar a segunda geração e a migração do ponto de vista geracional.

Tal recorte se deve, provavelmente, à questão da nacionalidade de fato, uma vez que a segunda geração tem nacionalidade brasileira e, portanto, são contabilizados como nacionais e a geração 1.5 ser estrangeira, embora, na maioria das vezes, as duas passem por processos de integração bastante semelhantes. Ademais, o trabalho se volta mais às questões relacionadas ao direito do migrante e para os direitos humanos, portanto, toma como ponto de partida apenas os estrangeiros. Mesmo assim, esse estudo se mostra relevante uma vez que, mesmo que indiretamente, trata da questão dos imigrantes de geração 1.5.

Essa breve compilação de estudos sobre os descendentes de imigrantes permitiu verificar a necessidade de se incorporar às análises dos processos migratórios a segunda geração de imigrantes. No próximo capítulo serão

retomadas as informações acerca desse contingente imigrante latino-americano de segunda geração na Região Metropolitana de São Paulo, buscando compreender quantos são, quem são, onde se localizam no espaço paulista.

Capítulo 2 – As consequências indiretas da migração: a segunda geração de latino-americanos e geração 1.5 em São Paulo.

O fluxo de latino-americanos para São Paulo já foi bastante estudado (Silva, 2005; Silva, 2008, Silva, 1998; Silva, 1995; Paiva, 2007; Souchaud, 2007; Freitas 2009; Peres, 2009), tanto em termos qualitativos como em termo quantitativos, no entanto, nessas análises pouco se demonstrou ou observou sobre a segunda geração de latino-americanos. Logo, este capítulo tem como objetivo demonstrar a partir de dados populacionais tanto a presença da segunda geração como da geração 1.5 na Região Metropolitana de São Paulo. Para tal, primeiro será feita uma breve análise da imigração de latino-americanos na RMSP e adiante uma análise mais aprofundada da geração 1.5 e da segunda geração.

2.1 – Panorama da imigração latino-americana em São Paulo

A entrada de imigrantes no Brasil e em São Paulo não é um fenômeno recente, iniciando-se na segunda metade do século 19 e perdurando até os dias atuais. A imigração no século 19 teve origem ultramar, com volumosos fluxos provenientes principalmente da Europa e da Ásia (Patarra e Baeninger, 2004). Nesse período, grande parte dos imigrantes que o Brasil recebeu veio da Itália, Espanha e Portugal. A imigração foi um fator importante no desenvolvimento da economia do país, que passou a adotar medidas para incentivá-la. Grande parte desse fluxo se estabeleceu no estado e na cidade de São Paulo (Patarra e Baeninger, 2004).

A chegada de imigrantes de origem ultramar perdurou até a segunda metade do século 19 (Patarra e Baeninger, 2004). Desde então, o Brasil passou por mudanças nos padrões migratórios, destacando-se as intensas migrações internas, a emigração em direção a países desenvolvidos e a intensificação da

imigração intra-regional no âmbito da América Latina (Patarra e Baeninger, 2006). A imigração latino-americana se destinou principalmente para as regiões de fronteira e as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo (Patarra e Baeninger, 2006).

Embora seja possível observar o aumento relativo da entrada de latino-americanos no Brasil a partir da década de 50, é a partir da década de 70 que o fluxo começa a se intensificar. Crescimento esse que pode ser observado ao analisarmos o estoque de latino-americanos a partir dos dados do estoque de estrangeiros nos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, conforme a tabela 1²².

Tabela 1
Estoque de estrangeiros da América do Sul
Estado de São Paulo, 1940 a 2010

Período	Argentina	Bolívia	Chile	Paraguai	Peru	Uruguai
1940	7.121	81	201	572	80	825
1950	6.775	176	225	951	109	994
1960	7.597	1.516	626	1.625	355	1.332
1970	7.998	3.111	817	2.203	505	1.884
1980	11.130	4.322	11.163	2.753	886	3.783
1991	10.743	6.462	13034	3.299	1.651	3.964
2000	9.736	10.222	10947	4.143	2.926	3.914
2010	8.566	27.754	8.879	6.032	4.868	3.041

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

²² Embora seja de conhecimento que o número de imigrantes contabilizados nos censos seja subestimado e que muitos imigrantes ainda hoje vivem irregularmente no país, o Censo Demográfico ainda é a melhor estimativa para analisar a presença de estrangeiros no Brasil. Portanto, os números aqui analisados são referentes aos imigrantes recenseados e não a totalidade dos mesmos.

Ao analisarmos os dados do estoque de estrangeiros entre 1940 e 2010 é possível observar que de todos os imigrantes latino-americanos que residiam no estado de São Paulo, a maior parte deles chegou após 1950, principalmente após 1970. No entanto, existem diferenças no período de chegada ao Brasil entre as diferentes nacionalidades.

No caso dos imigrantes argentinos, podemos observar que a entrada dos mesmos já é presente desde o começo do século 19. Alcançando seu auge nos anos 1980 e declinando a partir dos anos 1990. Em relação aos bolivianos, podemos observar que a imigração aumenta a partir dos anos 1960 e se intensifica continuamente a partir de então, tendo um aumento significativo a partir dos anos 1990 até 2010. Já a imigração chilena atinge seu auge nos anos 1990 e declina a partir da década de 2000. Os paraguaios começam a chegar ao em São Paulo de forma progressiva desde 1960 e seu fluxo se intensificou desde então. No caso dos peruanos, é a partir da década de 1990 que sua presença começa a incrementar. Já os uruguaios, bem como os paraguaios, começam a chegar de forma mais significativa a partir de 1960, apresentado um declínio em 2010.

Ou seja, apesar das variações ao longo do período analisado, constata-se uma concentração de entrada de imigrantes latino-americanos em São Paulo a partir da década de 1960 e principalmente a partir 1970; embora, a entrada dos latino-americanos varie em volume conforme a nacionalidade. Além disso, destacam-se em 2010, os estoques com maiores incrementos: bolivianos, peruanos e paraguaios.

As análises para a Região Metropolitana de São Paulo estarão baseadas no Censo Demográfico de 2000, em função da recente disponibilização dos dados de 2010 (27/04/2012). A população estrangeira na RMSP, em 2000, compunha 1,4% da população total, ou seja, 250.406 pessoas do total de

17.879.997 de pessoas. Grande parte do estoque de estrangeiros é decorrente da imigração de europeus e asiáticos do começo do século 19, conforme podemos observar nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2
Estoques de Estrangeiros
Principais nacionalidades
RMSP, 2000

País	Frequência	Porcentagem
PORTUGAL	80.747	32,2
JAPÃO	32.667	13,0
ITÁLIA	25.477	10,2
ESPANHA	18.459	7,4
BOLÍVIA	8.910	3,6
CHILE	8.089	3,2
CORÉIA DO NORTE, CORÉIA DO SUL	7.284	2,9
ARGENTINA	6.284	2,5
ALEMANHA	5.725	2,3
LÍBANO	5.599	2,2
CHINA	5.566	2,2
PAÍSES DA ANTIGA URSS	3.179	1,3
EUA	2.949	1,2
URUGUAI	2.854	1,1
FRANÇA	2.768	1,1
POLÔNIA	2.744	1,1
EGITO	2.361	,9
TAIWAN	2.267	,9
PERU	2.105	,8
PARAGUAI	2.078	,8
TOTAL	228.112	90,9

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Tabela 3
Estoque de Estrangeiros
Principais nacionalidades
RMSP, 1991

País	Frequência	Porcentagem
PORTUGAL	100.061	32,9
JAPÃO	41.073	13,5
ITÁLIA	31.331	10,3
ESPANHA	25.000	8,2
CHILE	10.256	3,4
ALEMANHA	8.261	2,7
ARGENTINA	8.023	2,6
CORÉIA	7.422	2,4
LÍBANO	6.400	2,1
URSS	5.393	1,8
BOLÍVIA	5.250	1,7
CHINA CONTINENTAL	4.884	1,6
POLÔNIA	4.455	1,5
ROMÊNIA	3.674	1,2
IUGOSLÁVIA	3.173	1,0
EUA	3.162	1,0
URUGUAI	2.815	,9
HUNGRIA	2.771	,9
EGITO	2.674	,9
FRANÇA	2.408	,8
TOTAL	278.486	91

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Tanto em 2000 como em 1991 foi possível observar que Portugal, Japão, Itália e Espanha ainda eram os principais países de origem dos imigrantes, fato esse decorrente do fluxo do final do século 19 e começo do século 20. Também é possível observar que não há muitas variações entre as principais nacionalidades

entre 1991 e 2000. No entanto, em 2000, já podemos observar o aumento da importância dos países do MERCOSUL Ampliado no estoque de estrangeiros na RMSP. Do total de estrangeiros presentes na RMSP, 11% aproximadamente, eram de imigrantes mercosulinos²³ (Tabela 4 e 5).

Em 2000, os seis países do Mercosul Ampliado - Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai - estavam entre as 20 nacionalidades mais presentes, enquanto em 1991, apenas Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai estavam entre eles. Também é possível observar a importância da participação dos bolivianos no estoque de imigrantes, passando ser a nacionalidade latino-americana com mais imigrantes em 2000 na RMSP.

Tabela 4
Estoque de Estrangeiros
Mercosul Ampliado
RMSP 2000

País	Frequência	Porcentagem
BOLÍVIA	8.910	29,4
CHILE	8.089	26,7
ARGENTINA	6.284	20,7
URUGUAI	2.854	9,4
PERU	2.105	6,9
PARAGUAI	2.078	6,9
TOTAL	30.319	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Tabela 5
Estoque de Estrangeiros
Mercosul Ampliado
RMSP 1991

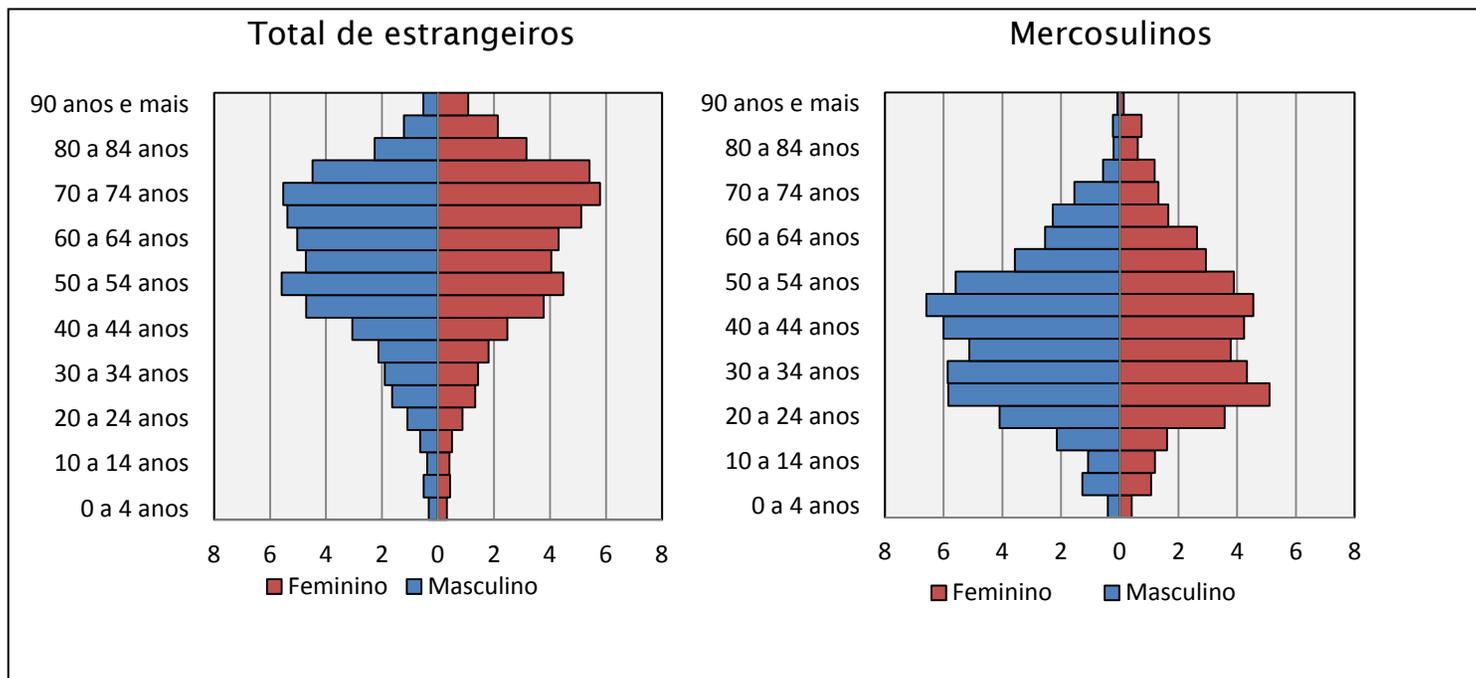
País	Frequência	Porcentagem
CHILE	10.256	34,8
ARGENTINA	8.023	27,2
BOLÍVIA	5.250	17,8
URUGUAI	2.815	9,5
PARAGUAI	1.940	6,6
PERU	1.220	4,1
TOTAL	29.505	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Além do mais, a estrutura etária dos imigrantes mercosulinos residentes na RMSP, em 2000, é distinta da estrutura etária da população estrangeira total, conforme é possível observar na figura 1 a seguir.

²³ O termo mercosulino é aqui usado para denominar as pessoas provenientes dos países do MERCOSUL ou do MERCOSUL Ampliado.

Figura 1
Estrutura etária da população estrangeira da RMSP
RMSP
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Ao observarmos o gráfico acima é possível notar que o fluxo de mercosulinos é, em grande parte, composto de pessoas em idade ativa; enquanto, ao observarmos a estrutura etária da população estrangeira total na RMSP, nota-se uma estrutura etária bastante envelhecida, com poucas crianças e jovens e além do número reduzido de pessoas em idade ativa. Essa estrutura etária é decorrente do envelhecimento do estoque do fluxo de europeus e asiáticos que chegaram ao Brasil no final do século 19 e começo do século 20; enquanto a estrutura etária dos imigrantes mercosulinos é mais adulta, resultado do fluxo ser relativamente recente na RMSP.

Segundo Silva (2008), o fluxo de latino-americanos é composto predominantemente de pessoas de 18 a 35 anos, similar número de homens e mulheres, solteiros, com escolaridade média ou baixa. Além disso, a maior parte

dos imigrantes latino-americanos em São Paulo teria vindo com o objetivo de trabalhar nos ramos de confecções, comércio e serviços. O ramo da costura teria se tornado o principal entre os latino-americanos devido ao processo de substituição de mão de obra que antes era composta pelos imigrantes coreanos que foram substituídos inicialmente pelos bolivianos e mais tarde pelos demais sul-americanos (Silva, 2008).

Segundo estudos realizados pelo autor, os maiores fluxos de estrangeiros latino-americanos em São Paulo na atualidade são de bolivianos, peruanos e paraguaios. Os bolivianos e peruanos se inseriram, principalmente, no mercado de trabalho da indústria e transformação como as confecções, comércio e saúde; enquanto os paraguaios entraram no mercado de trabalho do artesanato e confecções (Silva, 2008).

Em outro estudo (Silva, 1998), o autor, a partir de dados da Pastoral do Migrante (entidade de apoio aos migrantes) traça um perfil mais detalhado dos bolivianos, chilenos, argentinos, paraguaios, peruanos e uruguaios que ingressaram no país no período entre 1990 e 1998.

Segundo o Silva (1998), os bolivianos que imigraram para São Paulo nesse período eram majoritariamente jovens de 18 a 44 anos; em igual número de homens e mulheres; solteiros; com grau de escolaridade médio. Residiam principalmente nos bairros centrais como Brás, Bom Retiro, Pari, Cambuci, Campos Elísios, Liberdade e bairros periféricos como Guaianazes, Itaquera, Vila Guilherme e outros. O principal ramo de trabalho era a costura (Silva, 1998).

Os imigrantes paraguaios que ingressaram no mesmo período também eram jovens de faixa etária de 18 a 44 anos; em número um pouco maior de homens do que mulheres; solteiros em sua maioria, com grau de escolaridade médio. O ramo de trabalho mais frequente foi a costura, o comércio e o

artesanato. Residiam em bairros centrais como Brás, Pari, Santa Cecília, Mooca e bairros periféricos e no ABCD Paulista (Silva, 1998).

Os peruanos também eram de faixa etária jovem de 18 a 44 anos; em número maior de homens; em sua maioria, solteiros; com grau de escolaridade médio. O ramo de trabalho principal foi o artesanato e o comércio ambulante. Os bairros de residência mais frequente foram o Brás, Santa Cecília, Bom Retiro, Cambuci, Bela Vista, Perdizes, Butantã, Itaim - Bibi e Tatuapé (Silva, 1998).

A maioria dos chilenos tinha idade entre 18 e 54 anos; o número de homens foi maior; com números semelhantes de casados e solteiros e com grau de escolaridade alto. As principais atividades profissionais foram o comércio, o artesanato e o setor de serviços. Os bairros de residência mais recorrentes foram Ipiranga, Mooca, Butantã, Pinheiros, Santana, Casa Verde, Saúde, Itaquera e ABCD Paulista e cidades vizinhas (Silva, 1998).

Os argentinos em sua maioria eram homens; jovens de 25 a 44 anos; solteiros e com escolaridade alta. Os ramos de trabalho mais freqüentes foram o artesanato, o magistério e serviços. Os bairros de residência foram bairros centrais e Itaim - Bibi, Santo Amaro, Penha, Tatuapé, Itaquera, Saúde, Aclimação e municípios vizinhos (Silva, 1998).

Os uruguaios eram em geral de idade mais envelhecida entre 45 e 55 anos; solteiros; com maioria de homens e com escolaridade alta. Os bairros de residência mais recorrentes foram a Mooca, Santa Cecília, Paraíso, Ipiranga, Cerqueira César, Santo Amaro e municípios (Silva, 1998).

Além disso, se analisarmos a composição familiar dos domicílios com responsáveis ou cônjuges imigrantes mercosulinos, a partir dos dados do Censo Demográfico 2000, podemos observar as diferentes posições dos imigrantes no

domicílio, sendo 46,1% responsável pelo domicílio, 25,9% cônjuge e 14,7% de filhos ou enteados do responsável pelo domicílio, conforme tabela 6. E são justamente esses filhos e enteados que este estudo se propõe a estudar, ou seja, a geração 1.5 e a segunda geração de imigrantes.

Tabela 6
Estoque de Estrangeiros
Relação com o responsável pelo domicílio
Mercosul Ampliado
RMSP 2000

Relação com o responsável pelo domicílio	Frequência	Porcentagem
Responsável	13.967	46,1
Cônjuge, companheiro(a)	7.855	25,9
Filho(a), enteado(a)	4.466	14,7
Pai, mãe, sogro(a)	1.482	4,9
Neto(a), bisneto(a)	870	2,9
Irmão, irmã	740	2,4
Outro parente	359	1,2
Agregado(a)	182	,6
Pensionista	162	,5
Empregado(a) doméstico(a)	119	,4
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	97	,3
Individual em domicílio coletivo	21	,1
Total	30.319	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

2.2 - A segunda geração e a geração 1.5 no Censo Demográfico 2000²⁴.

Embora muitos estudos já tenham sido realizados sobre a primeira geração de latino-americanos no Brasil (Silva, 2005; Silva, 2008, Silva, 1998; Silva, 1995; Paiva, 2007; Souchaud, 2007; Freitas 2009; Peres, 2009), e principalmente em São Paulo (Silva, 2008; Paiva, 2007; Freitas 2009; Rolnik, 2009), pouco se conhece sobre a realidade da segunda geração de imigrantes. O fluxo imigratório latino-americano para São Paulo data de pelo menos 40 anos atrás e um contingente expressivo de famílias imigrantes se formou na cidade de São Paulo, fato associado ao próprio fenômeno migratório em si, ao processo de reunificação familiar e formação de novas famílias.

Na Região Metropolitana de São Paulo e principalmente na cidade de São Paulo, a segunda geração da corrente imigratória de latino-americanos é presença marcante nas regiões centrais da cidade e em outros municípios metropolitanos. Apesar disso, pouco se sabe sobre essas crianças e adolescentes, tanto em termo quantitativos como em termos qualitativos.

Assim como para a primeira geração, a qual o exato número de estrangeiros latino-americanos na cidade de São Paulo ainda permanece desconhecido e divergente entre as fontes oficiais e as provenientes de instituições de apoio ao migrante, para a segunda geração o cenário é bastante parecido. Decorrente disso, a mensuração do tamanho da segunda geração se faz ainda mais difícil, resultado tanto da não documentação característica do fluxo, como falta de dados consistentes a respeito do volume do grupo. Fato ainda mais

²⁴ Para este item serão usados os microdados do censo demográfico de 2000, em função da recente disponibilidade dessas informações para o Censo demográfico de 2010.

agravado, uma vez que parte da segunda geração é brasileira, e, portanto, nas fontes oficiais são consideradas como tal, ocultando a origem familiar estrangeira.

No entanto, a formação da segunda geração de imigrantes latino-americanos pode ser observada a partir dos micro-dados do Censo Demográfico IBGE. Portanto o objetivo desse trabalho vai além de debater a questão da segunda geração de latino-americanos na RMSP, mas também demonstrar a sua presença a partir dos dados do Censo Demográfico 2000.

Conforme demonstrado anteriormente no primeiro capítulo, a segunda geração pode ser definida como a geração de filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor. (Portes, 1996; Kazinitz, Mollenkopf, Waters 2004). Portanto, para esse estudo, a segunda geração é definida como aqueles indivíduos que tinham ao menos um dos pais de origem latino-americana, enquanto a geração 1.5 é aquela que nasceu no exterior mas chegou ainda criança ou adolescente no Brasil²⁵. No sentido de estabelecer uma idade limite para considerar um estrangeiro como de geração 1.5 utilizaremos o critério máximo de 17 anos de idade. Esse critério foi estabelecido levando em consideração a possibilidade de que esses jovens tenham realizado uma parte de sua socialização no Brasil; possivelmente através da escola. Nesse sentido, 17 anos seria a idade correspondente ao último ano do ensino médio²⁶.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2000, na Região Metropolitana de São Paulo residiam um total de 8.910 bolivianos, 8.089 chilenos, 6.284 argentinos, 2.854 uruguaios, 2.105 peruanos e 2.078 paraguaios. No entanto, esses dados não distinguem os imigrantes de primeira geração, ou seja, que migraram adultos, e a geração 1.5, isto é, imigrantes que nasceram no exterior mas vieram ainda jovens para o Brasil.

²⁵ Para as análises aqui realizadas os responsáveis pelo domicílio e cônjuge foram considerados como primeira geração.

²⁶ Embora seja sabido que existe uma distorção entre a série e a idade correspondentes, principalmente entre os imigrantes, uma vez que os mesmos podem perder meses ou anos de estudo no processo migratório, para esse estudo, não será levada em conta essa distorção, ficando estabelecido o limite máximo de idade 17 anos, que corresponde ao terceiro ano do ensino médio.

Logo, separando os dados sobre os domicílios que tinham como responsável ou cônjuge ao menos uma pessoa de origem latino-americana é possível diferenciar a geração um da geração 1.5 e incluir a segunda geração. A metodologia usada para separar as residências estrangeiras foi a caracterização do domicílio a partir da variável “responsável pelo domicílio” e “cônjuge”. Para este estudo, foram considerados como domicílios estrangeiros aqueles que tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de origem latino-americana e apenas esses²⁷.

Adotar a análise do domicílio ao invés do indivíduo permitiu incluir nas análises as pessoas que moravam em domicílio com presença estrangeira, mas eram brasileiros ou naturalizados, incluindo assim a segunda geração. Segunda geração essa que não é possível captar a partir da análise dos dados sobre estrangeiros. Foram considerados como segunda geração e geração 1.5 todos os indivíduos presentes nesses domicílios estrangeiros que foram declarados como filhos ou enteados do responsável e chegaram ao Brasil com até 17 anos de idade.

Logo é possível observar, separando os dados dos domicílios que tinham como responsável ou cônjuge ao menos uma pessoa de origem latino-americana, que o número de indivíduos é bastante ampliado²⁸. No caso dos argentinos, na RMSP em 2000, o número de pessoas presentes em domicílios argentinos é de 12.760, destes 4.621 foram declaradas como filhos/enteados. Já nos domicílios bolivianos o número total de pessoas foi de 18.156, sendo 7.382 filhos/enteados. Similar situação a dos chilenos, que somam um total de 17.487 pessoas, dessas 7.111 filhos/enteados. Nos domicílios paraguaios é possível

²⁷ A metodologia usada nas análises desta dissertação foi detalhadamente descrita no item 2.4 desse capítulo.

²⁸ No entanto, os domicílios que tinham estrangeiros latino-americanos, mas não tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de origem latino-americana não foram incluídos nessas análises. Portanto, esse recorte de análise inclui apenas os estrangeiros presentes em domicílios denominados como estrangeiros, excluindo os que não residiam nesses domicílios. Logo, o total de estrangeiros analisados aqui não é correspondente ao total de latino-americanos na RMSP. No caso dos argentinos a cobertura foi de 89,9%, para os bolivianos foi de 96,5%, 95,3% para os chilenos, já para os peruanos foi de 90,8%, para os uruguaios 92,2 e para os paraguaios foi de 73,4%.

observar a presença de 4.989 pessoas, destes 1.095 filhos/enteados. Já no caso dos domicílios peruanos o número de filhos/enteados foi de 1.294 enquanto o número total de indivíduos foi de 3.953. Para os uruguaiois, é possível observar a presença de 6.706 pessoas nos domicílios e 2.577 declarados como filhos/enteados. Portanto, primeiro analisaremos as características sociodemográficas dos domicílios e após, a segunda geração especificamente.

2.2.1 Características dos domicílios latino-americanos

Com objetivo de melhor conhecer e entender os domicílios estrangeiros, - aqui definidos como os domicílios que tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa estrangeira - nessa seção analisaremos os domicílios de origem latino-americana (nesse caso, argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos e chilenos), para tal será feita uma breve análise de algumas características sócio-demográficas dos mesmos.

Ao fazermos esse recorte do domicílio como um todo e não apenas dos indivíduos estrangeiros é possível observar como o volume de pessoas foi bastante ampliado. Na tabela 7 podemos notar o número total de estrangeiros - provenientes do Mercosul Ampliado - e o número total de pessoas nos domicílios denominados como domicílios latino-americanos.

Tabela 7
Estoque de Estrangeiros
Pessoas no domicílio
Mercosul Ampliado
RMSP 2000

Nacionalidade	Estrangeiros	Total nos domicílios
Argentinos	6.213	12.760
Boliviano	8.917	18.156
Chilenos	7.985	17.487
Paraguaios	1.673	4.989
Peruanos	2.074	3.952
Uruguaios	2.821	6.706
Total	29.683	64.050

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Logo, podemos observar que o número de estrangeiros nos domicílios de origem argentina foi de 48,7%, ou seja, metade do domicílio; já nos domicílios de origem boliviana essa porcentagem foi de 49,1%, nos de origem chilena de 45,6%, enquanto nos de origem paraguaia foi de 33,5%; nos domicílios de origem peruana foi de 52,5% e nos domicílios de origem uruguaia foi de 42,1%. Ou seja, nos domicílios de origem argentina, boliviana, chilena e peruana foi possível observar que a presença de estrangeiros é quase a metade do total de pessoas, enquanto nos domicílios de origem paraguaia e uruguaia o número de estrangeiros foi mais reduzindo.

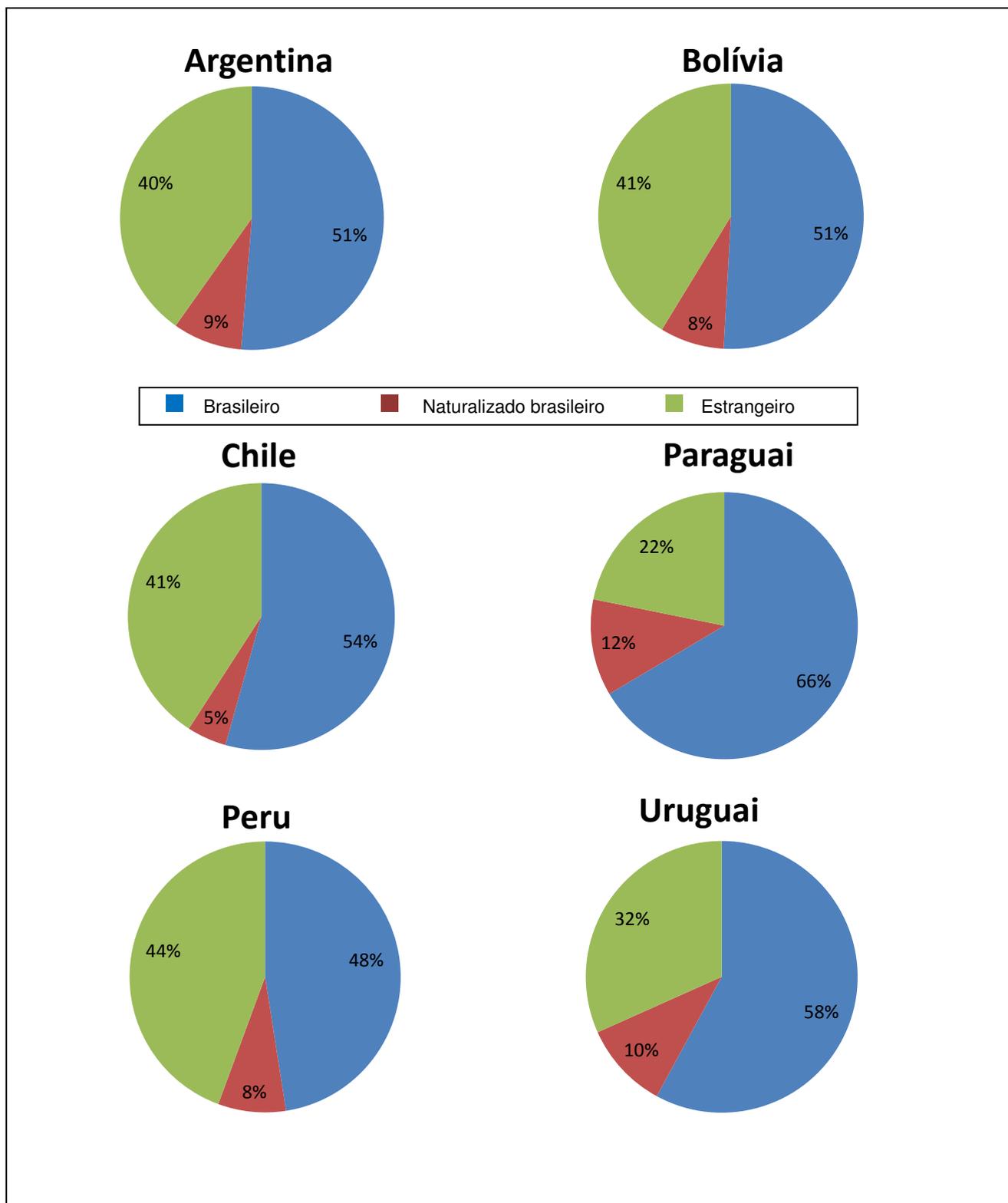
Mais detalhadamente, conforme é possível notar na figura 2, a seguir entre as pessoas que moravam em domicílios de origem argentina, é possível observar que pouco mais da metade das pessoas eram de origem brasileira, 51%, enquanto 40% estrangeiros e 9% naturalizados brasileiros; ou seja, 6.547 brasileiros, 1.085 naturalizados brasileiros e 5.126 estrangeiros.

Nos domicílios de origem boliviana a distribuição em relação à nacionalidade foi bastante similar aos domicílios argentinos, embora o volume seja distinto. Logo, 51% das pessoas eram brasileiros enquanto 41% eram estrangeiros e 8% naturalizados brasileiros; ou seja, 9.239 eram brasileiros, 1.420 naturalizados e 7.497 estrangeiros.

Já nos domicílios de origem chilena 54% das pessoas eram brasileiras, 41% eram estrangeiros e 5% naturalizados; ou seja, 9.502 brasileiros, 7146 estrangeiros e 839 pessoas naturalizadas. Enquanto nos domicílios de origem paraguaia o número de pessoas estrangeiras foi o menor entre todas as outras nacionalidades analisadas, de 22%, sendo a presença de brasileiros foi 66% e 12% naturalizados; logo, 3.316 brasileiros, 1.089 estrangeiros e 584 naturalizados.

Os domicílios de origem peruana eram compostos de 48% de brasileiros, 44% de estrangeiros e 8% de naturalizados, respectivamente, 1.878 brasileiros, 1.754 estrangeiros e 320 naturalizados. Bastante diferente dos domicílios uruguaios, nos quais a presença de brasileiros foi de 58% do total enquanto a porcentagem de estrangeiros foi 32% e 10% de naturalizados, ou seja, 3.885 brasileiros, 2125 estrangeiros e 695 naturalizados.

Figura 2 - Distribuição das pessoas que residiam em domicílios com presença estrangeira, RMSP/2000

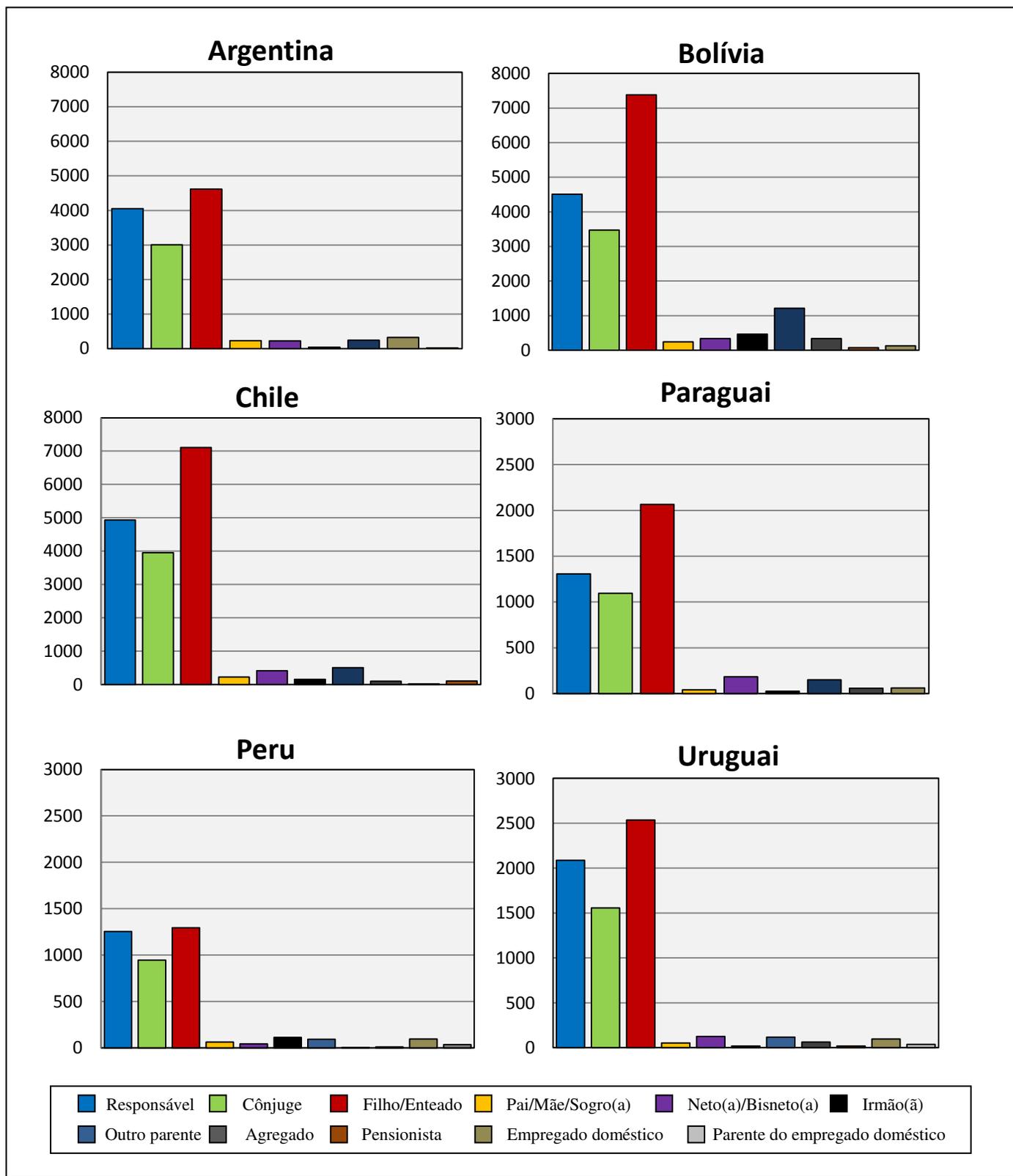


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

No entanto, é preciso salientar que a nacionalidade do domicílio é bastante influenciada pela presença dos filhos/enteados que são majoritariamente brasileiros. Portanto, se observarmos a nacionalidade do domicílio sem a presença dos filhos/enteados, é possível notar que os domicílios de origem argentina eram compostos 53,1% estrangeiros, 12,1% naturalizados, enquanto apenas 34,3% de brasileiros. Já nos domicílios de origem boliviana a presença de estrangeiros foi de 60,6%, enquanto de naturalizados foi de 11,8% e 27,6% de brasileiros. Nos domicílios chilenos a presença de estrangeiros foi de 56,1%, 7% de naturalizados e 36,9% de brasileiros, enquanto nos domicílios paraguaios a presença de estrangeiros foi de 34,1%, 19,7% de naturalizados e 46,2% brasileiros. Em relação aos domicílios peruanos a presença foi 57,8% estrangeiros, 10,3% de naturalizados e 31,9% de brasileiros, já nos de origem uruguaia a presença de estrangeiros foi de 45,8%, 15,3% de naturalizados e 38,9% de brasileiros.

Em relação à composição domiciliar, podemos notar, conforme demonstrado na figura 3 a seguir, que os domicílios eram compostos em sua maioria por responsável pelo domicílio, cônjuge e filhos/enteados, registrando com pouca presença de outras pessoas. Para todas as nacionalidades é possível notar a grande importância dos filhos/enteados na composição dos domicílios. No caso dos argentinos, a presença de filhos/enteados representou 36,2% do total do domicílio, para os bolivianos foi de 40,7% assim como para os chilenos, já para os paraguaios a presença dos filhos/enteados representou 41,4% do total do domicílio enquanto para os peruanos 32,7% e 37,8% para os uruguaios.

Figura 3 - Relação com responsável pelo domicílio, por nacionalidade/RMSP/2000

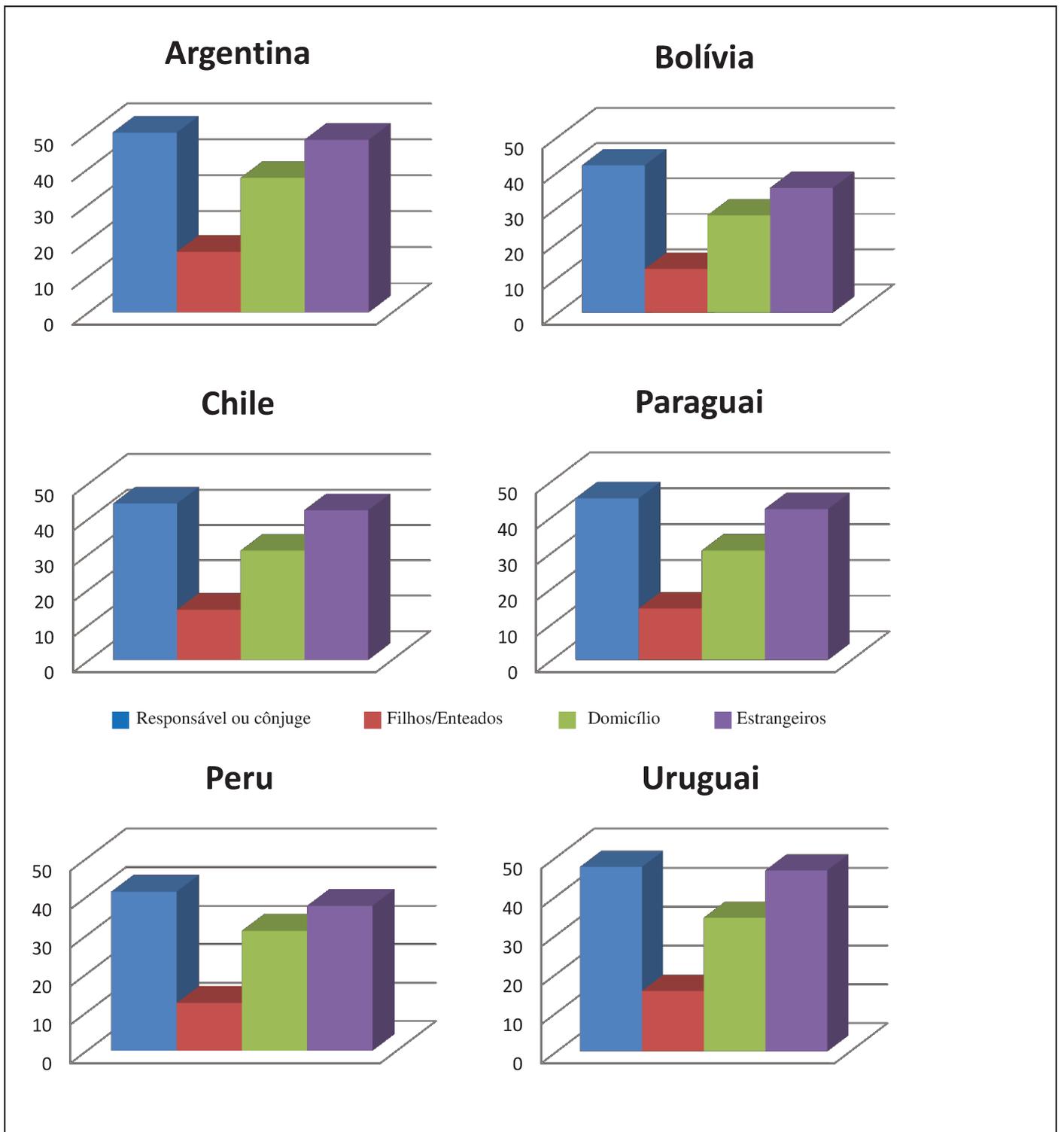


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000 - Amostra expandida/ tabulações especiais.

Em relação à idade média é possível ressaltar que entre todas as nacionalidades a média foi abaixo dos 50 anos. Os domicílios de origem argentina e uruguaia foram os que apresentaram índices mais altos em relação aos outros domicílios, para todos os grupos; e os domicílios de origem boliviana foram os que apresentaram menor idade média, seguido pelos de origem peruana. Além disso, a idade média dos estrangeiros foi maior que a do domicílio para todas as nacionalidades. No entanto a idade média dos estrangeiros foi menor que a idade média da primeira geração - responsável ou cônjuge - para todas as nacionalidades. Outro fator chama a atenção é a idade média dos filhos/enteados, que foi abaixo de 17 anos para todas as nacionalidades; conforme é possível observar na figura 4.

Nos domicílios de origem argentina a idade média do domicílio total foi de 37,4 anos, de 48 anos para os estrangeiros, 50,5 para a primeira geração e 16,8 anos para a segunda geração. Já nos domicílios de origem boliviana a idade média dos estrangeiros foi de 35,8 anos enquanto a idade média do domicílio total foi de 27,6 anos, de 41,8 anos para a primeira geração e 12,4 anos para a segunda geração. No caso dos chilenos, a idade média do domicílio foi de 30,9 anos enquanto a idade média dos estrangeiros foi 42,3 anos, sendo 14,2 anos a idade média da segunda geração e 44,2 anos da primeira geração. No caso dos paraguaios a idade média da segunda geração foi de 14,4 anos enquanto da primeira geração foi de 45,2 anos, para o domicílio foi de 30,6 anos e para os estrangeiros de 37,6 anos. Já nos domicílios de origem peruana a idade média foi de 34,3 anos, de 37,6 anos para os estrangeiros e 12,4 anos para a segunda geração e 41,3 anos para a primeira. Enquanto para a segunda geração de uruguaios foi de 15,5 anos, 47,4 anos para a primeira geração, 46,5 anos para os estrangeiros e 34,3 anos para o domicílio.

Figura 4 -Idade média nos domicílios segundo nacionalidade/RMSP/2000

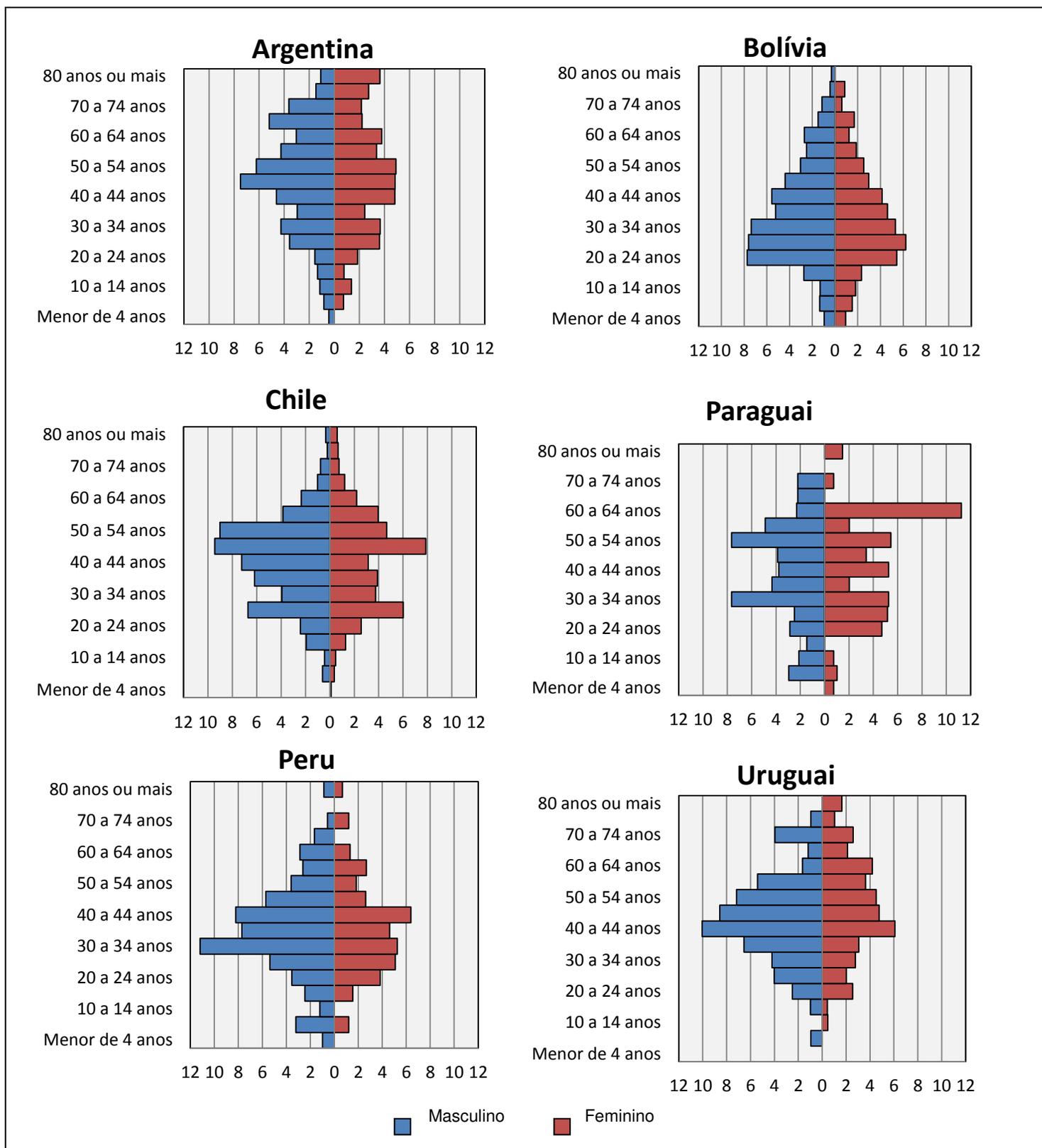


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Portanto, entre os grupos analisados os argentinos eram mais velhos em relação às outras nacionalidades, tanto em relação à idade média da segunda geração, como da idade média dos responsáveis ou cônjuges, do total do domicílio dos estrangeiros; enquanto os bolivianos tinham a menor idade média pra todos os grupos analisados.

Ademais se observamos a estrutura etária do estoque de estrangeiros na Região Metropolitana de São Paulo para o ano de 2000 fica evidente a pequena presença de crianças, para todas as nacionalidades, assim como de idosos (Figura 5); sendo predominante a presença de adultos em idade ativa, mais homens do que mulheres.

Figura 5 - Estrangeiros Latino- Americanos – Estoque/RMSP/2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais

Sobre a razão de sexo dos estrangeiros – a porcentagem de homens por mulheres – é possível observar que para todas as nacionalidades a presença de homens foi maior do que a presença de mulheres (Gráfico 1). Destacando-se, a razão de sexo dos peruanos (161,3%) seguido da uruguaia (138,7%); os estrangeiros paraguaios foram os que apresentaram uma razão de sexo mais igualitária, com 103,3%, seguidos dos argentinos com 113,5%; já os bolivianos tinham uma razão de sexo de 126,8%, bastante similar ao indicador chileno, 129,8%.

Em relação aos filhos/enteados – a segunda geração – a razão de sexo foi mais igualitária, não apresentando grandes diferenças no volume de homens e mulheres, para os domicílios de origem peruana (101,4%), paraguaia (101,5%) e boliviana (101,6%). Já nos domicílios de origem uruguaia a razão de sexo foi de 87,2%, ou seja, maior número de mulheres do que de homens, a menor entre as nacionalidades analisadas. A maior razão de sexo para a segunda geração foi nos domicílios de origem argentina, com 105,6%, enquanto chilenos apresentaram uma razão de 94,3%.

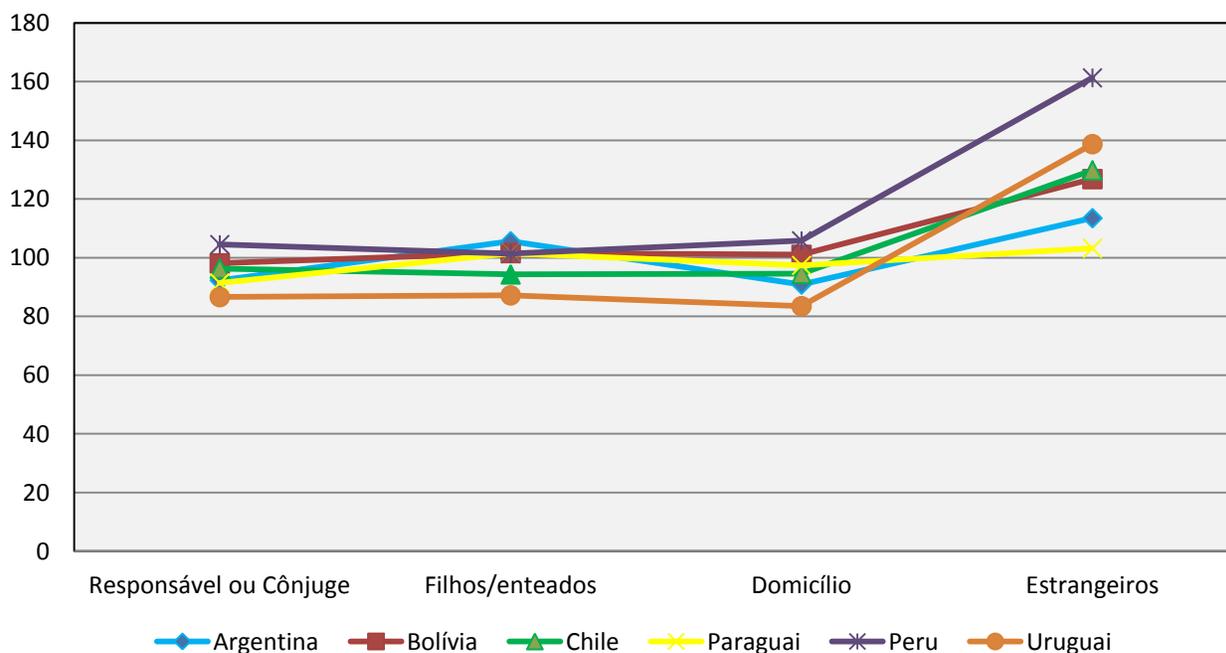
Para a primeira geração – responsável ou cônjuge – a presença de mulheres foi maior do que a de homens, exceto para os peruanos, que apresentaram uma razão de 104,5%; para os argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios a razão de sexo foi, respectivamente, de 92,3%, 98,1%, 96,3%, 91,4%, e 86,6%.

A razão de sexo nos domicílios foi bastante distinta entre as nacionalidades, levemente mais alta para os domicílios de origem boliviana (101%) e peruana (105,8%) e mais baixa nos domicílios de origem argentina (90,9%), chilena (94,5%), paraguaia (97,4%) e uruguaia (83,5).

Portanto, entre a segunda geração a razão de sexo variou pouco, apresentando maior presença de homens no caso dos peruanos e maior presença

de mulheres no caso dos uruguaiois; para os estrangeiros, o grupo peruano foi o que apresentou maior razão de sexo enquanto os paraguaiois apresentaram a menor razão de sexo. Em relação ao domicílio, os peruanos apresentaram a maior razão de sexo e os uruguaiois a menor razão, bem como no caso dos responsáveis e cônjuges; tendo, portanto, os peruanos apresentado a maior razão de sexo para todos os grupos analisados.

Gráfico 1
Razão de sexo segundo nacionalidade
RMSP
2000

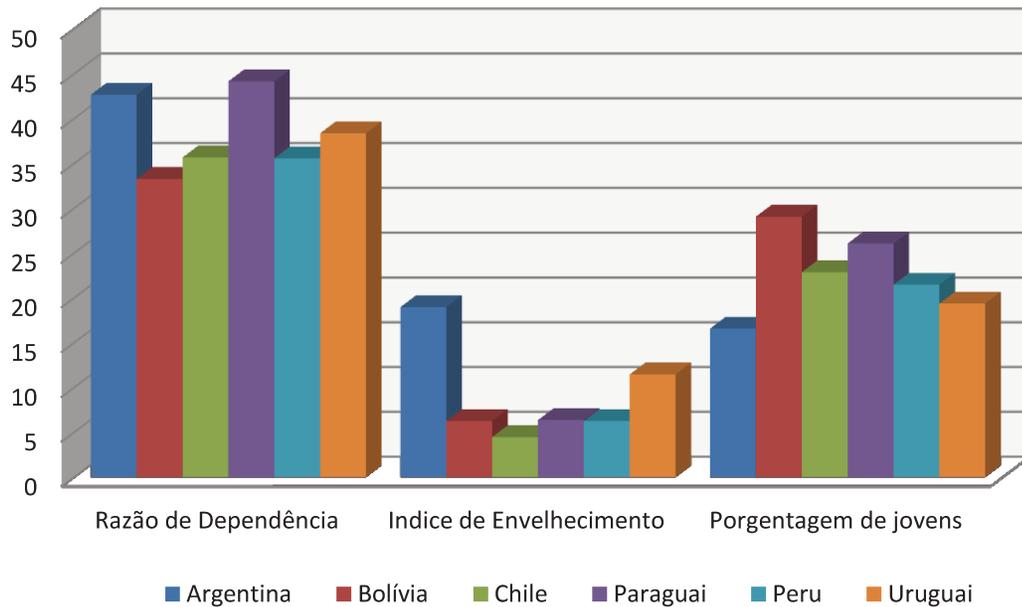


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000. Amostra expandida - tabulações especiais.

Outro importante índice para analisarmos é a razão de dependência - o peso dos jovens (0 a 14 anos) e idosos (acima 65 anos) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos), uma vez que mede os encargos potenciais que pesam sobre a população ativa.

Entre os domicílios de origem latino-americana, é possível observar que a razão de dependência é maior nos domicílios de origem argentina, seguidos pelos domicílios de origem paraguaia; enquanto foi menor nos domicílios de origem boliviana e peruana. No entanto, para todas as nacionalidades analisadas a razão de dependência foi baixa, ou seja, menor que 100, logo para todas as nacionalidades a proporção de pessoas em idade ativa é maior do que a proporção de pessoas em não ativa, jovens e idosos (Gráfico 2).

Gráfico 2
Razão de dependência/Índice de envelhecimento/Porcentagem de jovens segundo nacionalidade
RMSP
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000. Amostra expandida - tabulações especiais

Em relação ao índice de envelhecimento - população de 65 anos ou mais pela população em idade ativa - conforme gráfico 2 acima, é possível observar que domicílios de origem argentina apresentavam a maior índice, com 19%, seguindo com um nível bem mais baixo os domicílios de origem uruguiaia com 11,5%;

demonstrando, dentre os grupos analisados, um envelhecimento da população desses domicílios. O domicílio que apresentam o menor índice de envelhecimento foi o de origem chilena, 4,5%; já os domicílios de origem boliviana, peruana e paraguaia apresentaram índices de 6,3%, 6,3% e 6,4% respectivamente.

A porcentagem de jovens - ou seja, a população de 0 a 14 anos pela população total - demonstra que os domicílios de origem boliviana foram os que apresentaram maior volume de jovens, 29,1%, seguidos pelos paraguaios, com 26,1%. Enquanto os domicílios de origem argentina e uruguaia apresentaram a menor porcentagem de jovens, de 16,6% e 19,4% respectivamente; já nos domicílios de origem peruana podemos observar uma porcentagem de 21,5% de jovens e nos de origem chilena de 22,9%. Ou seja, a presença relativa de jovens foi maior nos domicílios de origem boliviana enquanto foi menor dos de origem argentina.

Feita essa análise geral sobre os domicílios de origem latino-americana e a composição de sua população, passamos agora para análise da segunda geração de latino-americanos presentes nesses domicílios.

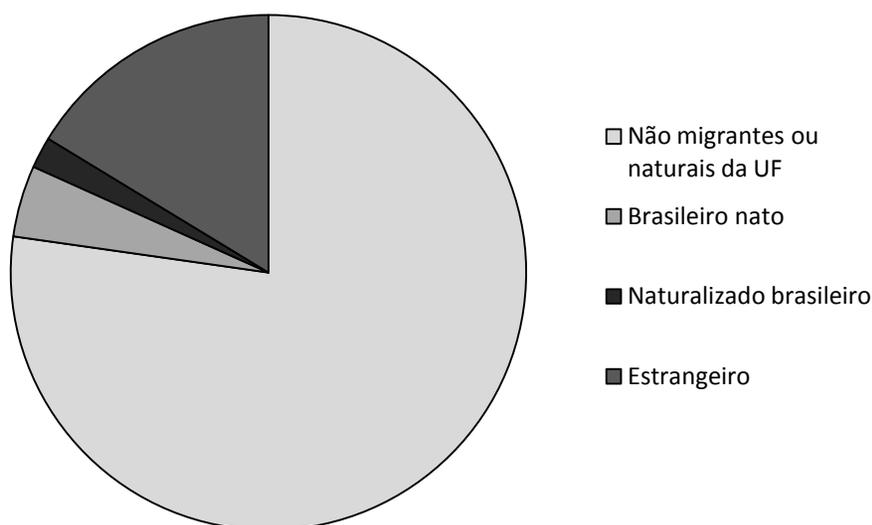
2.2.2 A geração 1.5 e a segunda geração

Uma vez feita essa caracterização dos domicílios, voltamos agora nossa atenção para a segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo. Como pudemos observar, a segunda geração - filhos/enteados - compunha, em 2000, 36,2% do total dos domicílios de origem argentina, 40,7% dos de origem boliviana e também para os de origem chilena, nos domicílios de origem paraguaia representavam 41,4% enquanto para os peruanos eram de 32,7% e 37,8% para os uruguaios. Ou seja, é parte importante do domicílio e da composição familiar. Logo, vamos analisar mais detalhadamente a segunda geração por nacionalidade, com objetivo de melhor observar sua presença.

Segunda geração argentina

Nos domicílios de origem argentina foi possível observar a presença de 4.621 indivíduos declarados como filhos/enteados, destes 4.594 eram de segunda geração ou da geração 1.5 e 27 pessoas da primeira geração²⁹. Dos 4.594, 3.754 eram da segunda geração e 839 eram da geração 1.5. Ou seja, 82% eram brasileiros enquanto 18% eram estrangeiros ou naturalizados, conforme é possível observar no gráfico 3.

Gráfico 3
Nacionalidade da segunda geração argentina
Região Metropolitana de São Paulo
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Entre a segunda geração, 94,5% eram naturais do estado de São Paulo, enquanto 5,5% eram provenientes de outros estados. Já na geração 1.5, 86% das pessoas eram nascidas na Argentina enquanto 14% eram nascidos em outros países, conforme podemos observar na tabela 8.

²⁹ A primeira geração não foi considerada nas análises sobre segunda geração e geração 1.5. Ademais, fora quando especificado, o termo segunda geração será aqui usado em aspecto mais amplo, ou seja, incluindo a geração 1.5.

Tabela 8
 Geração 1.5 segundo
 País de nascimento
 RMSP 2000

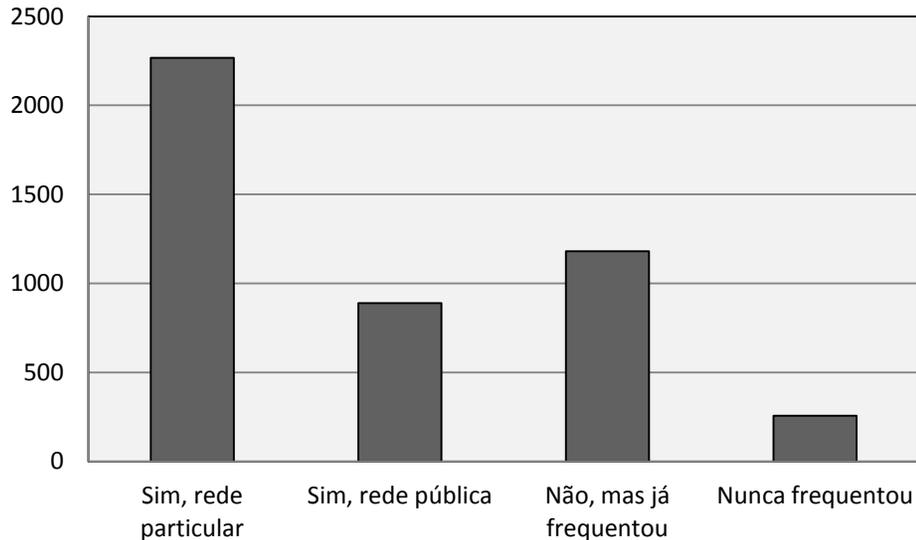
País	%
ARGENTINA	86,0
COLOMBIA	1,0
ESTADOS UNIDOS	4,0
MÉXICO	1,7
PARAGUAI	2,8
FRANÇA	1,1
PORTUGAL	1,1
SUÉCIA	2,2

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais

Em relação à idade da segunda geração foi possível observar que a idade média foi de 16,8 anos, enquanto a do domicílio foi de 37,4 anos, ou seja, 20 anos a mais. Logo, a maior parte da segunda geração se encontrava em idade escolar, portanto, faz-se importante observar sua inserção do sistema de ensino.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2000, 5,6% da segunda geração argentina nunca frequentou escola ou creche, 25,7% não frequentava escola, mas já havia frequentado; enquanto 68,7% frequentavam escola ou creche, 49,3% a rede particular e 19,4% a rede pública, conforme demonstra o gráfico 4 abaixo.

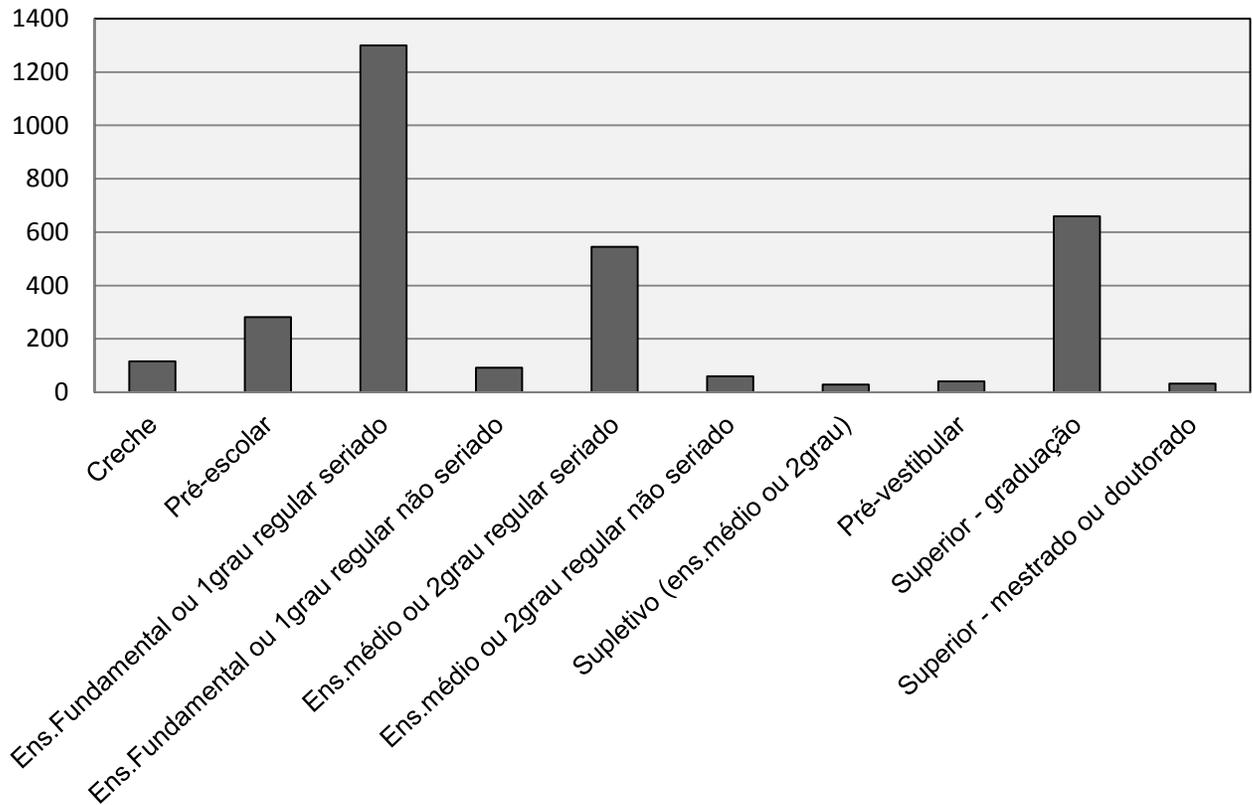
Gráfico 4
Rede de ensino – Segunda geração argentina
Região Metropolitana de São Paulo
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais

Logo, podemos observar que a maior parte da segunda geração argentina frequentava a rede particular de ensino, enquanto apenas uma pequena parcela a rede pública, tanto estadual como municipal. Entre a segunda geração 31% eram de não estudantes – no entanto, esse índice pode ser resultado da idade, uma vez que parte da segunda geração pode não ter alcançado a idade escolar ou ser mais velha, já tendo encerrado seus estudos. Entre os que frequentavam a escola, 3,7% cursavam creche, 8,9% a pré-escola, 44,1% o ensino fundamental, 19,2% o ensino médio, 0,9% o supletivo, 1,3% curso pré-vestibular, 20,9% o ensino superior e 1% mestrado ou doutorado, como é possível observar no gráfico 5. Ou seja, a maior parte se encontrava no ensino fundamental, no entanto, uma parcela significativa frequentava o ensino superior, demonstrando que parte da segunda geração estava inserida na faculdade.

Gráfico 5
 Inserção na rede de ensino – Segunda geração argentina
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000



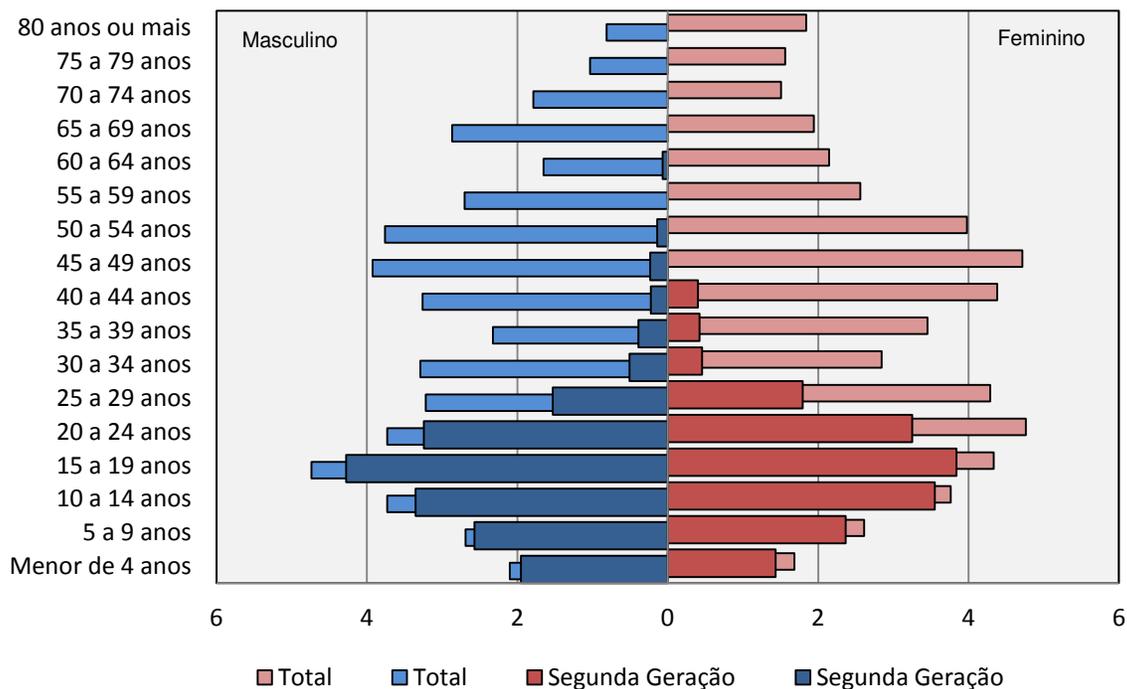
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais

Ademais, outro importante aspecto para entender a segunda geração em geral e sua importância dentro dos domicílios é a estrutura etária. Observar e analisar as pirâmides etárias das populações migrantes se faz importante não apenas porque possibilita observar a evolução da população ao longo de mais de 70 anos; não somente porque possibilita constatar a presença e o volume do fluxo. Mas principalmente porque a partir da estrutura etária podemos observar dinâmicas das trajetórias, o ciclo de vida das famílias e a formação, ao longo de pelo menos duas décadas, da segunda geração de imigrantes. Observar a estrutura etária do domicílio migrante possibilita ir além de entender a dinâmica da evolução etária da

população migrante em si, a primeira geração, mas compreender a reprodução do grupo em questão e sua perpetuação nas novas gerações, considerando o grupo em seu todo e não apenas em parte.

Ao observarmos a pirâmide etária dos domicílios argentinos é possível notar uma estrutura em fase de estreitamento da base (Gráfico 6). Mas também é possível observar o impacto da segunda geração no rejuvenescimento do grupo em questão, sendo responsável pela maior parte das pessoas abaixo de vinte e quatro anos, como é possível observar no primeiro plano da pirâmide. Estrutura bastante diferente da apresentada anteriormente (figura 5), no qual é possível observar o claro estreitamento da base e avançado envelhecimento do grupo.

Gráfico 6
População residente em domicílio com responsável ou cônjuge argentino, segundo sexo e idade.
Região Metropolitana de São Paulo
2000



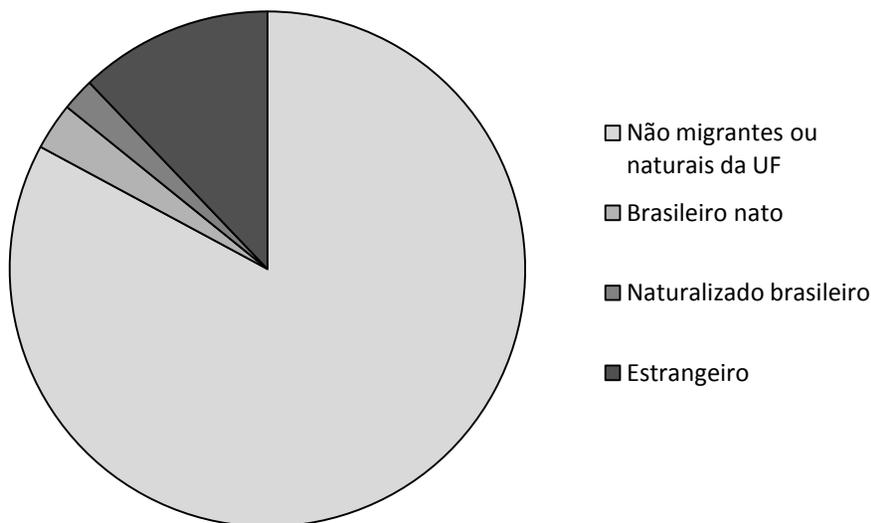
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Portanto, é possível notar a importância da segunda geração na composição da estrutura etária do domicílio, sendo responsáveis por grande parte do volume de crianças e jovens no domicílio.

Segunda geração de bolivianos

Em 2000, na Região Metropolitana de São Paulo, foi possível observar a presença 7.382 filhos/enteados nos domicílios de origem boliviana; destes, 7.301 eram da segunda geração e 81 eram da primeira geração. Dentre os 7.301, 85,9% eram da segunda geração - 6.266 pessoas - e 14,1% eram da geração 1,5 - 1.035 pessoas, logo, 85,9% eram brasileiros enquanto 2% eram naturalizadas e 12,1% estrangeiros, conforme gráfico 7.

Gráfico 7
Nacionalidade da segunda geração boliviana
Região Metropolitana de São Paulo
2000

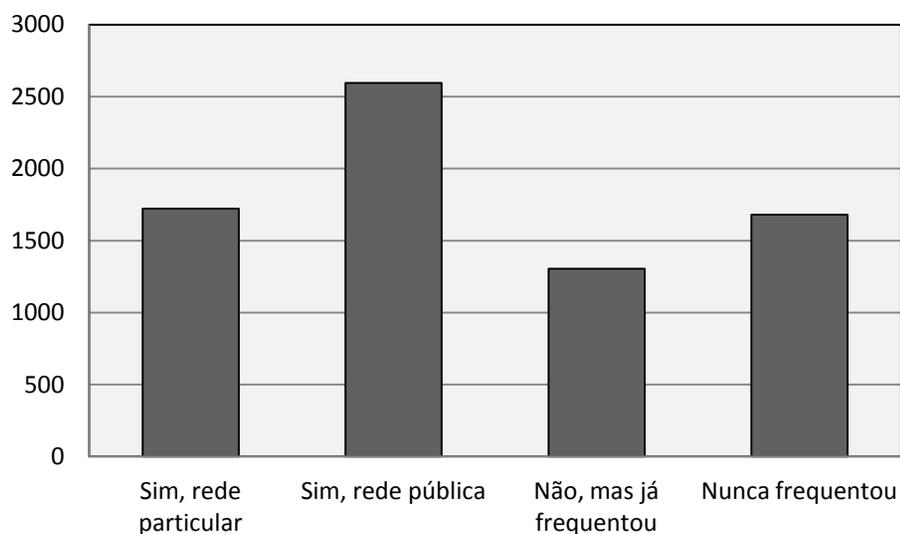


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais

Dentre a segunda geração 96,5% eram nascidos no estado de São Paulo e 4,5% eram naturais de outros estados. Já entre a geração 1.5, 96% eram nascidos na Bolívia e 4% nascidos em outros países tais como Argentina e Chile, entre outros.

A idade média da segunda geração foi de 12,4 anos, demonstrando que a maior parte da segunda geração ainda é composta de crianças; crianças essas em idade escolar, que podem ou não estar inseridas no sistema de ensino. Conforme podemos observar no gráfico 8, 23% da segunda geração nunca frequentou escola ou creche, 17,9% não frequentava a escola, mas já frequentou e 59,1% cursava escola ou creche no ano de 2000.

Gráfico 8
Rede de ensino - Segunda geração boliviana
Região Metropolitana de São Paulo
2000

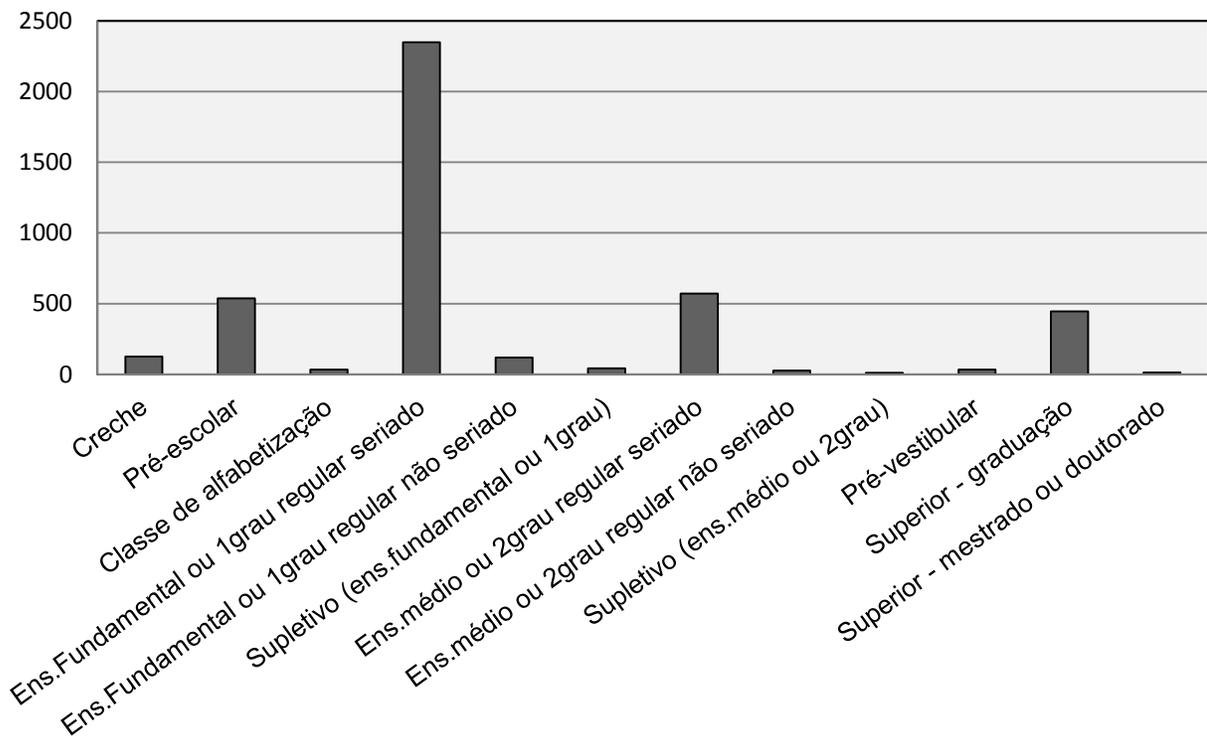


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais

Dentre os frequentavam a escola, 60% cursavam a rede pública e 40% a rede particular de ensino, demonstrando uma maior inserção na rede pública. Entre

a segunda geração boliviana 40,9% não eram estudantes. Dos que eram estudantes, conforme podemos observar no gráfico 9, grande parte estava no ensino fundamental, 54,4%.

Gráfico 9
Inserção na rede de ensino – Segunda geração boliviana
Região Metropolitana de São Paulo
2000

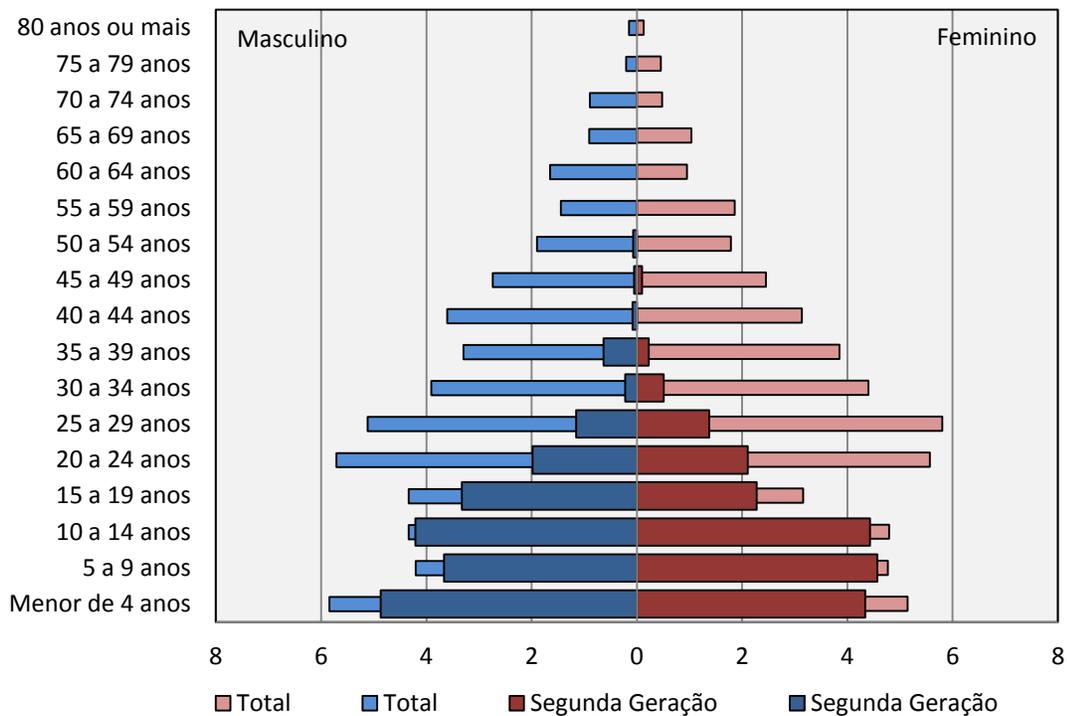


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais

Enquanto, 2,8% estavam na creche, 12,4% na pré-escola, 0,8% na classe de alfabetização, 13,3% no ensino médio, 1,3% no supletivo, 10,3% na graduação e apenas 0,3% no mestrado ou doutorado. Logo, assim como no caso dos argentinos, grande parte da segunda geração estava, em 2000, cursando o ensino fundamental.

Além disso, a presença da segunda geração de bolivianos também pode ser observada na estrutura etária do domicílio. Observando a pirâmide etária das pessoas presentes nos domicílios bolivianos podemos perceber um maior número de pessoas em idade ativa, com pequeno número de idosos. No entanto, a segunda geração destaca-se por compor a maior parte da base da pirâmide até a idade de 19 anos. Sendo, portanto, a segunda geração responsável por grande parte da manutenção da base da pirâmide etária nos domicílios de origem boliviana (Gráfico 10).

Gráfico 10
 População residente em domicílio com responsável ou cônjuge boliviano, segundo sexo e idade
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000



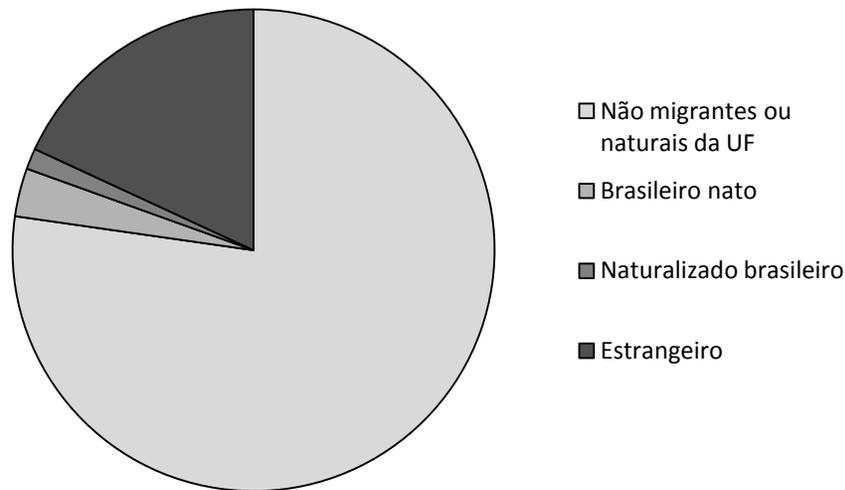
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais

Observando-se então uma estrutura etária distinta da estrutura da população estrangeira boliviana, na qual é possível notar uma estrutura etária majoritariamente adulta, com maior presença de homens do que mulheres, como pudemos observar anteriormente página 82. Além disso, a estrutura etária dos domicílios de origem boliviana se assemelha bastante a estrutura dos domicílios argentinos em relação ao peso relativo da segunda geração, principalmente no que diz respeito ao rejuvenescimento do grupo. No entanto, são bastante distintas em relação a dinâmica etária e ao envelhecimento da população.

Segunda geração e geração 1.5 de chilenos

Nos domicílios de origem chilena foi possível observar a presença de 7.111 indivíduos declarados como filhos/enteados, destes 7.053 eram de segunda geração ou da geração 1.5 e 58 pessoas da primeira geração; dos 7.053, 5.678 eram da segunda geração e 1.375 eram da geração 1.5. Ou seja, 81% eram brasileiros enquanto 19% eram estrangeiros ou naturalizados, conforme é possível observar no gráfico 11.

Gráfico 11
Nacionalidade da segunda geração chilena
RMSP
2000



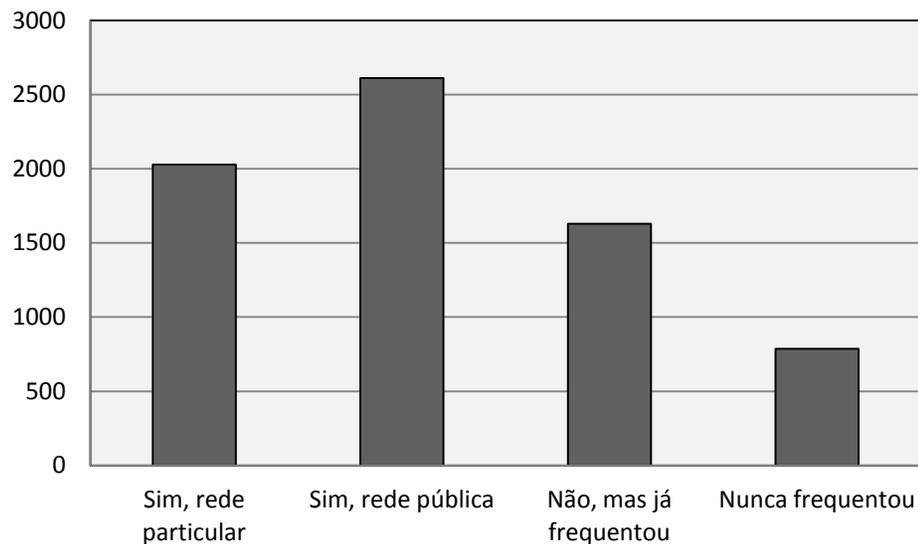
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Dentre os nascidos no Brasil, 96% eram naturais do estado de São Paulo e o restante em outros estados. Já entre a geração 1.5, 95% eram naturais do Chile enquanto os outros são 5% eram naturais de outros países como Cuba e Portugal, entre outros.

Em relação à idade média da segunda geração foi possível observar que a idade média foi de 14,3 anos, quase 30 anos a menos que a idade média dos estrangeiros, de 42,3 anos. Logo, assim como no caso dos argentinos e bolivianos, a maior parte da segunda geração chilena se encontrava em idade escolar.

Segundo os dados do Censo Demográfico 2000, 11,1% da segunda geração nunca frequentou escola ou creche, 23,1% não frequentava a escola, mas já havia cursado; enquanto 65,8% frequentavam escola ou creche. Dentre os que estudavam 43,7% estavam na rede particular e 56,3% na rede pública, conforme demonstra o gráfico 12.

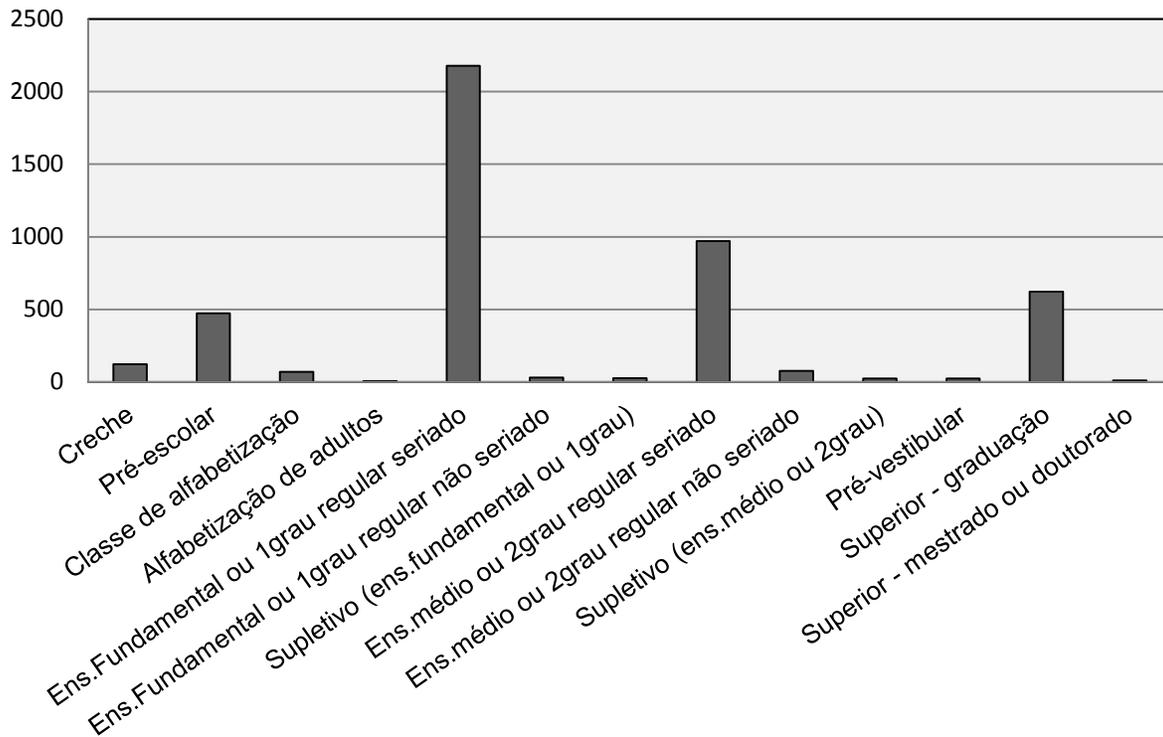
Gráfico 12
Rede de ensino - Segunda geração chilena
Região Metropolitana de São Paulo
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Entre os que frequentavam a escola, 2,6% cursavam creche, 10,2% a pré-escola, 46,9% o ensino fundamental, 20,9% o ensino médio, 13,4% o ensino superior, como é possível observar no gráfico 13. Ou seja, a maior parte se encontrava no ensino fundamental. No entanto, 34,2% da segunda geração não eram estudantes.

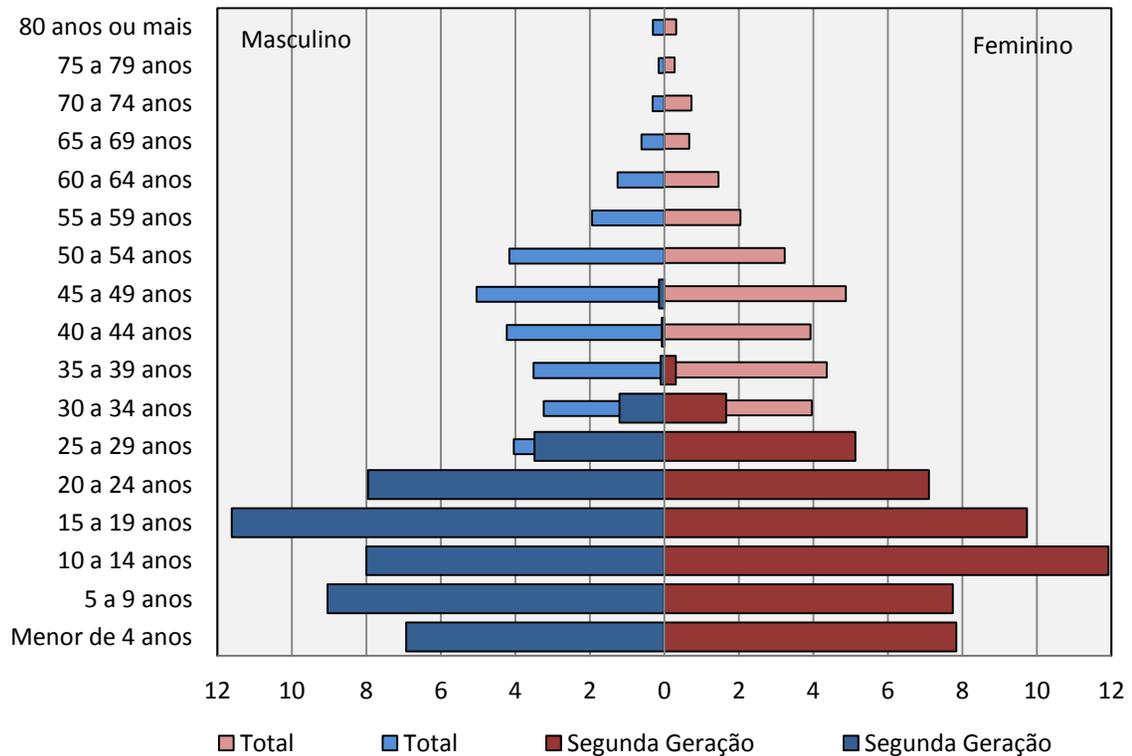
Gráfico 13
 Inserção na rede de ensino – Segunda geração chilena
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Em relação à estrutura etária dos domicílios chilenos podemos observar que a presença da segunda geração é importante na composição dos domicílios, sendo a responsável por toda a base da pirâmide etária até os 24 anos, conforme gráfico 14. E mesmo no total da estrutura etária a segunda geração é proporcionalmente maior que a gerações antecessoras, apresentando pequena presença de idosos e adultos. Demonstrando a importância da segunda geração para o rejuvenescimento da estrutura etária e manutenção da reprodução do grupo; diferentemente da estrutura etária da população estrangeira observada na figura 5, página 82, no qual o grupo era predominantemente adulto, com número reduzido de criança e idosos.

Gráfico 14
 População residente em domicílio com responsável ou cônjuge chileno, segundo sexo e idade
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000



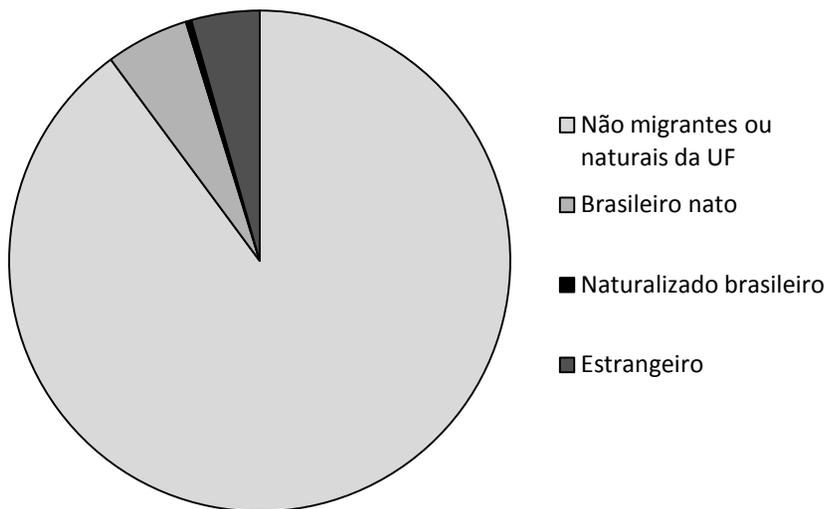
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Segunda geração e geração 1.5 de paraguaios

Nos domicílios de origem paraguaia foi possível observar a presença de 2.065 indivíduos declarados como filhos/enteados, destes todos eram pertencentes à segunda geração ou da geração 1.5. Dentre os filhos/enteados, 1.967 eram da segunda geração e 98 eram da geração 1.5; ou seja, 95% eram

brasileiros enquanto 5% eram estrangeiros ou naturalizados, conforme é possível observar no gráfico 15.

Gráfico 15
Nacionalidade da segunda geração paraguaia
RMSP
2000



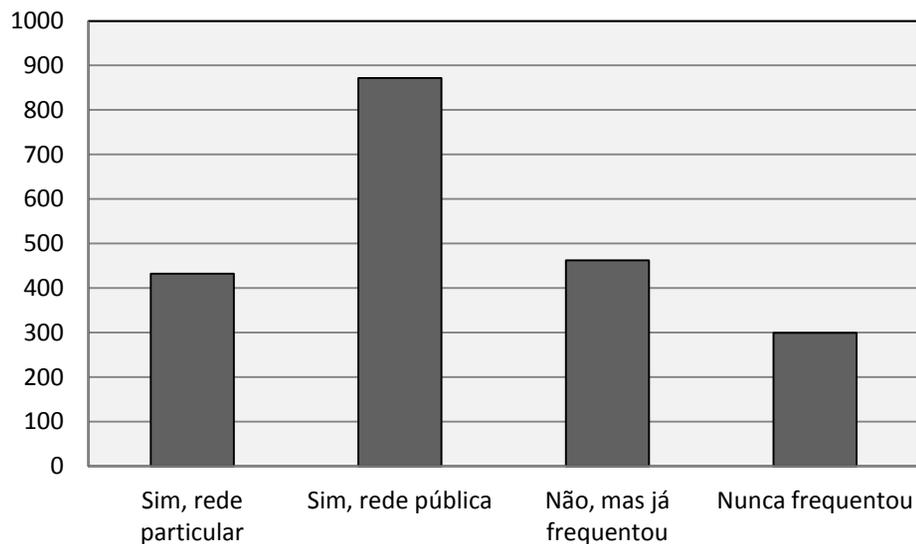
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Entre a segunda geração 94,4% eram naturais do estado de São Paulo enquanto 5,6% eram naturais de outros estados, sobre tudo Mato Grosso do Sul. Enquanto entre a geração 1.5, 75,8% eram nascidos no Paraguai, 16,5% na Argentina, 7,7% na Bolívia. A idade média da segunda geração paraguaia foi de 14,4 anos, ou seja, 30 anos a menos que a primeira geração e 27 anos a menos que os estrangeiros.

Entre a segunda geração 14,5% nunca frequentou a escola, 22,4% não frequentava a escola mas já havia frequentado e 63,1% frequentavam a escola, no ano de 2000. Dentre os que estavam inseridos na rede de ensino, 66,9% estavam

na escola pública enquanto 33,1% estavam na rede particular, conforme demonstra gráfico 16.

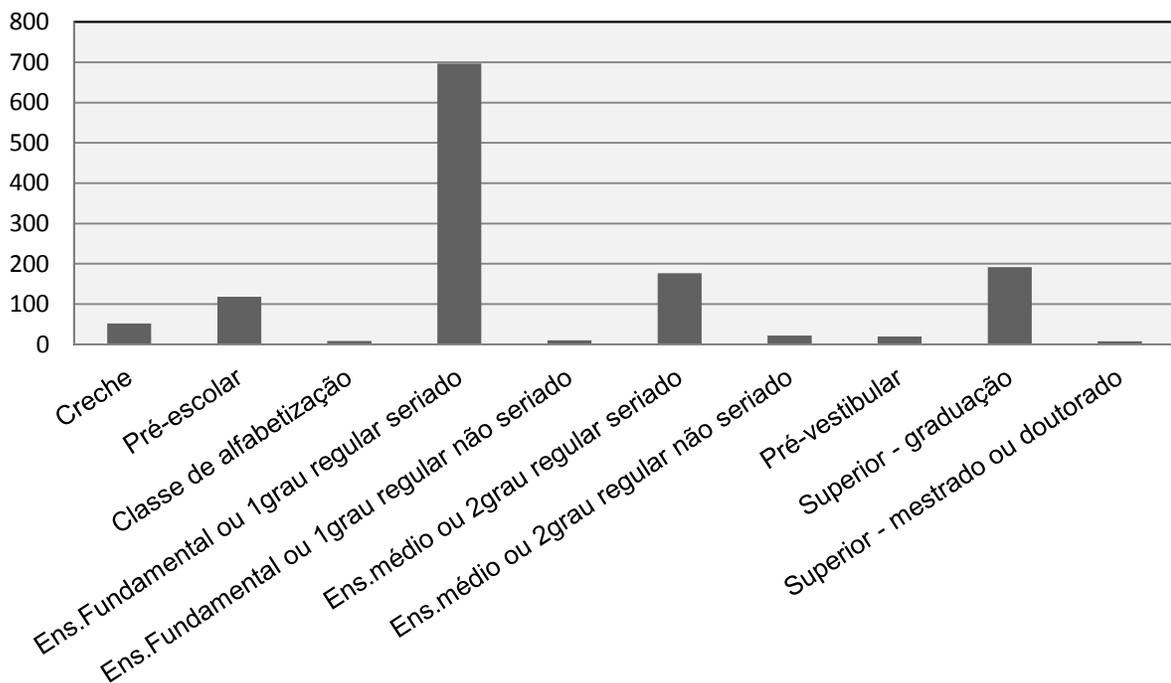
Gráfico 16
Rede de ensino – Segunda geração paraguaia
Região Metropolitana de São Paulo
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Das pessoas que frequentavam a escola, a maior parte estava no ensino fundamental, ou seja, 53,4%, enquanto 9,1% estavam na pré-escola, 13,6% no ensino médio, 14,7% na graduação e apenas 0,6% faziam pós-graduação (Gráfico 17).

Gráfico 17
 Inserção na rede de ensino – Segunda geração paraguaia
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

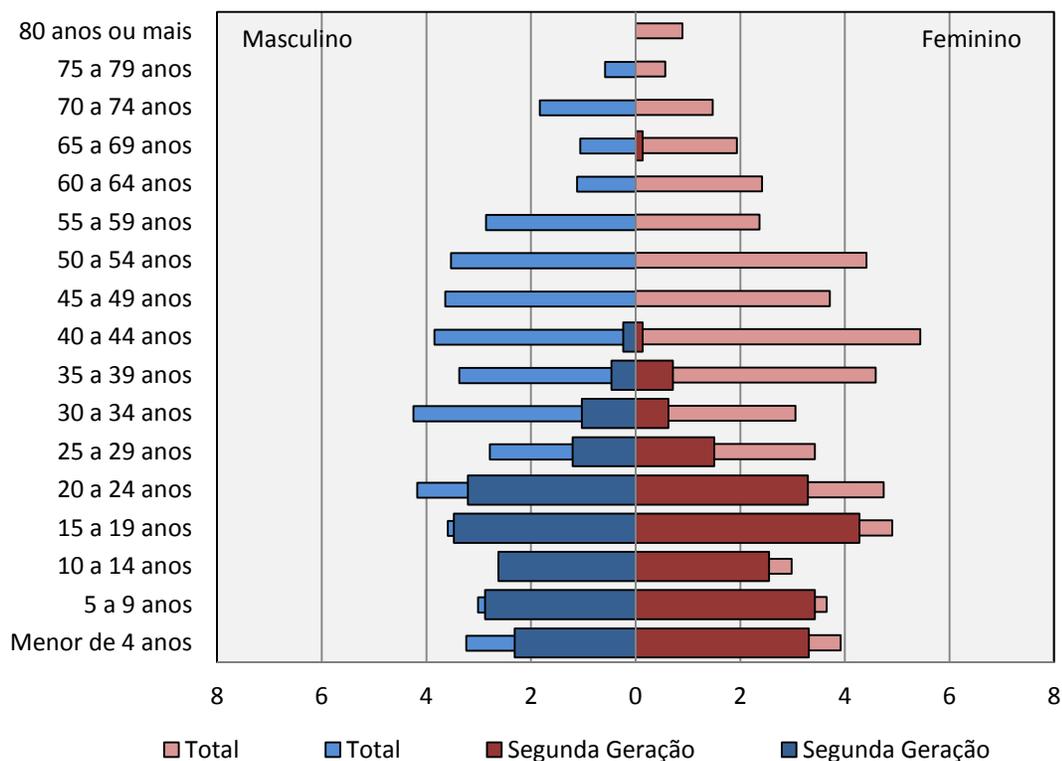
Ademais, se observarmos a estrutura etária dos domicílios de origem paraguaia podemos observar uma pequena presença de idosos e com grande presença de adultos em idade ativa. Tendo a segunda geração grande importância no rejuvenescimento da base da pirâmide. A segunda geração é responsável pela maior parte das pessoas abaixo de 24 anos, embora também se registre crianças e jovens pertencentes a outras gerações (Gráfico 18). Bastante distinta da pirâmide etária dos estrangeiros paraguaios para o ano 2000, na RMSP, no qual pudemos observar uma população predominantemente adulta, com pouca presença de crianças e idosos, conforme figura 5.

Gráfico 18

População residente em domicílio com responsável ou cônjuge paraguaio, segundo sexo e idade

Região Metropolitana de São Paulo

2000

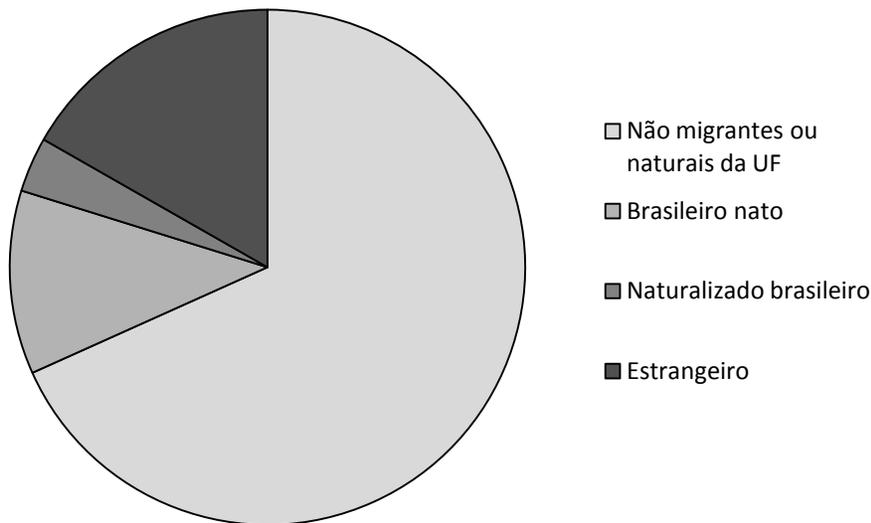


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Segunda geração e geração 1.5 de peruanos

Em 2000 foram registrados 1.294 filhos/enteados nos domicílios que tinham como responsável ou cônjuge ao menos uma pessoa de nacionalidade peruana. Dentre esses todos eram pertencentes à segunda geração, dos quais 1.033 eram da segunda geração e 261 da geração 1.5, conforme é possível observar no gráfico 19; 79,8% brasileiros e 20,2% estrangeiros ou naturalizados.

Grafico 19
Nacionalidade da segunda geração peruana
RMSP
2000

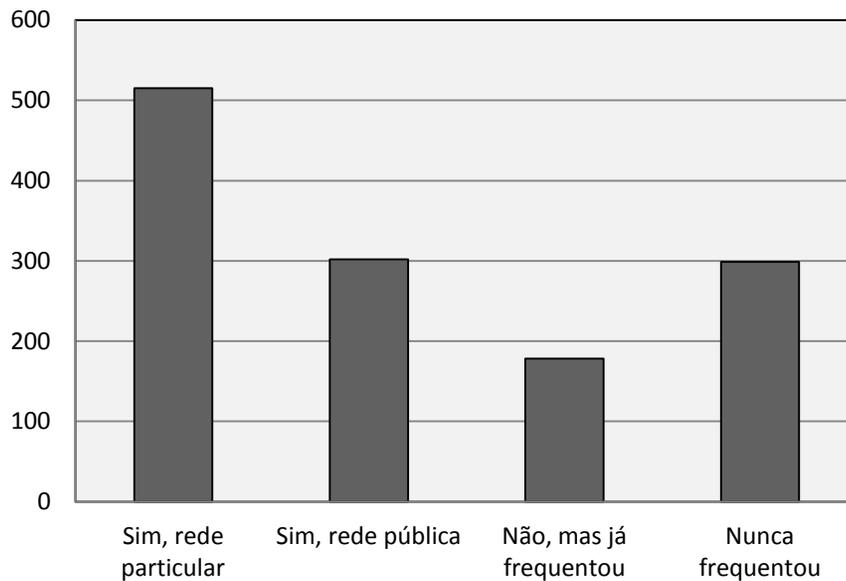


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Dentre a segunda geração 2,8% eram naturais de Sergipe, 2,5% da Bahia, 2% do Rio de Janeiro, 1,6% do Paraná, 1,2% do Espírito Santo, 0,9% da Paraíba e 0,5% do Ceará, enquanto 85,5% eram naturais do estado de São Paulo. Já entre a geração 1.5, 86,6% eram nascidos no Peru enquanto 9% eram nascidos no Chile e 4,4% na Suíça. A idade média da segunda geração de peruanos foi de 12,4 anos.

Entre a segunda geração, 63,1% frequentavam a escola e 13,8% não frequentava a escola mas já haviam frequentando, enquanto 23,1% nunca frequentou a escola (Gráfico 20). Dos que frequentavam a escola, 63% estavam na rede particular e 37% na rede pública. Demonstrando que a maioria dos peruanos estava estudavam em escolas particulares.

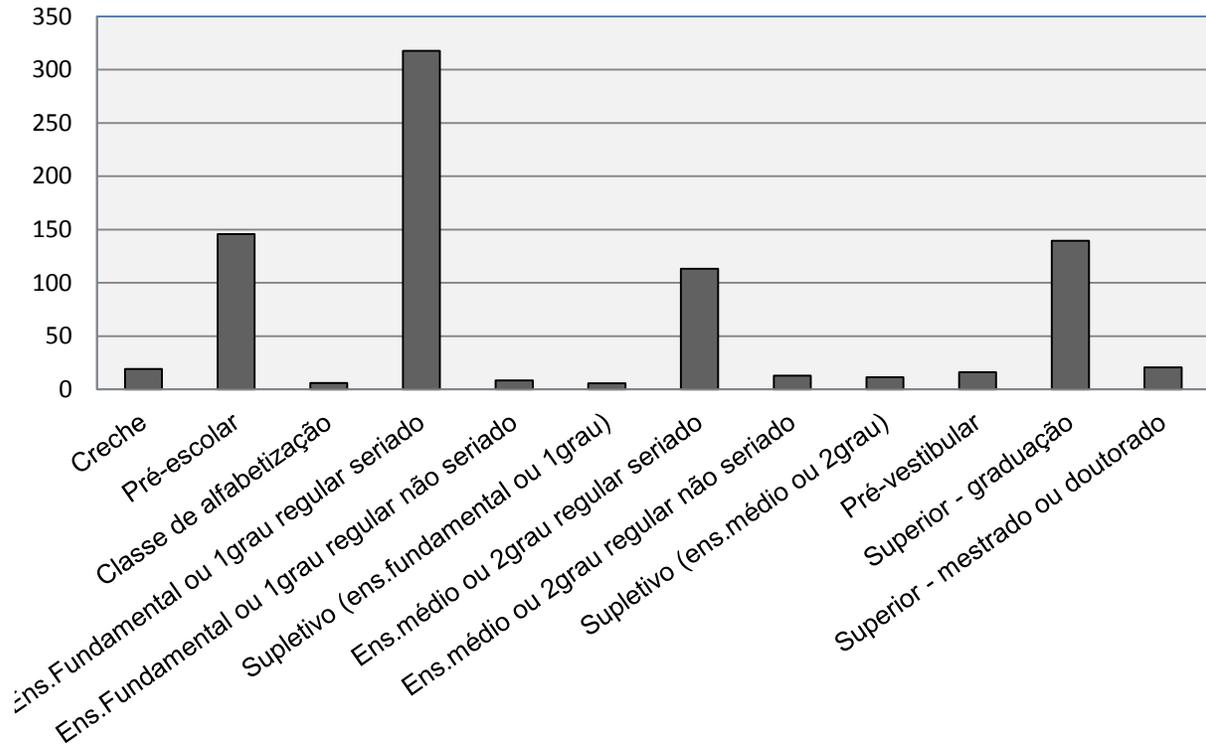
Grafico 20
Rede de ensino – Segunda geração peruana
Região Metropolitana de São Paulo
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Dentre aqueles que estavam inseridos no sistema de ensino em 2000, 38,9% estavam no ensino fundamental, 13,8% no ensino médio, 17,8% na pré-escola e 17,1% no ensino superior e 2,5% no mestrado e doutorado; demonstrando que apesar da preponderância da presença do ensino fundamental, a segunda geração se encontrava em diferentes estágios educacionais, conforme é possível observar no gráfico 21. Ademais, vale ressaltar a presença no ensino superior e principalmente na pós-graduação tem o maior índice entre as nacionalidades analisadas.

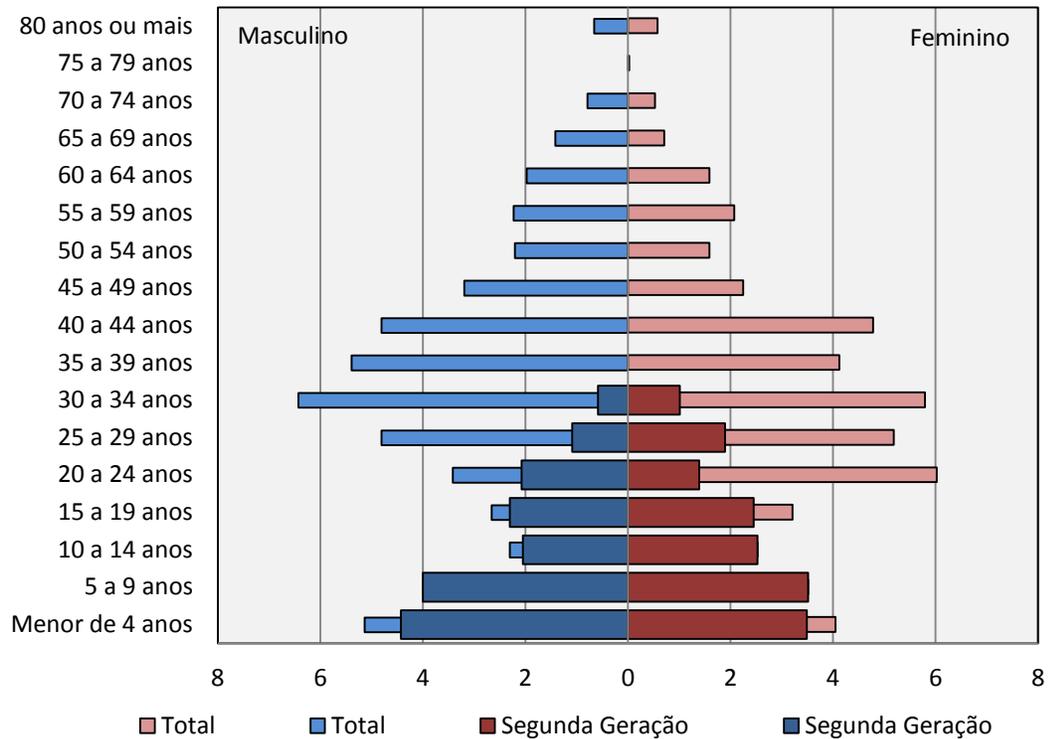
Gráfico 21
 Inserção na rede de ensino – Segunda geração peruana
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Já se observamos a estrutura etária dos domicílios de origem peruana, é possível notar o claro estreitamento da base, mesmo com a presença da segunda geração. Sendo a maior parte dessa população composta de adultos em idade ativa, com pequeno volume de idosos e crianças. No entanto, entre as pessoas com 19 anos ou menos, a segunda geração é preponderante (Gráfico 22), demonstrando a importância da mesma para o rejuvenescimento da estrutura etária.

Gráfico 22
 População residente em domicílio com responsável ou cônjuge peruano, segundo
 sexo e idade
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000

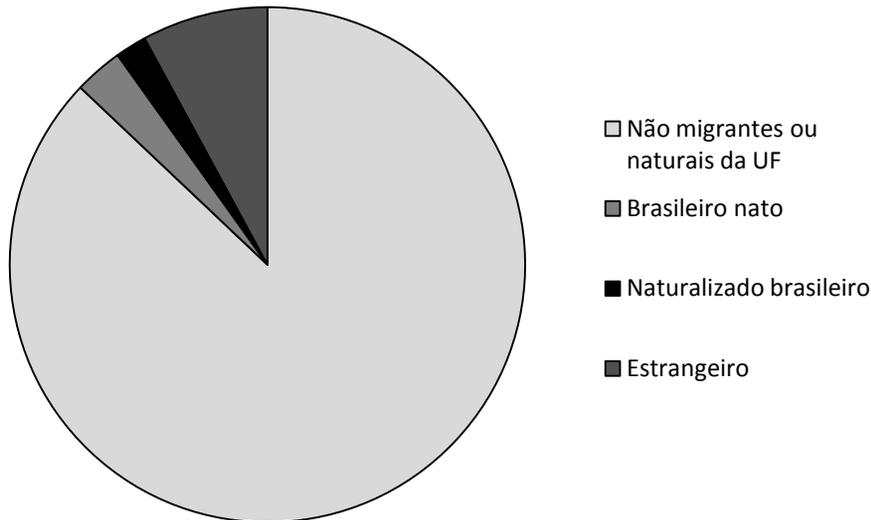


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Segunda geração e geração 1.5 de uruguaios

Nos domicílios de origem uruguaia foram declarados 2.537 filhos/enteados; destes, 2.513 eram pertencentes à segunda geração, enquanto 24 eram de primeira geração. Dentre a segunda geração 90,1% eram brasileiros – 2.264 pessoas – e 9,9% estrangeiros ou naturalizados – 248 pessoas, ou seja, 90,1% eram da segunda geração e 9,9% da geração 1.5 (Gráfico 23).

Grafico 23
Nacionalidade da segunda geração uruguaia
RMSP
2000

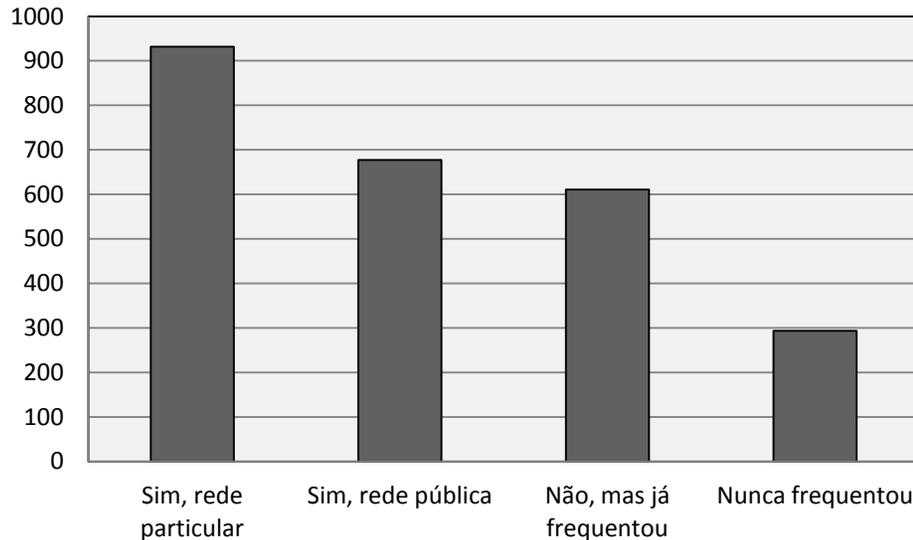


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais

Em relação à nacionalidade da geração 1.5, todas as pessoas eram nascidas no Uruguai, já entre a segunda geração 96,6% eram do estado de São Paulo e 3,4% eram de outros estados, com maior preponderância do estado do Rio de Janeiro (1,5%) seguido pelo Paraná (0,8%). A idade média da segunda geração de 15,5 anos, quase 32 anos a menos que a primeira geração e 18 anos a menos que a média do domicílio.

Em relação à inserção no sistema de ensino, foi possível observar que 11,7% da segunda geração nunca frequentou a escola, 24,3% não frequentava a escola mas já tinha frequentado, enquanto 64% frequentavam a escola em 2000. Dos que frequentavam a escola 57,9% estava na rede particular enquanto 42,1% na rede pública, conforme é possível observar no gráfico 24.

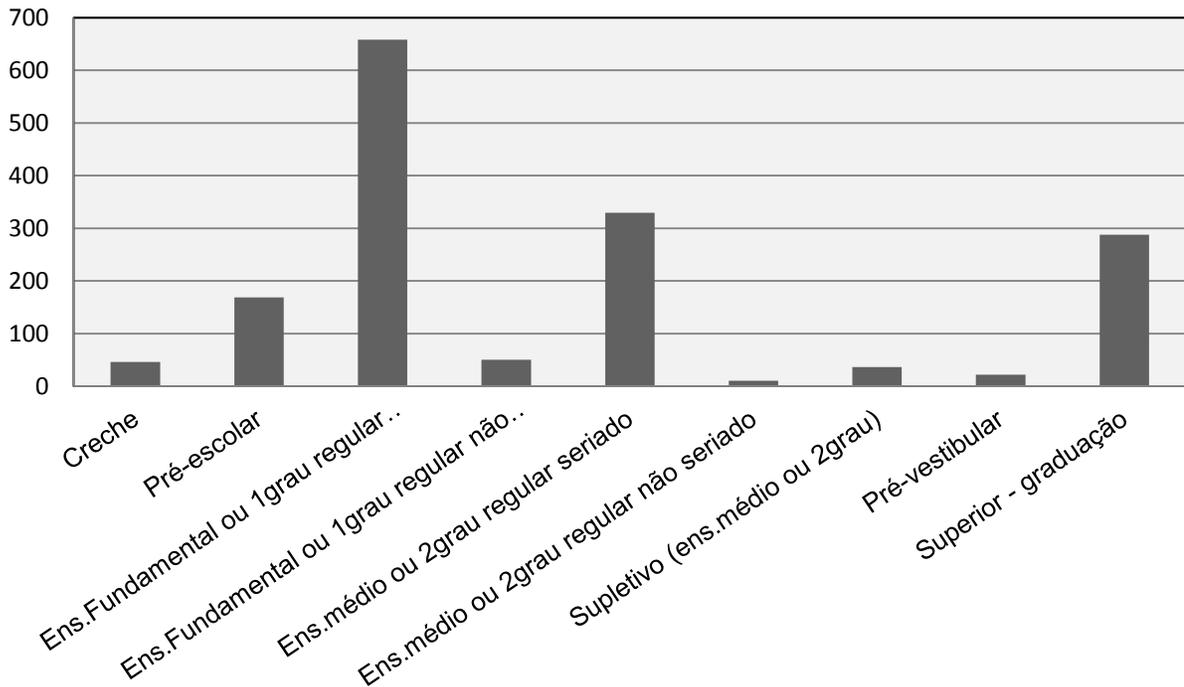
Grafico 24
Rede de ensino - Segunda geração uruguaia
Região Metropolitana de São Paulo
2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

Dentre a segunda geração 36% não eram estudantes; entre a segunda geração estudante, 2,9% curravam a creche em 2000, 10,5% na pré-escola, 40,9% no ensino fundamental, 20,5% no ensino médio e 17,9% no ensino superior. Portanto, a maior parte da segunda geração frequentava o ensino fundamental e médio, embora uma parcela significativa encontrava-se no ensino superior (gráfico 25)

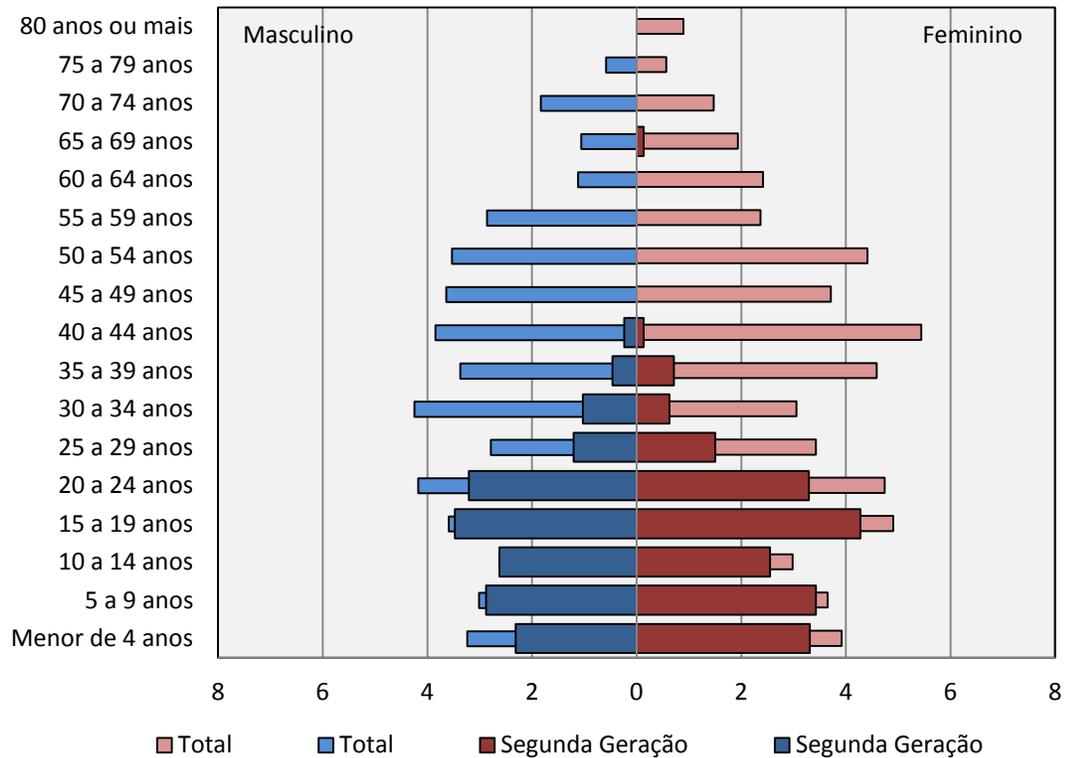
Gráfico 25
 Inserção na rede de ensino – Segunda geração uruguaia
 Região Metropolitana de São Paulo
 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Em relação à estrutura etária dos domicílios de origem uruguaia é possível observar uma estrutura etária em formato retangular, ou seja, com presença relativamente similar de crianças e adultos; e embora o número de idosos seja menor, também é bastante significativo. Logo, a pirâmide etária dos domicílios de origem uruguaia caracteriza-se por uma estrutura etária em fase de envelhecimento. No entanto é possível observar a importância da segunda geração, principalmente até a idade de 24 anos, na estrutura etária e no rejuvenescimento do grupo, conforme gráfico 26.

Gráfico 26
 População residente em domicílio com responsável ou cônjuge uruguaio, segundo sexo e idade
 RMSP
 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 - Amostra expandida. Tabulações especiais.

2.3- Material e metodologia

Com objetivo de observar a presença da segunda geração e da geração 1.5 de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo, a metodologia adotada foi a análise dos micro-dados do Censo Demográfico 2000³⁰. Para análise dessa segunda geração foi realizada a reconstituição domiciliar desses imigrantes com o

³⁰ Os micro-dados do Censo Demográfico 2000 aqui analisados são referentes à amostra expandida.

objetivo de captar, a partir do Censo Demográfico de 2000, os domicílios com presença de filhos nascidos no país estrangeiro e filhos nascidos no Brasil. Para tanto as gerações foram diferenciadas em primeira geração, para estrangeiros que chegaram já adultos no Brasil, geração 1.5 para estrangeiros que chegaram ainda crianças ou adolescentes e segunda geração para indivíduos que nasceram no Brasil mas tinham ao menos um dos pais de nacionalidade latino-americana (a mesma adotada por Portes [1996] e Kanzintz, Mollenkopf, Waters [2004]).

A seleção dessas famílias no Censo Demográfico foi realizada a partir da variável “relação com o responsável pelo domicílio”. Para tal foram selecionados os domicílios nos quais os responsáveis pelo domicílio ou cônjuge eram de origem latino-americana. Excluindo, portanto, os latino-americanos que residiam em domicílios que não tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa das respectivas nacionalidades.

Para a análise da segunda geração, os indivíduos presentes nos domicílios foram separados também por sua relação com o responsável pelo domicílio, sendo, portanto considerados como segunda geração e geração 1.5 os indivíduos que foram declarados como filhos ou enteados. Dentre esses, a segunda geração corresponde às pessoas que tinham ao menos um dos pais de origem latino-americana, independente da idade. Para a geração 1.5, declarados como filho ou enteado, foram separados aqueles que chegaram com 17 anos de idade ou menos e os que chegaram com 18 anos ou mais, sendo os últimos considerados como primeira geração. Essa separação foi possível ser realizada por meio da variável “ano que fixou residência no Brasil”.

Além disso, é preciso levar em consideração, que o volume e as informações sobre a segunda geração de latino-americanos são aquelas presentes no Censo Demográfico 2000; e que o Censo Demográfico não capta a totalidade dos imigrantes, tanto em decorrência da não documentação como também decorrente da coorte, uma vez que uma coorte migratória não pode ser captada

pelo Censo Demográfico correspondente ao período de sua entrada no país e sim no Censo Demográfico seguinte. Logo, a análise do Censo Demográfico 2010 contribuirá para aprofundar ainda mais os estudos acerca da segunda geração.

Capítulo 3 - A segunda geração de bolivianos, paraguaios e peruanos: um estudo a partir da rede pública de ensino

3.1 - Metodologia e pesquisa de campo

No capítulo anterior observamos os dados do Censo Demográfico 2000 com objetivo de identificar e analisar a presença da segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo. Feito isso, nesse capítulo analisaremos os dados acerca do Censo Escolar 2010 e a distribuição dos estudantes estrangeiros, bem como análises a partir das entrevistas qualitativas realizadas com alunos da rede pública de ensino escolar na cidade de São Paulo, a fim de captar a segunda geração.

Para melhor compreender a segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo, a escola foi escolhida como espaço privilegiado de contato e observação. Uma vez observada sua presença nas escolas da RMSP a estratégia traçada foi a realização de pesquisa de campo dentro das escolas que tinham maior presença de estrangeiros.

A escolha da escola como espaço privilegiado de investigação se deve a três motivos. O primeiro decorrente da constatação da numerosa presença de estrangeiros nas escolas, tanto públicas como particulares. Principalmente em determinadas regiões da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo, que podem ser observadas a partir das informações do Censo Escolar 2010.

O segundo, porque a escola é sem dúvida o local além da casa no qual as crianças e adolescentes passam a maior parte de seu tempo. Terceiro, porque a escola ainda é hoje um importante espaço de socialização de crianças e jovens, exercendo papel fundamental na consolidação do processo de socialização, definida:

(...) como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, em virtude do qual se torna membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (Berger e Luckmann, 2011, p. 169).

Essa socialização se dá na relação dialética homem/sociedade (Berger e Luckmann, 2011), tendo a escola importante papel da socialização secundária de crianças e jovens.

A percepção da presença volumosa de estrangeiros na rede pública de ensino é relativamente recente nas escolas de São Paulo. Uma das razões dessa presença recente é decorrente da legislação brasileira. O Estatuto do Estrangeiro de 1980 exige a regularidade do registro do imigrante como pré-requisito para o ingresso no sistema de ensino brasileiro e em 08/01/1990 a resolução SE-09 da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo cancelou matrículas e impediu que estrangeiros em situação não documentada frequentassem as escolas do Estado, segundo Bonassi (2000)³¹. Alunos que até a citada resolução frequentavam a escola sem grandes empecilhos burocráticos, no entanto, foram impedidos de continuar seus estudos ou ingressar no sistema de ensino a partir de então. Situação essa que só foi revertida em cinco anos mais tarde, com a Resolução 10, de 02/02/1995, que dispôs exclusivamente sobre a matrícula do aluno estrangeiro.

A Resolução 10, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, garante o acesso à escola a toda e qualquer criança, impedindo a discriminação

³¹ Segundo a autora a resolução SE 09 cancelou as matrículas com base no Estatuto do Estrangeiro. A resolução deliberava que os estabelecimentos de ensino tinham que exigir documento de identidade de Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), fornecido pela Polícia Federal, no ato da matrícula. Além disso, após a matrícula as escolas deveriam encaminhar as Coordenadorias de Ensino o nome o número de identidade do aluno estrangeiro, que por sua vez seria repassado ao Gabinete do Secretário de Educação, que encaminharia o Ministério da Justiça.

entre a criança brasileira e a estrangeira, documentada ou não³². Portanto, a partir dessa resolução os alunos estrangeiros passaram novamente a frequentar as escolas públicas da rede de ensino de São Paulo, tendo esse direito garantido legalmente, ainda que o Estatuto do Estrangeiro permaneça inalterado e exija a regularidade do estrangeiro. Portanto, atualmente tal requisição deixou de ser exigência e crianças e jovens estrangeiros frequentam as escolas públicas independente de seu status legal no país.

Diante dessa garantia legal e do decorrente aumento de matrículas de alunos estrangeiros no sistema de ensino, se faz necessário compreender a presença desses estrangeiros nas escolas paulistas. Com objetivo de melhor compreender a segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo, entrevistas qualitativas foram realizadas com a segunda geração e a geração 1.5 de alunos matriculados entre o nono ano do Ensino Fundamental e o terceiro ano do Ensino Médio da escola alvo da pesquisa, no mês de maio de 2011.

A escolha da escola-alvo³³ foi realizada a partir da análise das informações do Censo Escolar 2010 sobre as matrículas de estrangeiros por escola. Portanto, foram analisadas as escolas que tinham maior presença de estrangeiros latino-americanos na cidade de São Paulo e pré-selecionadas potenciais escolas a serem pesquisadas. Uma vez feita essa seleção, a documentação necessária para a autorização da pesquisa e aceite de participação foram encaminhadas. A escolha das escolas potenciais foi intencional, relacionada ao número de alunos latino-americanos matriculados, no entanto, a escolha da escola-alvo foi aleatória entre as escolas que aceitaram participar da pesquisa³⁴.

Em relação à forma de pesquisa escolhida para a segunda geração foi a entrevista qualitativa a partir de um questionário semiestruturado fechado. Tal

³² Legislação consultada no site do Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por meio do site oficial: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/10_1995.htm?Time=5/15/2012%2012:00:03%20PM. Consultado em 15/05/2012.

³³ Escola estadual localizado no bairro Campos Elíseos, na cidade de São Paulo/SP. Com objetivo preservar a identidade dos entrevistados o nome da escola não será informado.

³⁴ Dentre as quatro escolas consultadas, apenas duas aceitaram participar da pesquisa.

escolha se deveu aos seguintes motivos: o primeiro deles está relacionado ao objetivo de alinhar a metodologia de pesquisa com a teoria escolhida para a compreensão da segunda geração seguindo, portanto, os mesmos caminhos de pesquisa inicialmente propostos por Portes (1996); o segundo motivo está relacionado ao tamanho do grupo a ser pesquisado, que impossibilitava a realização de entrevistas em profundidade com todos os indivíduos em questão.

Ademais, houve a preocupação em não segmentar os alunos em termos de nacionalidade, não produzindo eventualmente discriminação ou diferenciação entre brasileiros e estrangeiros; portanto, o questionário foi aplicado a todos os alunos do nono ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio, que estavam presentes nos dias da pesquisa, independente da nacionalidade; embora o questionário para os alunos brasileiros e para os alunos de segunda geração fossem parcialmente diferentes.

O questionário foi construído com o objetivo de conhecer mais informações sobre a nacionalidade dos alunos e seus pais, bem como suas relações com o país de origem, grau de habilidade linguístico nacional e estrangeiro, trabalho, escola e outros (Anexo 1). A partir da pesquisa realizada com a segunda geração de imigrantes latino-americanos foi possível observar os resultados descritos mais a frente neste capítulo.

Com objetivo de entender como se dão as relações entre alunos brasileiros e estrangeiros na escola e como a escola lida com tais questões também foi realizada uma entrevista em profundidade com a direção da escola. Entrevista essa que visou esclarecer a questão da presença do estrangeiro do ponto de vista institucional. Além disso, três entrevistas em profundidade foram realizadas com pais dos adolescentes que estudavam na escola-alvo da pesquisa.

3.2 – A distribuição dos alunos estrangeiros segundo o Censo Escolar 2010

Para além das informações observadas no Censo Demográfico 2000, outra fonte importante a ser considerada é o Censo Escolar. O Censo Escolar possibilita captar a geração 1.5 inserida na rede de ensino. Ou seja, os estrangeiros matriculados tanto na rede pública como particular. Tal informação merece devida atenção uma vez que possibilita a observação, dentre outras coisas, como as crianças estrangeiras estão distribuídas nas escolas, tanto em termos espaciais como em termos educacionais.

A importância da análise do Censo Escolar é mais do que numérica, é qualitativa, no entanto, para tal análise, vários desafios se impõem. O primeiro deles está relacionado à data das informações. O Censo Escolar passou a registrar a nacionalidade do aluno apenas a partir do ano de 2007. Não possibilitando, portanto, uma comparação com os dados do Censo 2000 e, nesse momento, os resultados do Censo Demográfico 2010 ainda não estavam disponíveis. Outro desafio é a escassez de informações mais detalhadas sobre os alunos, uma vez que o Censo Escolar é voltado para retratar a situação do ensino em geral e dos estabelecimentos de ensino em conjunto com seu quadro de funcionamento.

Além disso, o Censo Escolar só permite analisar a geração 1.5 e não a segunda geração, uma vez que as informações sobre matrícula dos alunos não contém a nacionalidade dos pais, apenas a do aluno. Não possibilitando, portanto, a observação da presença da segunda geração na rede de ensino. No entanto, mesmo diante de tais dificuldades, a análise de tais dados ainda se faz importante, uma vez que possibilita observar o quadro geral dos estrangeiros no sistema de ensino.

Com objetivo de observar a presença da geração 1.5, ou seja, das crianças imigrantes, no Censo Escolar para Região Metropolitana de São Paulo, a metodologia adotada foi a análise dos dados fornecidos pela Secretária Estadual de

São Paulo sobre a presença de estrangeiros na rede de ensino de todo o Estado. Os dados são referentes ao número de alunos estrangeiros na rede pública - municipal e estadual - e na rede particular. Os dados continham apenas informações sobre o ano de nascimento dos alunos, a série de ensino frequentada, a cidade e a escola com presença dessas crianças e adolescentes. Os dados são referentes aos alunos matriculados no ano de 2010³⁵.

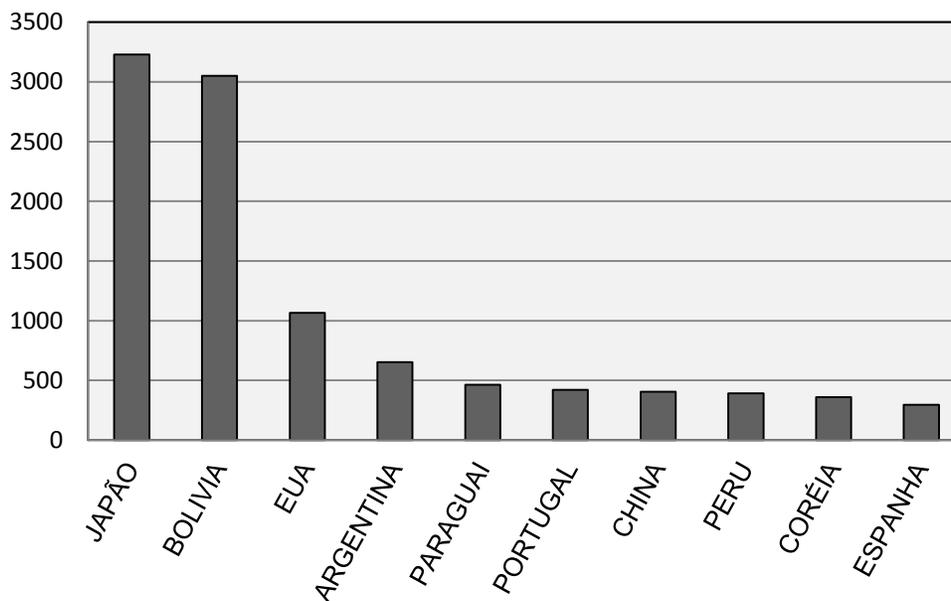
Para tanto foram consideradas como geração 1.5 os alunos que tinham no máximo 18 anos de idade, ou seja, nasceram entre 1992 e 2010. Excluindo, portanto, os alunos que nasceram antes de 1992. A escolha do ano limite como 1992 deveu-se ao fator idade, para termos desse estudo a geração 1.5 será definida como os alunos matriculados na rede de ensino no ano de 2010 e que tinham até 18 anos e, portanto, realizou parte dos estudos no Brasil.

Ao observarmos os dados do total de alunos estrangeiros matriculados na rede de ensino do estado São Paulo, é possível observar que no estado existiam 14.879 alunos estrangeiros para o ano de 2010, ou seja, aproximadamente 1,5% dos alunos matriculados no estado eram estrangeiros.

Dentre os alunos estrangeiros podemos observar, para o estado de São Paulo, maior presença alunos de origem japonesa, seguidos de bolivianos, norte-americanos, argentinos, paraguaios, entre outros, conforme é possível observar no gráfico 27. Logo podemos observar que dentre as 10 nacionalidades com maior presença no sistema de ensino do estado de São Paulo, quatro das seis nacionalidades dos países do Mercosul Ampliado estavam presentes, com exceção apenas do Chile e Uruguai.

³⁵ As informações acima citadas foram fornecidas pelo Centro de Informações da Secretária Estadual de Educação e são referentes ao Censo Escolar de 2010.

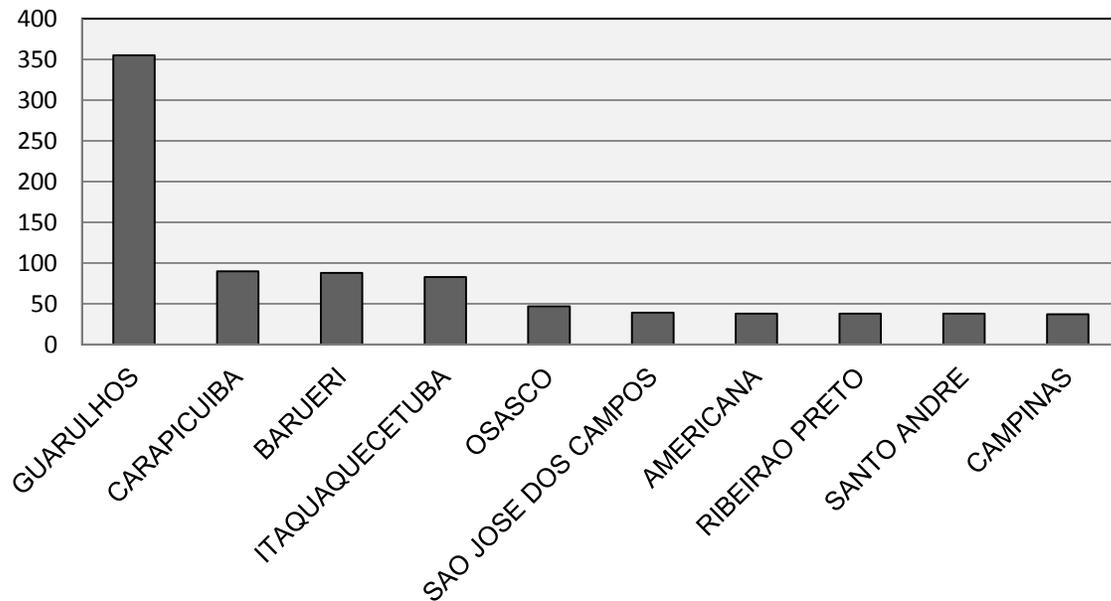
Gráfico 27
 Dez nacionalidades com maior presença
 Rede de ensino do Estado de São Paulo
 2010



Fonte: Censo Escolar 2010/Secretária Estadual de São Paulo;Tabulações especiais

Para o estado de São Paulo foi possível observar a presença de 3.159 bolivianos, 684 argentinos, 488 paraguaios, 410 peruanos, 293 chilenos e 121 uruguaios. Destes, 66,6% frequentavam escolas na cidade de São Paulo, 6,9% em Guarulhos, 11,9% em outros municípios da RMSP e 14,6% em outros municípios do estado de São Paulo. Entre os dez municípios que apresentavam maior presença de latino-americanos - com exceção de São Paulo - podemos observar, conforme gráfico 28, que quatro municípios não eram pertencentes a Região Metropolitana de São Paulo.

Gráfico 28
Municípios com presença latino-americana com exceção de SP
Estado de São Paulo
2010

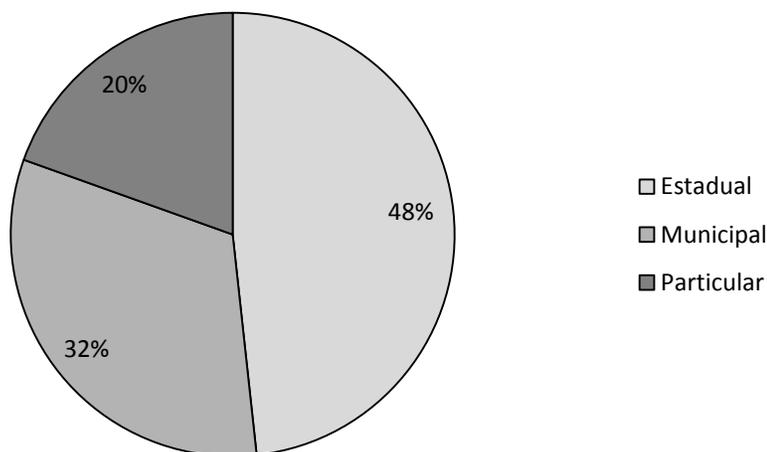


Fonte: Censo Escolar 2010/Secretaria Estadual de São Paulo; Tabulações especiais

Para a geração 1.5 na Região Metropolitana de São Paulo foi possível observar a presença de 2.879 bolivianos, 471 argentinos, 327 paraguaios, 271 peruanos, 162 chilenos e 64 uruguaios; enquanto para o estado o volume foi de 3.159 bolivianos, 684 argentinos, 488 paraguaios, 410 peruanos, 292 chilenos e 121 uruguaios.

Dentre a geração 1.5 latino-americana que estava matriculada na rede de ensino da RMSP para o ano de 2010, 48% estava na rede estadual, 32% na rede municipal e 20% na rede particular (Gráfico 29).

Gráfico 29
Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade)
Rede de ensino da RMSP
2010



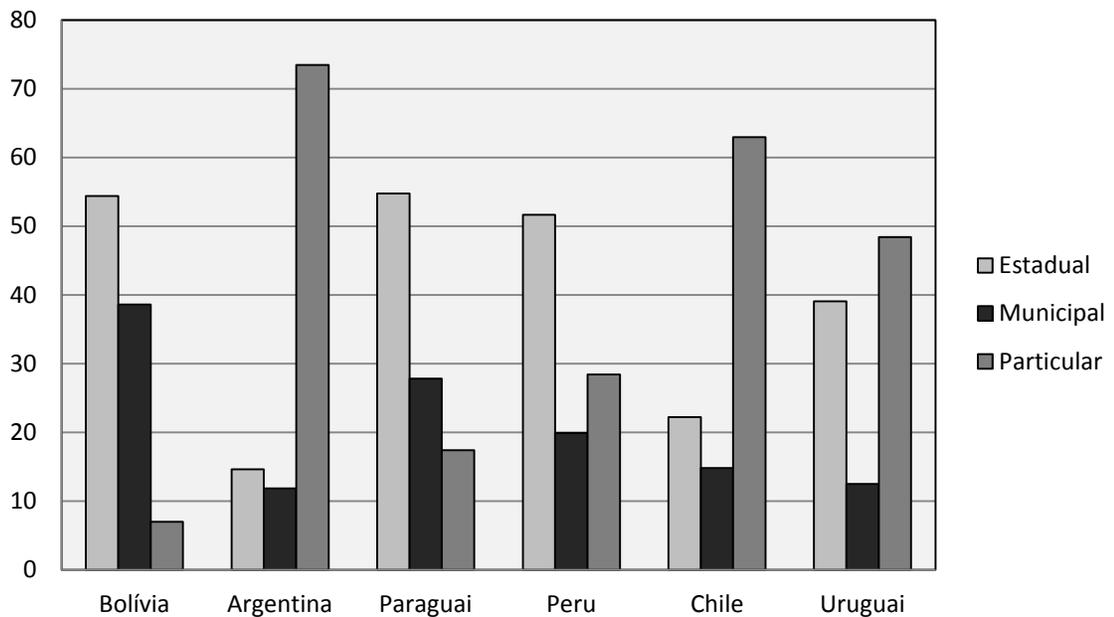
Fonte: Censo Escolar 2010/Secretária Estadual de São Paulo; Tabulações especiais

No entanto, se analisarmos a presença na rede de ensino por nacionalidade é possível observar que existem grandes diferenças entre os grupos, conforme é possível notar no gráfico 30. Entre os bolivianos apenas 7% estavam matriculados em escolas particulares, enquanto a grande maioria estava matriculada em escolas públicas, 93%; já entre os alunos de origem argentina 73,5% estavam matriculados na rede particular, enquanto 26,5% na rede pública; os alunos paraguaios estavam em sua maioria na rede pública, 82,5%, enquanto apenas 17,5% estavam na rede particular; assim como os alunos peruanos, com 71,6% inseridos no ensino público e 28,4% no particular; os chilenos, assim como os argentinos estavam em sua maioria no ensino particular, 63% enquanto apenas 37% no ensino público; já a geração 1.5 uruguaia estava mais igualmente distribuída entre a rede pública e privada, com 48,4% na rede particular e 51,6% na

pública. Portanto é possível observar como a presença de bolivianos é massiva na rede pública, da mesma forma que argentina é na rede particular.

Gráfico 30

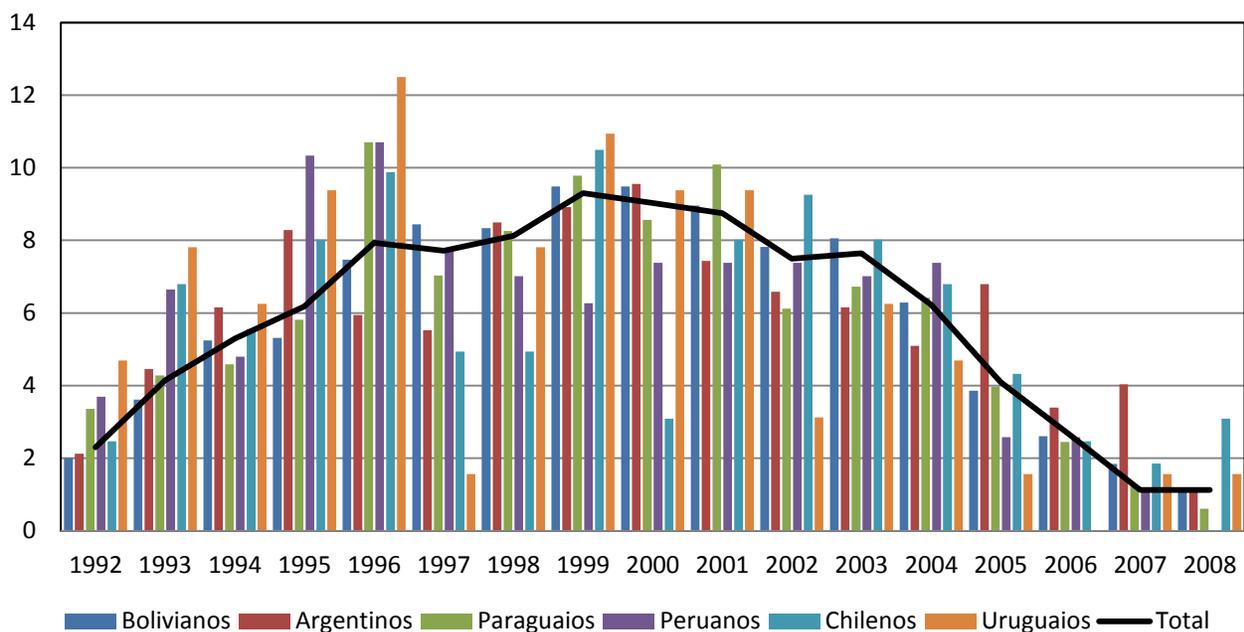
Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade) por nacionalidade
Rede de ensino do RMSP
2010



Fonte: Censo Escolar 2010/Secretária Estadual de São Paulo;Tabulações especiais

Conforme podemos notar a partir do gráfico 31, o ano de nascimento dos alunos da geração 1.5, demonstra que 9 % tinha 5 anos ou menos, 39% tinha entre 6 e 10 anos, 40% tinha entre 11 e 15 anos e 12% tinha entre 16 a 18 anos. Logo, 48% dessas crianças tinham 10 anos ou menos, ou seja, tinham nascido entre 2000 e 2010.

Gráfico 31
 Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade)
 por ano de nascimento
 Rede de ensino da RMSP
 2010

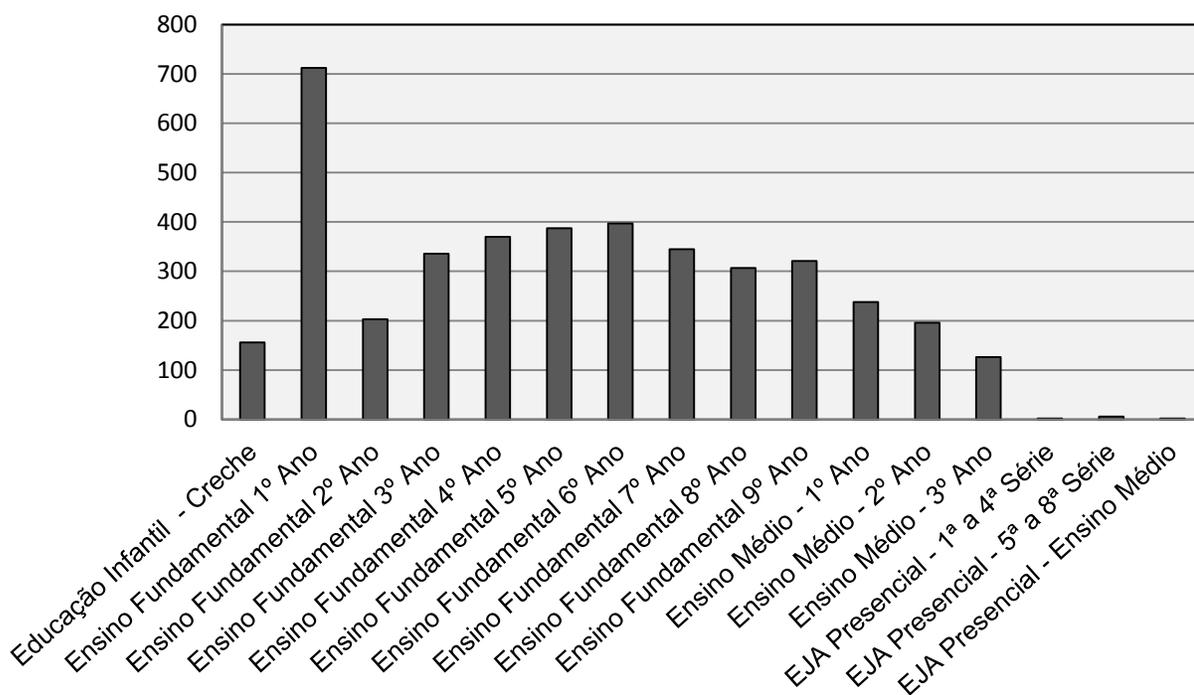


Fonte: Censo Escolar 2010/Secretária Estadual de São Paulo;Tabulações especiais

Em relação à série escolar foi possível notar que a grande maioria cursava o Ensino Fundamental, 82,3%, destes 49% o Ensino Fundamental 1 e 33% o Ensino Fundamental 2; e apenas 3,8% frequentava o Ensino Infantil; além disso, 13,6% cursava o Ensino Médio e 0,24% o EJA (Educação de Jovens e Adultos), conforme demonstra o gráfico 32.

Gráfico 32

Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 18 anos de idade)
por série que frequentava
Rede de ensino da RMSP
2010



Fonte: Censo Escolar 2010/Secretária Estadual de São Paulo;Tabulações especiais

Ao analisarmos as características da geração 1.5 na RMSP, enfatizando as nacionalidades latino-americanas, podemos observar a forte presença de bolivianos na rede de ensino. Além disso, como foi possível identificar com as informações apresentadas, geração 1.5 matriculada na rede de ensino escolar de São Paulo é diversificada e com grande concentração na rede pública. Observamos também que quase metade dos estudantes é menor de 10 anos de idade e grande parte menor de 15 anos. Supondo que parte dessas crianças não retorne ao país de origem, elas realizarão sua socialização no Brasil. Todavia, por se tratar de uma população

estrangeira, estas crianças e adolescentes poderão enfrentar problemas de inserção na sociedade brasileira, como pode ter sido o caso de seus pais. Independentemente dos motivos pelos quais essas crianças e adolescentes migram com suas famílias para o Brasil, fato é que elas são presença marcante nas escolas do estado e principalmente da cidade de São Paulo.

3.3 – A presença da segunda geração na escola: uma visão institucional

A presença da geração 1.5 e da segunda geração é fato crescente em muitas escolas da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente nas escolas localizadas nos bairros com maior presença de estrangeiros. Logo, faz-se cada vez mais necessário compreender os impactos dessa presença nas escolas e como as escolas tratam ou não a questão.

Nesse sentido, como mencionado anteriormente, foi realizada uma entrevista em profundidade com a direção da escola. O principal objetivo foi observar como os agentes institucionais da escola lidam com a presença de estrangeiros e da segunda geração. A entrevista foi realizada no mesmo período das entrevistas com a segunda geração, em maio de 2011. As observações aqui referidas são, e tão somente, referentes à escola-alvo da pesquisa, embora possam jogar luz na situação das diversas escolas com presença de estrangeiros³⁶.

A entrevista foi realizada com a vice-diretora da escola-alvo da pesquisa, com objetivo de entender como a escola trabalhava com a presença de estrangeiros no seu quadro de alunos e como se dava a interação entre alunos brasileiros e alunos estrangeiros, alunos estrangeiros e professores, entre outros. O primeiro

³⁶ É necessário dizer que várias tentativas foram realizadas com objetivo de saber se existiam medidas ou diretrizes oficiais relacionadas a inserção do estrangeiro na escola. Para tal foram contatadas as Secretarias Estadual e Municipal de São Paulo, bem como diversas diretorias de ensino. Diversas vezes documentos foram encaminhados pedindo mais informações nesse sentido. No entanto, nenhum das tentativas foi bem sucedida, não ficando esclarecido, portanto, se existe uma diretriz oficial que trata da questão dos alunos estrangeiros.

assunto a ser abordado foi sobre como a escola lidava com a presença dos estrangeiros na escola de modo geral.

Segundo a entrevistada, a escola enfrentou muitos problemas na época na qual a atual direção assumiu a escola. Problemas relacionados principalmente a rivalidade existente entre os alunos brasileiros e os estrangeiros.

“O grande problema nosso foi quando nós entramos aqui em 2002 (a nova direção). Existia muita rivalidade entre brasileiros e bolivianos, muita. Eram formados gangues mesmo, de brasileiros e bolivianos. E eles se pegavam na porta mesmo. Foi quando a gente começou a fazer um trabalho aqui dentro, chamando os pais dos bolivianos pra mostrar a cultura boliviana, junto com o professor de artes e o professor de matemática. O que mostrou que eles tinham uma cultura diferente, mas que eles eram tão inteligentes quanto os brasileiros. Porque os brasileiros falavam que eles eram burros, porque eles são tímidos. E porque o problema da nossa região não é bem uma timidez, é uma coisa mais profunda. E isso foi acalmando. Quando chegou em 2006, quase tinha sumido essa situação”.

Demonstrando já em sua primeira fala que o principal tema que perpassa a relação entre brasileiros e estrangeiros dentro da escola é o conflito. Indicou como a escola tentou solucionar o problema de forma institucional, criando um projeto que teve como objetivo trazer a cultura boliviana para dentro da escola, visando aproximar os alunos a partir da desmistificação da diferença entre as culturas.

Segundo a entrevistada, era muito importante lidar com esses conflitos e abordar o assunto da presença de imigrantes dado que a escola teria um número grande de estrangeiros. Conforme podemos observar no trecho a seguir, a escola chega a ter 60% de alunos estrangeiros, ou seja, mais da metade.

“Porque eu tenho à tarde 60% de bolivianos, então os brasileiros são minoria e de manhã é o contrário, eu tenho 40 de bolivianos e 60. Mas eles já são maiores, já não tem tanta rivalidade. Isto para aqueles que vieram da Bolívia. Porque o que eles achavam que eles eram burros, que eles não falavam a língua. No momento que eles passaram a falar a língua, eles passaram a se proteger, só andavam junto, entre eles”.

Segundo a entrevistada, os conflitos e situações de discriminação eram constantes. Ademais, os problemas não seriam apenas de discriminação e resultavam muitas vezes em violência física dentro da escola ou em seu entorno.

“A violência era física. Foram dois, três anos muito violentos aqui nessa escola. Por causa disso aí”.

No entanto, segundo a vice-diretora, os alunos brasileiros não sabem distinguir entre os alunos de fato estrangeiros e os descendentes.

“Não, eles não sabem. Para eles são todos bolivianos. Eles não sabem quem nasceu no Brasil ou não”.

Demonstrando que a diferenciação não está relacionada à nacionalidade dos mesmos, mais sim ao grupo de pertença no qual são imputados. Mais adiante, quando questionada sobre qual seria o principal problema da segunda geração e da geração 1.5 na escola, a resposta foi incisiva na questão do idioma. Mas se o idioma foi considerado o maior desafio, no entanto, segundo sua fala, parte dos conflitos seriam resultados de uma questão cultural sobre a presença dos imigrantes, da bagagem que os adolescentes trazem de casa para a escola.

“Eu acho que a língua é primeiro problema. Foi o grande problema deles na escola. E depois a própria cultura, que as brigas eram assim: pra quê vocês vieram para o Brasil, vocês tiram os nossos empregos e isso eles escutaram em casa. Isso aí não é fala de adolescente e nem de criança. E fala de família, a família falava e eles acreditavam no que estavam falando”.

Quando questionado se a escola fazia alguma diferenciação no tratamento dos alunos estrangeiros e sua distribuição dentro do quadro de série e classes, a informante foi enfática em dizer que não. Que a escola distribuiu os alunos nas classes sem o conhecimento de sua nacionalidade, não diferenciando os alunos. Outro ponto, segundo a vice-diretora, é que a escola não enfrenta problemas em relação ao quadro de professores, dado que a escola em questão já seria conhecida

como reduto de alunos estrangeiros, portanto, os professores que ingressam para trabalhar na escola já estariam conscientes da presença de alunos estrangeiros.

“Completamente, a mesma coisa. Pela localização da moradia e em sala de aula a gente não tem distinção. Se for brasileiro ou ser for boliviano a gente não sabe, porque a gente faz questão de não ter nem acesso. A gente só tem acesso quando vem o prontuário do aluno”.

No entanto, segundo a entrevistada, não são apenas os alunos de nacionalidade estrangeira que sofrem com problemas na escola, mas também os alunos de outras regiões do Brasil sofreriam com as mesmas situações que o aluno estrangeiro.

“Quando começa a vir muito do nordeste, o que acontece, o próprio pessoal que nasceu em São Paulo fica diferente. Por ai você não tem tanta competição, porque eles também são estrangeiros para os brasileiros, para os nascidos em São Paulo. Então pra eles também é uma situação difícil de encarar a escola”.

Quando questionada sobre se existia alguma orientação por parte dos órgãos públicos sobre como lidar com a presença de alunos estrangeiros, para melhor integrá-los ou para solucionar eventuais conflitos, a entrevistada afirmou que não, que as escolas lidavam com o assunto da forma que achassem melhor.

“Não. Não tem. A escola que tem que se achar, achar o caminho para sanar algumas dúvidas. Não tem política pra isso. Agora que eles puseram espanhol para os brasileiros. Mas ainda é uma coisa que está engatinhando e a gente não sabe o que vai dar. E ai os bolivianos não vão querer fazer espanhol”.

Retratou como a escola em questão resolve as situações de conflito entre os alunos brasileiros e estrangeiros; afirmou que os pais estrangeiros são muito mais participativos do que os pais dos alunos brasileiros e que essa diferença seria decorrente da diferença entre costumes.

“A gente a primeira coisa faz uma acareação. O pai estrangeiro é mais presente na escola que o pai brasileiro. Muito mais presente. Se eu falar que vai ter reunião cinco horas da tarde, todos os pais estrangeiros vêm, os pais brasileiros não. Falam que não podem vir, que trabalham. O que pai estrangeiro faz, alguém pega a caneta da filha dele e o pai vem aqui falar que ele quer a caneta da filha dele, o brasileiro nem vem. O estrangeiro vem, ele vem por uma caneta, um lápis, qualquer coisa que acontece na escola. Eles são muito presentes na escola, é muito interessante, porque lá eles tem esse hábito de ser presente na escola. Os brasileiros nunca tiveram”.

Em relação à questão da documentação dos alunos estrangeiros, a vice-diretora informou que escola não pede documentos para matricular o aluno na escola, portanto, para a escola não importa se o aluno é documentado ou não. No entanto, segundo ela, embora os alunos não documentados frequentem a escola, ao término dos estudos não recebem o diploma de conclusão.

“Por exemplo, o que a gente faz, eles entram aqui como estudantes. Como a gente cria pra eles o numero de Ra, que é o registro acadêmico. Esse registro acadêmico ele vai com ele até o terceiro colegial. Ele tem um Ra independente do visto de permanência dele. Os alunos sem visto não se formam. Não recebem o diploma. O governo não deixa. Por isso que teve a anistia de 2009”.

Quando questionada sobre o impacto de não receber o certificado de conclusão para os alunos estrangeiros, a entrevistada afirma que isso não seria um problema para a maioria dos alunos estrangeiros da escola já que a maioria retornaria ao país de origem para cursar a faculdade e, portanto, não necessitaria do documento.

“Olha, a maioria dos alunos estrangeiros, há uns 4, 5 anos atrás, ele vinha para o Brasil, ficava até o terceiro colegial e ia fazer faculdade na Bolívia. Só que

na Bolívia eu não preciso do número da minha lauda. O que eu preciso, do certificado de conclusão do terceiro colegial. Então o que eles faziam, eles iam pra lá fazer medicina, tanto que eu conheço várias meninas que são médicas lá e estudaram aqui. E nunca tiveram o visto de permanência no Brasil, porque não interessa pra eles. Pra nós não é reconhecido, lá é reconhecido”.

Portanto, segundo a entrevistada o não recebimento do diploma não afetaria a vida dos adolescentes, uma vez que a maioria retornaria ao país de origem para continuar os estudos ou já teria conseguido a documentação por meio da Anistia concedida pelo governo federal em 2009.

Sobre os principais problemas com os alunos estrangeiros e brasileiros, a entrevistada afirma que é a divisão dos alunos em grupos, separados, entre estrangeiros e brasileiros. Segundo ela, essa divisão seria maior entre os alunos mais novos e com menos tempo de residência no Brasil.

“É a divisão, cada um com o seu grupo. Principalmente no período da tarde, os menores, quando eles chegam ao colegial já ficam mais à vontade. A escola fez uma feira pra apresentar a cultura deles, pra ver se eles conseguem se integrar melhor e pra ter conhecimento de como eles são, mas muitas vezes a gente não consegue”.

Outro ponto levantado foi sobre como as outras escolas da região lidam com a questão dos alunos estrangeiros. Segundo a entrevistada, nem todas as escolas aceitam alunos estrangeiros, afirmando que existiria uma discriminação institucional, embora ela ocorra de forma muito velada.

“Tem outras escolas que não aceitam esse rolo. É meio complicado. Por exemplo, a escola X é uma escola de primeira a quarta série, a escola Y é uma escola de primeira à quarta série, X recolhe todos os alunos, mas a escola Y seleciona os alunos. Você vai pedir vaga e falam que não tem, e é porque eu não fui

com a sua cara. O que acontece, quando eu recebo os alunos de X eu recebo todos os alunos bolivianos e o Y exclui mesmo. Ele vê que você é brasileiro eles dão a vaga, mas se vê que não é, dizem que não tem vaga, então automaticamente eles vão procurar a escola X”.

Segundo ela, portanto, as escolas têm um meio informal de controlar os alunos que ingressam ou não na escola, controlando o ingresso por meio da disponibilidade ou não de vagas. Isso ocorreria porque nem todas as escolas estariam dispostas a lidar com os desafios criados nessa relação entre alunos brasileiros e estrangeiros, ou simplesmente, por discriminação de fato. Para a entrevistada isso seria em parte culpa de uma falta de política governamental, que deixaria os estrangeiros à margem.

“Isso é muito triste, não era pra ser assim. O governo não tem interesse em ter uma política para os estrangeiros”.

No entanto, a vice-diretora afirma que a posição da escola pesquisada era diferente, que dentro da escola eles buscavam lidar com os problemas e dar o máximo de bem-estar aos alunos.

“O que a gente faz é para dar o máximo para dar bem-estar para os que vêm para cá. Mas isso é a minha escola. As outras escolas, não sei, tem escola que não liga, tem escola que não deixa ter estrangeiros, tem vários tipos de escola. Mas a discriminação que eles chamam hoje em dia de bullying vai sempre existir”.

Mas, para a entrevistada, os conflitos entre os alunos estrangeiros e brasileiros não estariam tão relacionados à nacionalidade dos alunos e às eventuais diferenças culturais, e sim seria uma coisa de adolescentes e da criação que receberam dentro de casa.

“Está relacionado ao ser adolescente. A cultura familiar”.

Portanto, o que se pode perceber na fala da vice-diretora da escola, dentre muitas coisas, é que a discriminação e os conflitos são o maior desafio dentro da escola e na relação entre alunos brasileiros e estrangeiros. E embora a escola em questão, como provavelmente algumas outras escolas, tenha mais da metade do seu corpo de alunos de origem estrangeira, não há nenhuma política por parte do estado para lidar com tal situação, cabendo à escola decidir como lidar com os desafios ou não lidar, ficando a cargo da escola decidir que medidas tomar e o que fazer para integrar os alunos, solucionar conflitos e melhorar a convivência dentre os mesmos. E mais, ficando ao cargo da direção da escola, direção essa que pode mudar ao longo dos anos, dando continuidade ou não à orientação adotada pela escola. Falta de orientação e política governamental que possibilitaria por parte de algumas escolas, como relatado pela entrevistada, uma discriminação na matrícula de alunos estrangeiros. Não havendo, portanto, uma diretriz institucional nesse sentido.

3.4 – A geração 1.5 e a segunda geração na escola-alvo da pesquisa

Para a realização da pesquisa foram aplicados 437 questionários na escola-alvo, nos alunos que cursavam entre a oitava série do Ensino Fundamental II e o terceiro ano do Ensino Médio, presentes nos dias da pesquisa. Dos 437 questionários aplicados 75 foram de segunda geração, ou seja, 17% do total.

Dos 75 alunos de segunda geração captados, 29 eram homens e 46 mulheres. Dentre os alunos pesquisados 26 eram da segunda geração, ou seja, nascidos no Brasil, e 49 eram da geração 1.5, nascidos no exterior. Conforme a tabela abaixo é possível observar que a maior parte da geração 1.5 era nascida na Bolívia, seguindo do Paraguai e Peru.

Tabela 9
Segunda Geração de latino-americanos
por país de nascimento*
São Paulo
2011

Brasil	26
Argentina	2
Bolívia	26
Paraguai	13
Peru	6
Outro	2
Total	75

Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Entre a segunda geração, a maioria tinha ao menos um dos pais de origem boliviana, conforme é possível observar na tabela 10. No entanto, também foi possível observar que uma parte tinha ao menos um dos pais brasileiros, enquanto a minoria tinha pais de outras nacionalidades latino-americanas. Logo, grande parte da segunda geração e da geração 1.5 captada era de bolivianos.

Tabela 10
 Segunda Geração de latino-americanos
 por nacionalidade dos pais*
 São Paulo
 2011

	Pai	Mãe
Brasil	4	6
Argentina	2	0
Bolívia	16	15
Paraguai	1	2
Peru	0	1
Uruguai	0	1
Outro	3	1

Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Ao observamos a cidade de nascimento da segunda geração foi possível notar que entre os nascidos no Brasil a grande maioria nasceu na cidade de São Paulo, enquanto entre os nascidos no exterior, grande parte nasceu em La Paz. Tendo o restante da segunda geração nascido em diversas outras cidades sul-americanas, conforme tabela 11.

Tabela 11
 Segunda Geração de latino-americanos*
 Cidade de Nascimento Declarada
 São Paulo
 2011

Não declarado	2
ASSUNÇÃO	5
BOLIVIA	1
BUENOS AIRES	2
BUSAN	1
CAMPO GRANDE	1
CIDADE DO LESTE	5
COCHABAMBA	1
CUSCO	4
ITAI	1
LA PAZ	17
LIMA	2
LUQUE	1
MADRI	1
ORURO	3
REPATRIACION	1
SANTA CRUZ DE LA SIERRA	3
SAO PAULO	23
VILLARICA	1
TOTAL	75

Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

No entanto entre a segunda geração e a geração 1.5 pesquisada, seis entrevistados não eram de origem latino-americana. Logo, para termos desse estudo não foram considerados nas análises a seguir, sendo excluídos da amostra, portanto, do total de 75 entrevistados, apenas 69 eram de origem latino-americana e foram considerados nesse estudo.

No que diz respeito à idade da segunda geração, a maior parte dos entrevistados tinha entre 13 a 15 anos, conforme tabela 12. Fato esse que se deve

principalmente ao grupo entrevistado em questão e a série que frequentavam, uma vez que a maior parte dos entrevistados frequentava o nono ano do Ensino Fundamental.

Tabela 12
Segunda geração de latino-americanos*
Idade declarada em anos
São Paulo
2011

12 anos	2
13 anos	13
14 anos	25
15 anos	15
16 anos	6
17 anos	6
18 anos	2
Total	69

Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

No entanto, se observamos a idade ao chegar ao Brasil é possível notar que – dentre os 34 entrevistados que responderam a essa questão – 17 deles chegaram com até nove anos de idade e 17 entre os 10 anos e 16 anos, ou seja, metade chegou com nove anos ou menos e a outra metade com 10 anos ou mais. Logo, podemos concluir que ao menos metade do grupo em questão chegou ainda criança ao Brasil. Fato que pode ser considerado relevante dado que a socialização desses indivíduos começou ainda na infância e o tempo de exposição à sociedade

brasileira será maior ao final da adolescência – considerando que não retornem à origem.

Tabela 13
Segunda Geração de latino-americanos*
Idade ao chegar ao Brasil
São Paulo
2011

Não se aplica	24
Não declarado	10
Não sabe	1
1 ano	5
2 anos	2
3 anos	2
5 anos	2
6 anos	1
7 anos	1
8 anos	2
9 anos	2
10 anos	6
11 anos	1
12 anos	3
13 anos	2
14 anos	4
16 anos	1
Total	69

Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Já em relação ao ano de chegada ao Brasil – dentre os 34 entrevistados que responderam a essa questão – a maior parte chegou a partir do ano 2000, ou seja, 25, enquanto a minoria chegou na década 1990, ou seja, 9 entrevistados. Demonstrando que a entrada da maioria deles se deu nessa última década, pelo menos para o grupo em questão.

Tabela 14
 Segunda Geração de latino-americanos*
 Ano de chegada ao Brasil
 São Paulo
 2011

Não se aplica	24
Não declarado	10
Não sabe	1
1994	1
1995	3
1996	1
1997	1
1998	3
2000	1
2002	1
2003	2
2004	5
2005	4
2006	1
2007	2
2008	4
2009	1
2010	2
2011	2
Total	69

Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Sobre o tempo de residência dos mesmos no Brasil, foi possível observar que a maior parte reside há mais de cinco anos no Brasil, ou seja, dentre os 45 entrevistados 29 pessoas; enquanto apenas seis indivíduos residem a menos de um ano no país e 10 a menos de cinco anos. Na segunda geração, 13 indivíduos já moraram no país de origem dos pais, 10 nunca tinham morado e um não sabia se

já tinha ou não morado no país de origem dos pais; ou seja, metade das crianças já tinha vivido, em algum período da sua vida, no país de origem dos pais.

Tabela 15
Segunda Geração latino-americanos*
Tempo de residência no Brasil
São Paulo
2011

Não se aplica	24
Não declarado	0
Não sabe	0
Menos de um ano	6
Menos de cinco anos	10
De 5 a 9 anos	18
Mais de 10 anos	11
Total	69

Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

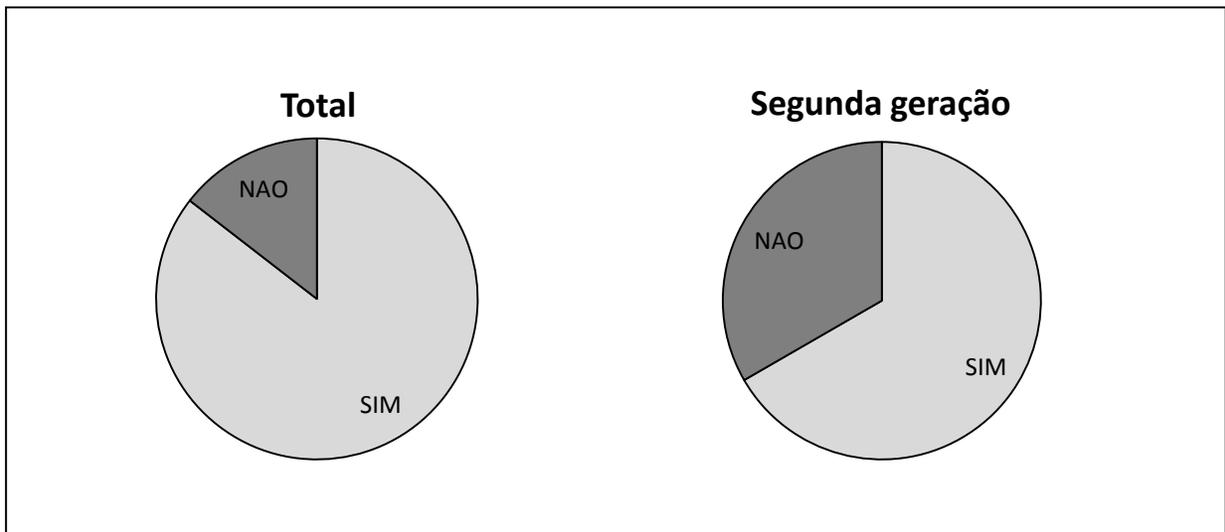
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Entre o total dos entrevistados, a maioria falava a língua do país de origem dos pais. Além disso, o espanhol foi o idioma falado por quase todos os indivíduos; apenas dois entrevistados falavam outro idioma, o guarani, idioma oficial do Paraguai, além do espanhol.

Segundo Portes e Rumbaut (2001), a manutenção do idioma de origem é fundamental entre os imigrantes; sendo, dentre todos os legados transmitidos entre as gerações o mais importante. (Portes e Rumbaut, 2001). No entanto, seria o mais difícil legado a se transmitir devido a forças opostas, como a demanda da sociedade para que os imigrantes se assimilem linguisticamente, de acordo com Portes e Rumbaut (2001).

Entretanto, entre a segunda geração de latino-americanos pesquisada, a maioria relatou falar o idioma de origem (Figura 6); resultado similar ao encontrado por Portes e Rumbaut entre a segunda geração latino-americanos nos Estados Unidos da América (Portes e Rumbaut, 2001).

Figura 6
Segunda geração de latino-americanos, segundo idioma do país de origem (fala o idioma do país de origem)*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

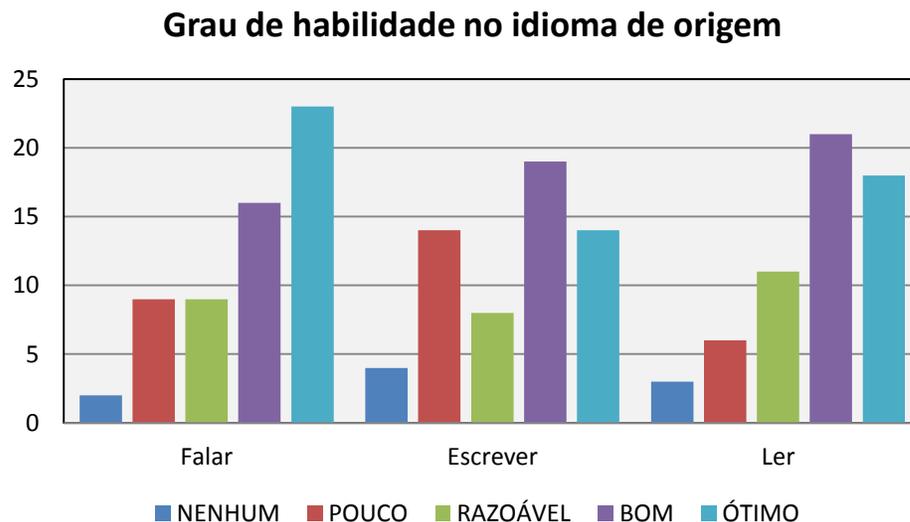
Fato que demonstra que a maior parte da segunda geração e da geração 1.5 de latino-americanos tem contato com o idioma de origem e afirma ter algum grau de conhecimento no mesmo. Embora não seja possível estabelecer se são indivíduos bilíngues ou apenas retêm o conhecimento do idioma. Dentre os que responderam que falavam o idioma do país de origem, no caso o espanhol, foi registrado diversos graus de habilidade no idioma, conforme é possível observar no gráfico 33.

Gráfico 33

Segunda geração de latino-americanos, segundo grau de habilidade no idioma de origem*

São Paulo

2011



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Em relação à capacidade de falar o espanhol, mais da metade dos entrevistados afirmou ter um nível bom ou ótimo no idioma, enquanto o restante afirmou ter um nível razoável ou baixo; no entanto, apenas dois adolescentes afirmaram não saber falar a língua – entre aqueles que afirmaram falar o idioma de origem. Situação bastante distinta da encontrada por Portes e Rumbaut (2001), na qual apesar da maioria dos entrevistados afirmarem falar o idioma de origem, sua habilidade era significativamente baixa (Portes e Rumbaut, 2001).

Já em relação a habilidade de escrever o cenário é similar ao anterior, ou seja, mais da metade afirmou ter uma capacidade de escrita boa ou ótima. No

entanto, podemos observar que uma parcela considerável dos entrevistados afirmou ter um grau de habilidade baixo ou nenhum. Em relação à capacidade de ler no idioma de origem, assim como para o falar e o escrever, também a maior parte dos indivíduos afirmou ter uma boa ou ótima habilidade na leitura do espanhol.

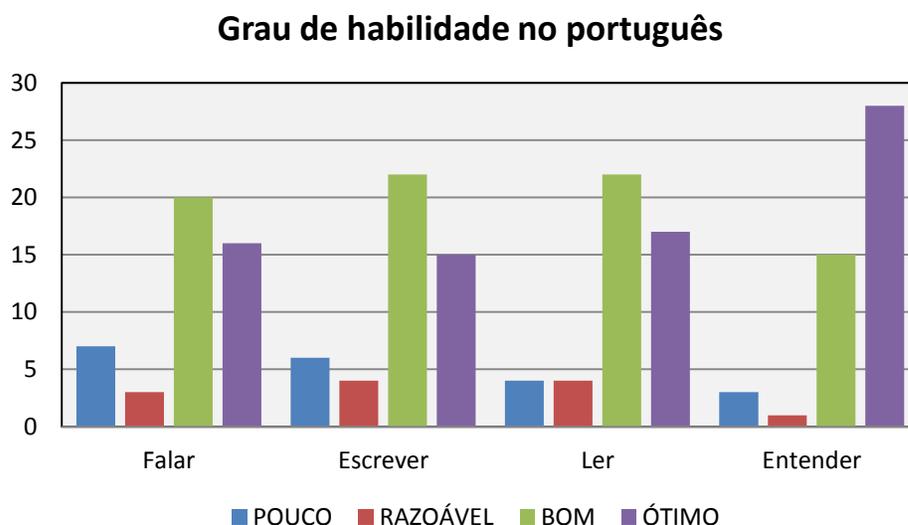
Isto demonstra que a maior parte dos jovens pesquisados tinha não apenas algum grau de conhecimento do idioma, mas também alguma capacidade de se comunicar, escrever e ler. Fato resultante tanto da vivência da geração 1.5 antes de migrar para o Brasil, mas também da manutenção, ao menos parcial, da língua materna no Brasil – como observaremos mais à frente. Manutenção essa, segundo Portes e Rumbaut (2001) é importante tanto em termos culturais como em termos práticos. Segundo os autores, perder a língua de origem seria como perder parte de si que está diretamente ligada com a identidade e herança cultural (Portes e Rumbaut, 2001). Além disso, a perda do idioma de origem poderia tornar a comunicação entre as gerações mais difícil, resultando na diminuição da autoridade dos pais (Portes e Rumbaut, 2001). No entanto, esse não parece ser o caso da segunda geração de latino-americanos pesquisada.

Em relação à habilidade da geração 1.5 na língua portuguesa, foi possível observar que apenas poucos entrevistados afirmaram ter um baixo grau de habilidade para falar, escrever, ler e entender o português, conforme podemos observar no gráfico 34; enquanto a grande maioria informou ter um bom ou ótimo grau de habilidade. Nenhum dos entrevistados afirmou não ter nenhum grau de habilidade na língua portuguesa, mesmo aqueles que estavam no Brasil a menos de um ano. Resultado similar ao encontrado por Portes e Rumbaut (2001) em sua pesquisa, no qual não apenas o conhecimento do inglês era universal, mas também a preferência por ele era enorme (Portes e Rumbaut, 2001).

Esse resultado pode ser atribuído, a princípio, a dois fatores: o primeiro, o tempo de residência no Brasil, uma vez que os entrevistados que moram há mais

tempo no país afirmaram ter maior conhecimento da língua; o segundo, a inserção dos mesmos na escola, que obrigatoriamente insere essas crianças e adolescentes num espaço monolíngue, forçando a ter contato diário com a língua portuguesa. Ademais, segundo Portes e Rumbaut, existiria uma pressão social para que os estrangeiros assimilem linguisticamente, tanto por razões instrumentais como por razões simbólicas. A assimilação linguística seria vista como um sinal de boa vontade dos imigrantes em buscar aceitação dentro do novo país, deixando a lealdade com o país de origem no passado e por isso é considerada fundamental na assimilação dos imigrantes. (Portes e Rumbaut, 2001).

Gráfico 34
Segunda geração de latino-americanos, segundo grau de habilidade em Língua Portuguesa*
São Paulo
2011



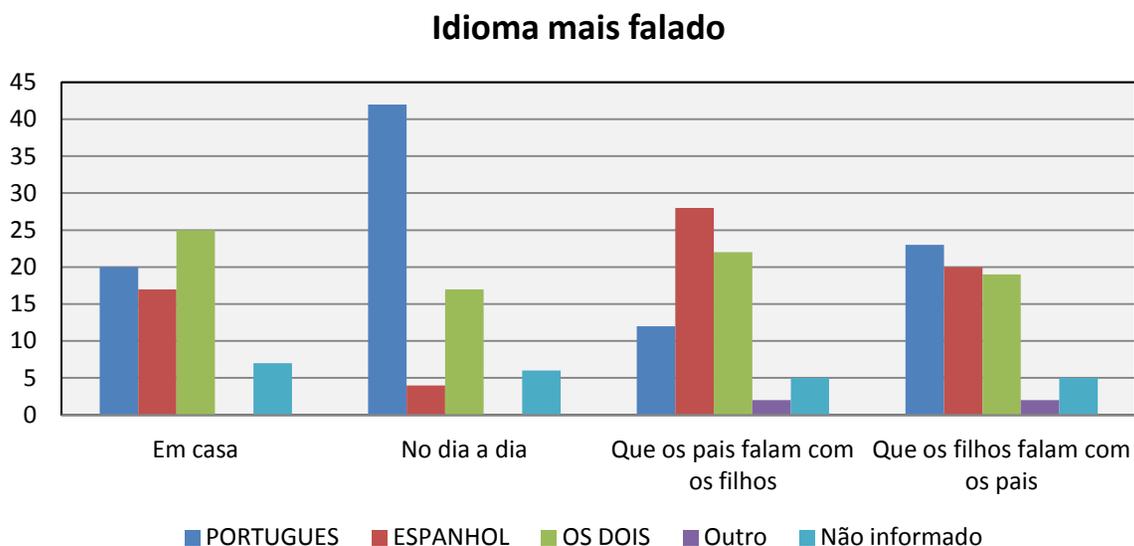
Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados.

Quando questionados sobre o idioma mais falado em diversas ocasiões, os entrevistados afirmaram usar as duas línguas. No ambiente da casa, quase um terço dos entrevistados afirmaram falar as duas línguas dentro de casa, enquanto um terço afirmou falar mais português e o outro terço mais espanhol. O que

demonstra que dentro de casa a maior parte dos entrevistados fala o idioma de origem em algum momento. Já quando questionados sobre qual idioma mais falavam no dia a dia, a grande maioria dos informantes afirmou falar mais o português, um quarto afirmou falar as duas línguas e apenas quatro indivíduos afirmaram falar mais espanhol.

Gráfico 35
Segunda geração de latino-americanos, segundo idioma mais falado*
São Paulo
2011



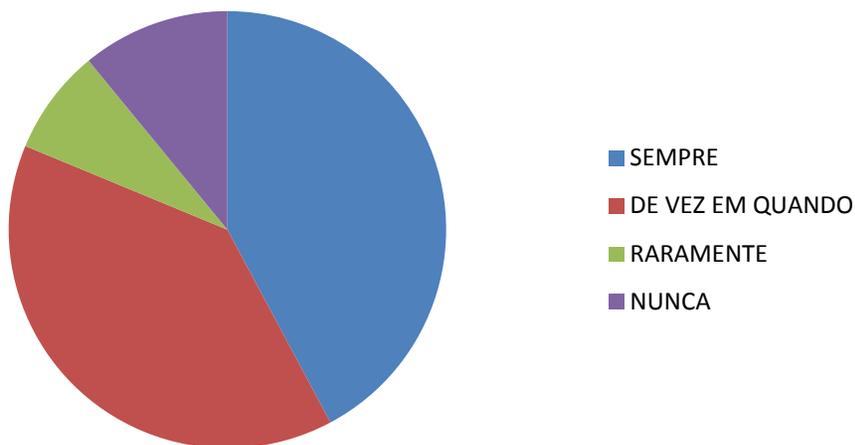
Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Embora a maioria dentro de casa fale os dois idiomas, no dia a dia a maior parte dos entrevistados informou falar exclusivamente o português, logo, indicando que o idioma de origem é mais restrito às situações familiares como nas conversas entre pais e filhos, uma vez que a maioria informou que seus pais conversam com eles em espanhol ou nas duas línguas; sendo poucos aqueles que indicaram que os pais conversam com eles em português. Já no sentido inverso,

um terço dos adolescentes afirmou usar apenas o português ao conversarem com os pais enquanto o restante afirmou usar o espanhol ou mesclar o espanhol e o português.

Gráfico 36
Segunda geração de latino-americanos, de acordo com a frequência na qual fala outro idioma*
São Paulo
2011

Frequência na qual fala outro idioma no dia a dia



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Esse fato também é ressaltado nas entrevistas em profundidade realizadas com os pais desses adolescentes. Entre os três pais entrevistados, todos afirmaram conversar em espanhol com seus filhos, embora os mesmos respondessem em português. Como é possível observar nas falas a seguir quando questionados sobre a língua que era falada em casa:

“Eu falo espanhol. Eu nasci em La Paz, fui criado em La Paz e estudei em La Paz. Eu falo com minha esposa normalmente o espanhol, falo com meu filho em espanhol, pergunto em espanhol, porém ele responde em português. Quer dizer

que ele entende o espanhol, mas responde em português. Bom por um lado, eu falo pra ele porque aqui com a gente você não fala em espanhol e ele responde que é porque fala errado, pronuncia errado, tudo bem, mas aqui estamos entre nós, pratica né”.

Ainda o mesmo entrevistado fala sobre a importância de seus filhos aprenderem a falar espanhol e não perderam a língua materna.

“Se para aqui o brasileiro para saber espanhol tem que estudar, não é. Até pra mim, quando eu vim aqui, sai da faculdade e vim pra cá, espanhol direito, cheguei aqui e não sabia uma palavra de português”.

Já outro entrevistado afirmou conversar nas duas línguas com os filhos, já que os filhos mais velhos falam espanhol enquanto o mais novo fala apenas português.

“Eu falo os dois. É porque a G. sempre fala português para nós, às vezes ela não entende o que eu falo em castelhano então tenho que falar português. Ela fala: mãe não entendi. Então tem que repetir em português. Mas ela só fala em português. As minhas duas outras filhas falam castelhano e português”.

Outro entrevistado afirma não se preocupar com o fato dos filhos não falarem espanhol:

“Não porque eu tenho canal da Bolívia, mas também não chama atenção. Tampouco nunca proibir não falar espanhol. Porque eles nunca conseguiram falar, eu falo mais espanhol com eles mas eles não falam”.

Demonstrando como a língua do país de origem é presente no dia a dia dos adolescentes entrevistados, mesmo que tenham dificuldades em comunicar-se

na língua dos pais. Portanto, mesmo com as dificuldades linguísticas que os entrevistados enfrentam para se comunicar na língua dos pais, o espanhol ainda permanece como idioma fundamental entre o grupo em questão.

Para além da esfera da casa e da família, 34 dos entrevistados afirmaram falar outro idioma além do português ao conversar com os amigos enquanto 30 afirmaram falar apenas português. Quando perguntados sobre a frequência ao falar outro idioma além do português no dia a dia, a minoria informou não falar ou raramente falar outro idioma enquanto a maioria relatou falar cotidianamente outro idioma, sempre ou de vez em quando. Demonstrado que esses adolescentes recorrem ao uso do idioma de origem em diversos momentos, ao menos no uso de algumas palavras, não só em casa; embora metade deles relate falar apenas português ao conversarem com amigos.

Portanto, foi possível observar certo grau de manutenção do idioma de origem, principalmente na esfera familiar. Manutenção essa que segundo Portes e Rumbaut (2001) pode ser considerada como positiva, se tornando uma habilidade a mais frente às crescentes demandas por força de trabalho com conhecimentos em mais de um idioma. Mas também parte significativa da segunda geração não tinha habilidade para falar o espanhol, podendo ser considerada como linguisticamente assimilada à sociedade brasileira. Portanto, observou-se que a maior parte dos entrevistados falava português, mesmo entre aqueles que haviam chegado a menos de um ano ao Brasil; fato resultante, provavelmente, da rápida assimilação linguística.

Entretanto, segundo Portes e Rumbaut, a rápida assimilação linguística pode gerar resultados nem sempre positivos; pelo contrário (Portes e Rumbaut, 2001), a necessidade em apreender o idioma do destino o mais rápido possível poderia gerar consequências negativas como a forte tendência em perder a fluência no idioma de origem. Segundo eles, as crianças estariam perdidas num conflito sobre autoidentidade e desorientação, que se combina com o crescente estigma de

falar um idioma estrangeiro. Resultando em bilinguismo limitado, com a aquisição deficiente do idioma do destino e perda do idioma de origem (Portes e Rumbaut, 2001). No entanto, não foi possível verificar se esse fenômeno ocorre no caso da segunda geração de latino-americanos em São Paulo, embora haja indícios.

Outro importante fator na vida dos jovens é a escola. Segundo Portes e Rumbaut (2001), a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento dos jovens, bem como define o que eles aprendem e molda suas motivações e aspirações (Portes e Rumbaut, 2001), logo, faz-se necessário entender como se inserem nela. Dentre os adolescentes entrevistados, como podemos ver no gráfico 36, a maioria cursava em 2011, o nono ano do Ensino Fundamental, ou seja, 37 indivíduos, enquanto 18 estavam no primeiro ano do Ensino Médio, nove no segundo ano e cinco no terceiro ano do Ensino Médio.

Gráfico 37
Segunda geração de latino-americanos, segundo a série de ensino*
São Paulo
2011

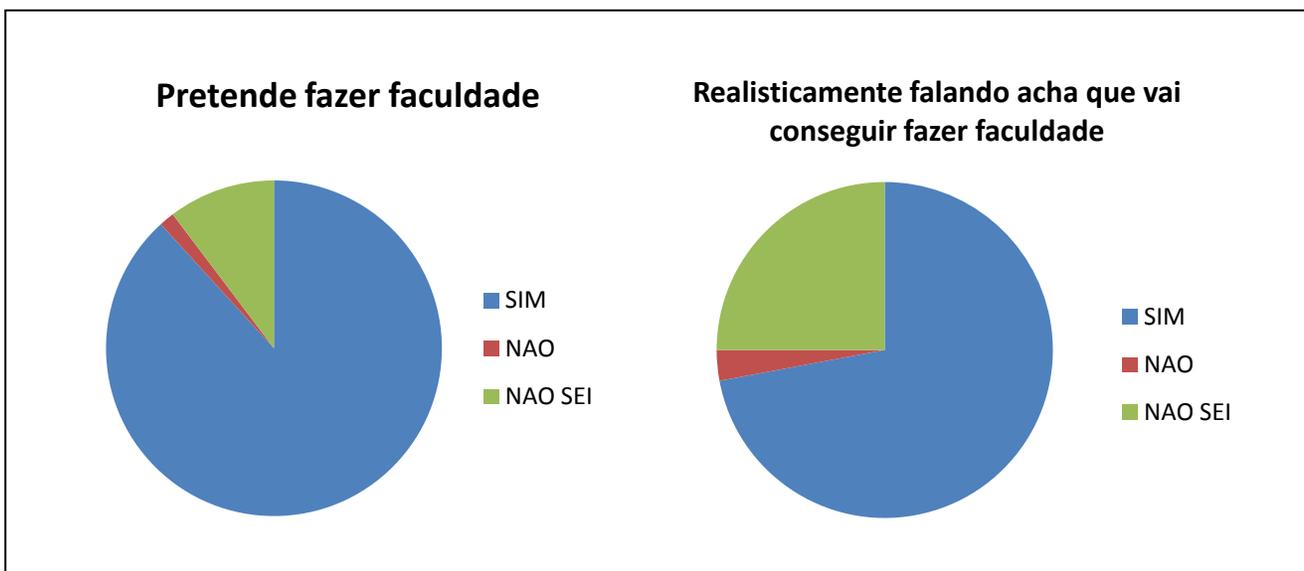


Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Quando questionados sobre seu futuro educacional, a maioria dos entrevistados afirmou que pretende fazer faculdade, embora alguns tenham dito que não sabiam e um dito que não. Mas quando perguntados se eles acham que realmente conseguiriam fazer faculdade, um quatro afirmou não saber se conseguiria e três achavam que não. Essa diferença entre os que pretendiam fazer faculdade e os que realmente acham que conseguiriam fazer faculdade é resultado da diferença entre a aspiração e expectativa sobre o futuro educacional.

Figura 7
Segunda geração de latino-americanos, de acordo com a aspiração de cursar faculdade*
São Paulo
2011



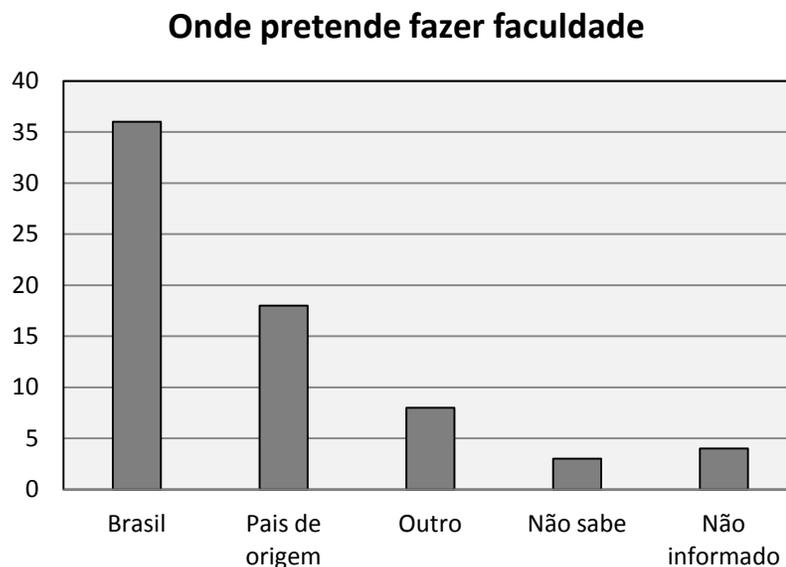
Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Segundo Portes e Rumbaut (2001), aspiração e expectativa não são a mesma coisa. Aspiração se refere ao que as pessoas querem que aconteça enquanto a expectativa diz respeito ao que as pessoas acreditam que irá acontecer; as aspirações seriam menos realísticas que as expectativas (Portes e Rumbaut, 2001).

Resultados encontrados entre a segunda geração de latino-americanos em São Paulo foram similares aos encontrados por Portes e Rumbaut; ou seja, a porcentagem de aspiração em cursar faculdade foi maior do que a expectativa, embora ambas reflitam alto grau de ambição. Bem como nos estudos de Portes e Rumbaut (2001), o número de entrevistados que tinha a expectativa de não conseguir cursar a faculdade foi baixo.

Dentre os que pretendiam fazer faculdade, a maioria disse que pretendia fazer faculdade no Brasil, conforme demonstra o gráfico 38. No entanto, um quarto dos entrevistados disse que pretendia fazer faculdade no país de origem, evidenciando um interesse de retorno dos mesmos ao país de origem, ao menos ao que diz respeito à continuação dos estudos.

Gráfico 38
Segunda geração de latino-americanos, segundo país no qual pretende fazer faculdade*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Nas entrevistas com os pais, os mesmos ressaltaram a importância que a educação tem para eles, tendo todos eles a aspiração que os filhos entrem na faculdade e aproveitem as oportunidades educacionais que estão sendo oferecidas aos filhos. Além disso, também relataram que a educação seria principal vantagem em criar os filhos no Brasil ao invés de criar no país de origem.

“O principal ponto seria a vantagem que oferece o governo para estudar, o incentivo que eles dão. É um ponto muito ponderável da parte do governo”.

“Eu sempre incentivo eles, estuda aqui, aprende direitinho o que fala a professora, presta atenção... Eu admiro esse lado porque eu fui estudante também. Eu venci um ano lá na faculdade de direito do meu país, depois eu deixei. Então por esse lado eu vejo que aqui tem muito mais vantagem para estudar. Tem bolsas, tem tudo pra estudar, quem não quer estudar aqui é porque não quer. Eu vejo na escola como os meninos têm muita oportunidade para estudar e não aproveita, não aproveita. É para ter aquelas oportunidades é melhor, porque no meu país é tudo pra pagar. Você quer escola tem que pagar, aqui o Estado oferece muitas vantagens. Até material”.

“A principal vantagem de criar os filhos aqui é o estudo mesmo. Eu quero que minha filha seja profissional”.

Mas um dos entrevistados afirmou que se pudesse voltaria ao país de origem por causa da educação, afirmando que a educação lá seria melhor do que no Brasil, dada as diferenças entre a educação no Brasil e no país de origem, principalmente em relação ao comportamento dos alunos.

“Bom, se tivesse uma boa oportunidade lá eu voltaria. Às vezes eu penso mesmo em voltar lá, por causa do estudo mais que tudo de minha filha. O estudo lá, fazendo uma comparação é melhor lá do que aqui. Tem mais oportunidades de estudar lá, porque os professores são de diferentes maneiras. Lá tem mais, pegam

no pé como falam aqui, bastante exercício, aqui não é assim. Por causa do estudo eu queria voltar lá muito, para minha filha ser mais profissional mesmo, estudar bastante. Só por causa disso, mas por causa do serviço quase não, não muito não. Mas pra mim é bom morar aqui. Minha filha mais velha fala que vai voltar para a Bolívia para voltar estudar. Não quer estudar aqui. A outra também pensa assim. A mais nova não sei o que vai fazer.”

A mesma entrevistada relata o motivo pelo qual acha que a educação no país de origem é melhor que no Brasil.

“Porque não tem muita preocupação da parte dos professores para exigir deles (os alunos). Eu também às vezes me ponho a pensar: ele vai exigir, mas os pais brasileiros acham ruim. Porque o maestro está ensinando, eu falo isso pra ela, se o maestro levou alguma coisa para estudar é porque é bom para vocês, agora se vocês não querem receber, problema de vocês. Mas assim, acho que não é muito bom, demora muito a apreender, a assimilar as coisas que o maestro leva. Então eu acho uma parte muito difícil por causa do ambiente mesmo. Os pais que não se preocupam com os filhos.

Relatando até mesmos problemas pelos quais os estrangeiros passariam para estudar e a difícil situação na relação entre brasileiros e estrangeiros no ambiente escolar. Como relata a seguir:

Porque se meu filho vai querer fazer bem e os outros não acham bom, ai eles fazem turma e vai contra eles. Então às vezes o que acontece, eu vi muita rapaziada deixar o colégio por causa disso, já tem muito boliviano que deixou o colégio. Eles falam que se você não se enturma, não aceita as coisas que nós queremos fazer, é melhor que você saia da escola. Falam assim mesmo, brasileiros. Ai eu fico muito triste, porque o filho vai fazer o que os pais ensinam. Agora se os pais não ensinam boas coisas, vai ter muitas feias por causa dos pais. Então essa parte que é mais difícil para mim, por isso que eu fiquei falando com diretor.

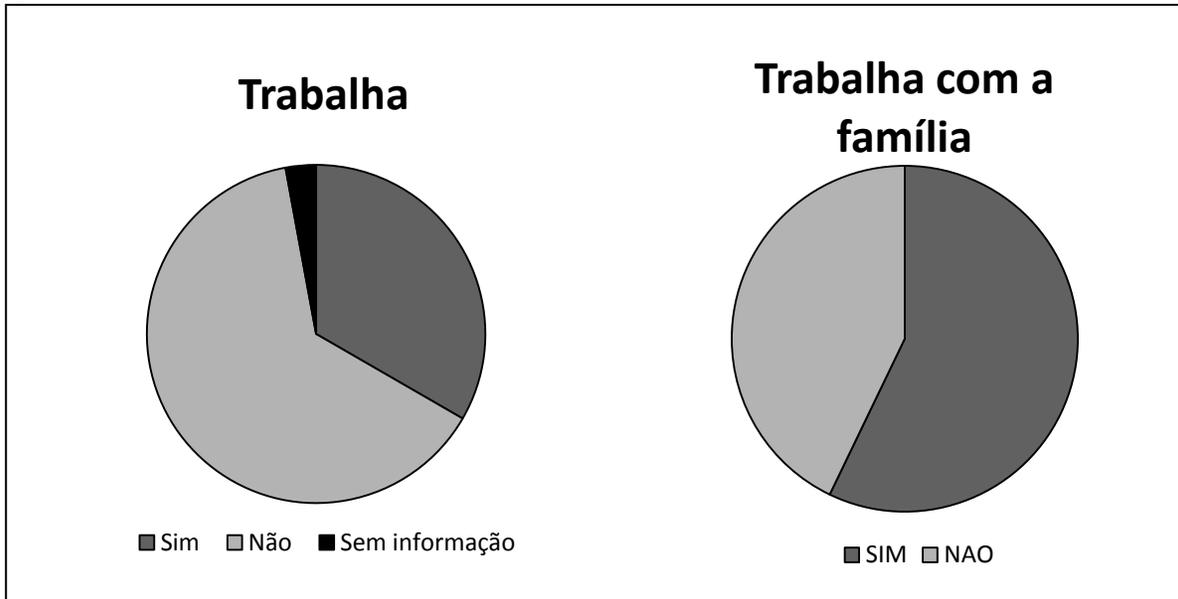
Porque não é só minha filha, todos os brasileiros vai ter o futuro de hoje, não de amanhã, porque eles são moços, adolescentes, daqui a pouco eles já podem ser profissionais. E por causa dessa situação que os pais não ligam muito está difícil a educação aqui no Brasil. Pelo menos meu ponto de vista, não sei o resto o que pensa”.

O que demonstra que a educação dos filhos é um tema de extrema relevância para os pais; tendo por um lado o Brasil a vantagem do incentivo à educação por parte do governo, no entanto a desvantagem no que concerne às relações que se estabelecem entre brasileiros e estrangeiros nas escolas. Embora segundo Kasinitz *et alli* (2008) as expectativas sobre o tipo de educação e como a educação seria ou não fundamental para obter sucesso variem conforme os grupos étnicos (Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008), tendo diferentes significados para os diferentes grupos nacionais.

No entanto, embora a preocupação dos pais sobre a continuação dos estudos, alguns adolescentes entrevistados afirmaram que não fariam faculdade. Entre os que responderam que não pretendiam fazer faculdade ou não sabiam se fariam, um dos entrevistados respondeu que não continuaria os estudos, pois não tinha vontade; enquanto, outro afirmou que não faria faculdade porque “iria trabalhar com a mãe para ajudar a pagar as contas”.

Logo, podemos observar claramente que a maioria dos entrevistados pretende continuar seus estudos e ingressar na faculdade, no entanto, alguns deles admitem que talvez isso não se torne realidade. Uma das possíveis explicações para tal dúvida pode estar relacionada com o entrada no mundo do trabalho, como afirmou a adolescente que não faria faculdade pois iria trabalhar. Inserção no mundo do trabalho essa que já é presente um terço dos entrevistados, como podemos observar na figura 8.

Figura 8
 Segunda geração de latino-americanos, segundo inserção no mercado de trabalho*
 São Paulo
 2011



Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

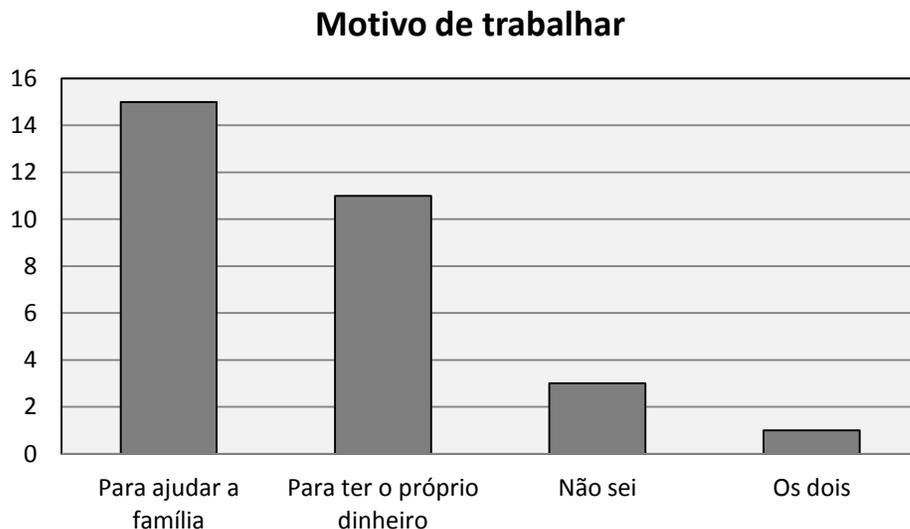
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Dentre os que afirmaram trabalhar, mais da metade trabalha com a família. No entanto, embora quase dois terços tenham afirmado que não trabalhavam, parte deles continuou a responder a perguntas sobre o horário em que trabalhava e o motivo pelo qual trabalhava. O que pode demonstrar que mesmo afirmando não trabalhar, de fato o fazem. Além disso, o trabalho em conjunto com a família pode, para alguns dos entrevistados, não ser visto como um trabalho, mas apenas uma ajuda; como foi o caso relatado na entrevista com os pais, no qual quando questionado sobre se o filho trabalhava ou não o mesmo respondeu que não, apenas ajudava na oficina de costura após a escola. Em seu estudo sobre a segunda geração de imigrantes na Região Metropolitana de Nova Iorque, Kanisitz *et alli* (2008) também relatou que o trabalho entre alguns membros da segunda geração era descrito como uma ajuda. Além disso, a maioria teria retratado trabalhar para ajudar a família do que para ter sua própria fonte de renda (Kasinitz, Mollenkopf, Waters e Holdaway, 2008).

O que parece ser também o caso da segunda geração de latino-americanos pesquisada, metade dos adolescentes que trabalhavam disse que o faziam para ajudar a família, enquanto um terço afirmou trabalhar para ter seu próprio dinheiro e alguns responderam que não sabiam por que trabalhavam; conforme é possível observar no gráfico 39.

Portanto, é possível que os entrevistados tenham relatado não trabalhar ao mesmo tempo em que continuaram a responder positivamente as perguntas sobre o trabalho devido ao trabalho junto à família ser considerado apenas como uma ajuda. Independente disso, fato é que quase a metade dos entrevistados trabalhava e mais da metade deles com a família; e mais, a maioria trabalhava para ajudar a família. O que pode indicar que a segunda geração é um componente importante na complementação da renda familiar.

Gráfico 39
Segunda geração de latino-americanos, segundo motivo para trabalhar*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

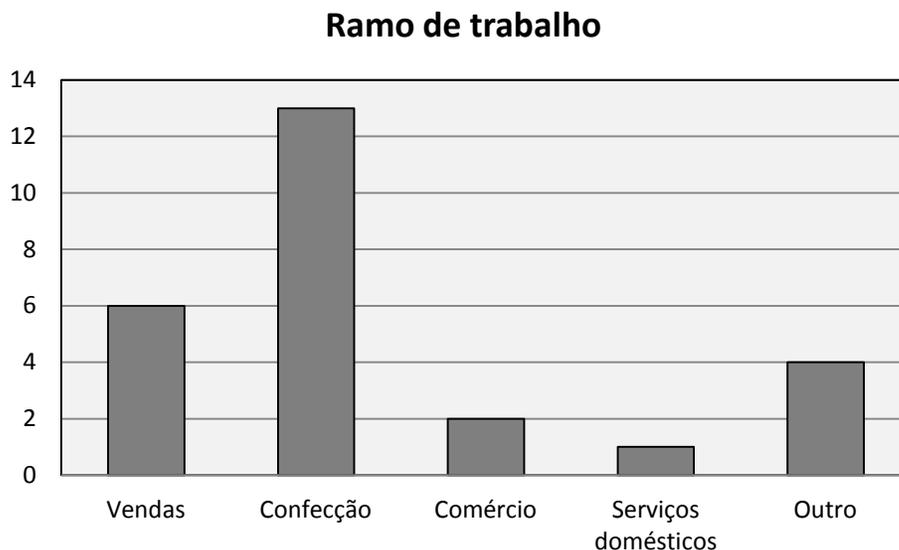
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Em relação ao ramo de atividade nos quais os adolescentes trabalhavam, a maior parte informou trabalhar no ramo de confecção/costura, principalmente entre entrevistados de origem boliviana; indicando que parte dos entrevistados estava inserida no mesmo ramo de trabalho dos pais. Além disso, outros ramos de trabalho foram registrados como vendas, comércio e outros, conforme gráfico 40.

O ramo de trabalho no qual a segunda geração está inserida é segundo Portes (1996) um importante indicador do modo de incorporação e aculturação da segunda geração na sociedade. Segundo Portes, a inserção da segunda geração no mesmo ramo de trabalho de seus pais é um indicativo de imobilidade social entre a primeira e a segunda geração (Portes, 1996). No entanto, não há indícios suficientes para concluir que esse seja o caso da segunda geração de latino-americanos entrevistados. Primeiro porque a segunda geração entrevistada ainda encontra-se em fase escolar, portanto, ainda não se estabeleceu num ramo específico de trabalho. Depois porque o ramo de trabalho no qual esses jovens estão inseridos está relacionado ao ramo de trabalho de seus pais e à rede social na qual convivem; sendo, portanto mais fácil para a segunda geração ingressar no mesmo ramo de emprego que os pais. Não sendo, portanto, possível concluir que a inserção da segunda geração no mesmo ramo de atividade dos pais é resultado da imobilidade social dos imigrantes.

Além disso, segundo Kasinitz et alli (2008), embora essa concentração étnica seja resultado, ao menos em parte, da falta de opções, criando nichos étnicos de trabalho, não estaria claro qual é o efeito dessa concentração em certos nichos de trabalho para a segunda geração (Kasinitz, Mollenkopf, Waters e Holdaway, 2008).

Gráfico 40
Segunda geração de latino-americanos, de acordo com o ramo de trabalho*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Já em relação ao período de trabalho no qual os entrevistados exercem seu trabalho, a maior parte afirmou trabalhar no período da tarde, enquanto uma parte afirmou trabalhar aos fins de semana e a minoria respondeu trabalhar à noite. Além disso, grande parte dos entrevistados afirmou conseguir conciliar o trabalho com os estudos.

Em relação ao que diz respeito ao circuito de amizades, a maior parte dos entrevistados afirmou que a maioria de seus amigos era de brasileiros enquanto um terço informou que a maioria de seus amigos era da mesma nacionalidade de que ele ou estrangeiros de outras nacionalidades.

Gráfico 41
Segunda geração de latino-americanos, segundo nacionalidade dos amigos*
São Paulo
2011

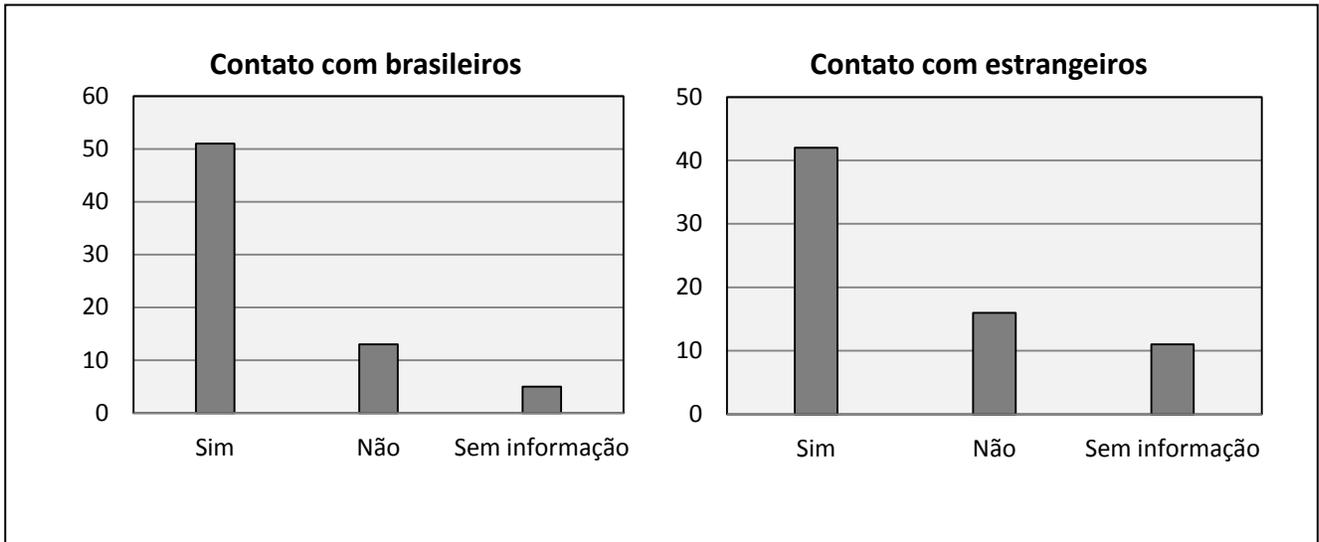


Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Além disso, os entrevistados afirmaram frequentar outros lugares nos quais têm contatos com brasileiros, além da escola. Demonstrando que a escola não é o único lugar no qual esses adolescentes socializam com brasileiros. Além da escola, outros locais como cursos, atividades esportivas, igreja e a casa de amigos foram os lugares mais citados como espaços de interação com outros brasileiros. No entanto, um quinto desses adolescentes informou não frequentar outro lugar além da escola no qual tem contato com brasileiros, como é possível ver na figura 9.

Figura 9
 Segunda geração de latino-americanos, segundo contato com brasileiros e estrangeiros*
 São Paulo
 2011



Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Ademais, metade dos entrevistados também frequentava lugares nos quais tinha contato com estrangeiros. Lugares como a casa de amigos e atividades esportivas. Demonstrando que esses adolescentes mantinham relações tanto com brasileiros como com estrangeiros; foi pequeno o número de indivíduos que não frequentava outros lugares no qual se relacionasse com brasileiros ou estrangeiros.

Quando questionados sobre o fato de participarem ou não de festas realizadas em homenagem ao país de origem, a maioria informou que participa dessas comemorações com alguma frequência; enquanto um terço informou não participar ou participar pouco, conforme demonstra o gráfico 42; parte dos entrevistados mantém um mínimo contato com as tradições do país de origem. Essas as festas em homenagem ao país de origem são importantes, uma vez que, segundo Silva (1999) seria uma forma de recriar a identidade; momento no qual

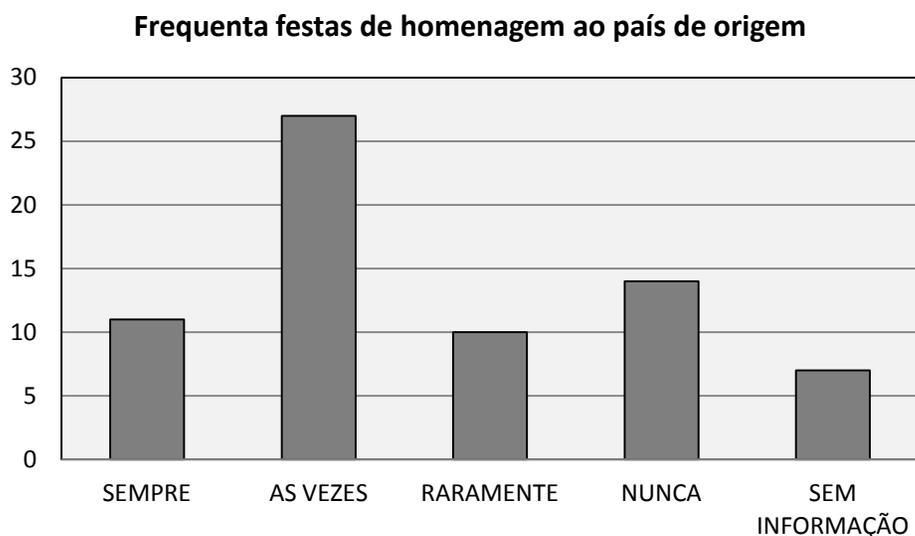
vários elementos marcadores de identidade cultural são ostentados e cultuados. Segundo Silva, os bolivianos, paraguaios e chilenos são os grupos que mais promovem festas desse caráter (Silva, 199). Tornado-se, então, um potencial local no qual a segunda geração apreende e vivência as experiências culturais do país de origem.

Gráfico 42

Segunda geração de latino-americanos, segundo frequência em festas de homenagem ao país de origem*

São Paulo

2011



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Nesse sentido, os pais entrevistados foram questionados sobre a questão da transmissão da cultura do país de origem e como lidam com o possível “abrasileiramento” dos filhos. No entanto, a maioria deles disse aparentemente não se preocupar com isso e que ocasionalmente contavam aos seus filhos como é o país de origem, sem, no entanto, se preocupar com a perda de certos traços culturais; ao contrário, enfatizaram que os filhos tem que se adaptar ao Brasil, uma

vez que vivem aqui e não no país de origem, conforme podemos observar nas verbalizações abaixo.

“Olha, por esse lado, eu como pai responsável eu fico preocupado porque hoje em dia eu vi que a pessoa por necessidade tem que se adaptar aonde estiver. Se eu por coisas da vida tiver que estar na Argentina, tenho que me adaptar a aquele país. E acho que eles mesma coisa”.

“Eu explico como é a Bolívia, na verdade então a gente tá tocando nesse ponto e eles vêm na televisão também (no canal boliviano), vendo os costumes. O meu filho também gosta das músicas da Bolívia, fala que são bonitas, que tem lindos lugares lá. Então ele fala que a gente pode um dia viajar lá eu queria conhecer tal lugar, tal lugar. Porque eu levei eles de pequenos mas não se acostumaram lá”.

“Então tem muita tradição na minha terra, mas eu não ligo muito, nunca fui de ligar, minha mãe nunca gostou. E também elas estão morando aqui, então ela tem que viver aqui, então eu por enquanto não falo muito o que tem lá. As vezes a gente vê as notícias e ela pergunta então eu explico. Mas eu me interesso muito que ela apreenda aqui. Porque ela já é brasileira, tem que apreender daqui, o colégio vai exigir isso, a universidade vai exigir isso e tem que saber ela o que tem aqui, as coisas que tem aqui”.

Aparentemente, para os pais é mais importante que os filhos vivenciem a vida no Brasil ao invés de se preocupar com o país de origem; embora a maior parte deles afirme manter dentro de casa os costumes que trouxe do país de origem e que criem os filhos conforme foram criados. Como a seguir relata um dos entrevistados:

“Eu cuido dos meus filhos conforme os costumes da Bolívia, porque o princípio de nós é sempre cuidar da educação dos filhos, o respeito ao pai e a mãe.

Por exemplo, vocês têm outros costumes com os moços. Eu não deixo minha filha namorar, entrar em minha casa e ficar namorando em casa. Meu pai não deixou, minha mãe não deixou, então é assim. Tradição nossa mesmo, não gosta de deixar. A educação em princípio, sempre cumprimentar, pedir permissão para pegar as coisas, ser gentil. Isso que ensina”.

Demonstrando uma expectativa dos pais da segunda geração de latino-americanos pesquisada diferente da encontrada por Kasinitz *et alli* (2008) em seus estudos. Segundo os autores (Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008), no caso da segunda geração em Nova Iorque, os pais retrataram medo de que seus filhos se tornassem norte-americanos; medo esse que seria em parte um paradoxo da experiência imigratória uma vez que os imigrantes iriam para os Estados Unidos da América para melhorar suas vidas e de seus filhos, superando obstáculos para propiciar aos seus filhos a chance de se tornarem norte-americanos. Mas ao mesmo tempo, segundo os autores, esses pais frequentemente se sentem desconfortáveis e ansiosos em relação ao futuro desses “novos americanos”, seus filhos (Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008).

Já em relação ao retorno ao país de origem, dentre os entrevistados, um pouco mais da metade afirmou que já voltou ao país de origem, enquanto menos da metade nunca voltou. Dentre os que já voltaram ao país de origem, maioria afirmou voltar pelo menos uma vez ao ano; o que indica que parte dos entrevistados mantém conexões com o país de origem. Os motivos pelos quais a segunda geração de latino-americanos volta com frequência ao país de origem não foi estabelecido.

Segundo Kasinitz *et alli* (2008), no caso imigrantes em Nova Iorque/Estados Unidos da América, parte da segunda geração permanecia fortemente ligada com o país de origem, visitando frequentemente, enviando dinheiro e muitas vezes contemplando mudar-se para lá. Ademais, um número surpreendente de pais enviava de volta seus filhos ao país de origem para viver

com parentes (Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008). Para os autores, independente dos motivos pelos quais a segunda geração volta ao país de origem, fato é que a segunda geração de hoje cresce em comunidades com fortes laços transnacionais (Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008). Caso que também parece ser o da segunda geração de latino-americanos em São Paulo.

Segundo Kasinitz *et alli* (2008) esse forte laço com a comunidade do país de origem proporcionaria que a segunda geração viva em mais de uma sociedade ao mesmo tempo, no entanto, talvez sem nunca se comprometer completamente com nenhuma, segundo Kasinitz et ali (2008). Essas conexões transnacionais podem ser potencialmente importantes na vida da segunda geração, transformando o modo como incorporam a identidade norte-americana (Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008).

No caso da segunda geração de latino-americanos pesquisada também foi possível observar uma forte conexão com o país de origem. A maioria dos entrevistados relatou ter parentes no país de origem e manter contato frequente com eles por meio do telefone, internet e visitas; apenas quatro entrevistados não sabiam se tinham ou não parentes morando na origem e um afirmou que não tinha.

No que concerne ao futuro dos entrevistados, metade dos adolescentes afirmou que pretende continuar a viver no Brasil no futuro; enquanto um pouco mais de um quarto disse que pretende voltar ao país de origem e uma pequena parcela pretende se mudar para outro país, conforme podemos ver no gráfico 43. Esse desejo de parte do grupo em voltar ao país de origem pode ser, como indicado por Kasinitz et ali (2008) resultado da manutenção dos laços com o país de origem e com a comunidade étnica; que possibilitaria a esses jovens viver conectados com a sociedade brasileira e com a sociedade do país de origem, ao mesmo tempo.

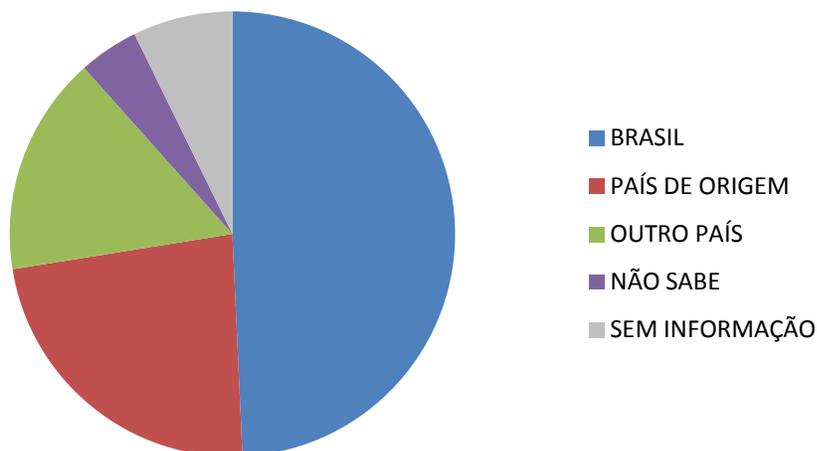
Gráfico 43

Segunda geração de latino-americanos, segundo lugar que pretende morar no futuro*

São Paulo

2011

Aonde pretende morar no futuro



Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

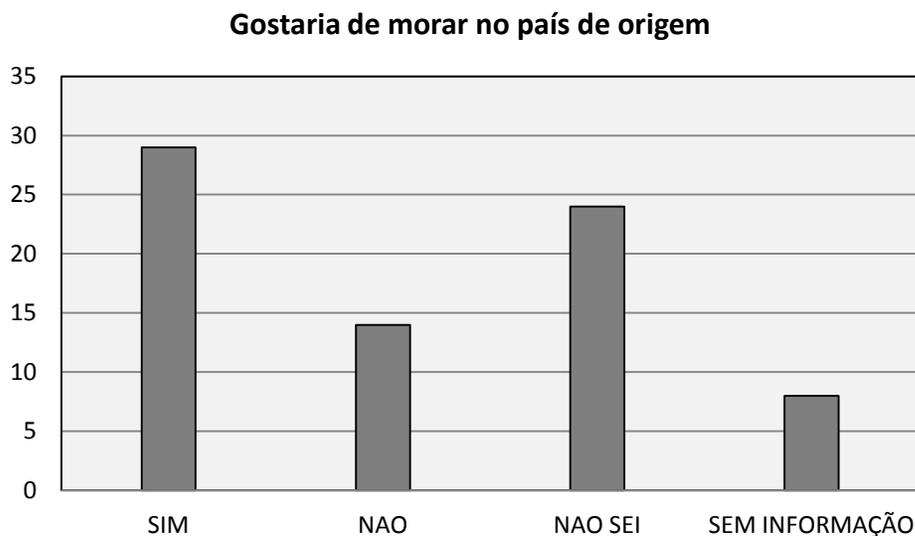
Mas quando questionados se gostariam de morar no país de origem mais da metade informou que não sabia ou não gostaria e apenas um terço disse que sim. Quando questionados sobre o motivo de não querer morar no país de origem, a maioria afirmou já ter se acostumado com o Brasil ou porque gostava do Brasil; já os que gostariam de morar na origem afirmaram sentirem falta da família e dos amigos. Esses resultados podem ser decorrentes do grau de manutenção dos laços com a comunidade de origem, como indicado por Kasinitz *et alli* (2008). Indicando que os jovens que mantêm laços mais fortes com o país de origem almejam voltar para conviver com a família, enquanto os que mantêm poucos laços pretendem ficar no Brasil.

Gráfico 44

Segunda geração de latino-americanos, segundo vontade de morar no país de origem*

São Paulo

2011



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Sendo bastante diversos os motivos para querer ou não morar no país de origem, conforme podemos observamos nos relatos a seguir:

“Gostaria de voltar para estar do lado da minha família”.

“Eu gosto do meu país, mesmo não sendo um país tão desenvolvido como o Brasil, mas eu gosto”.

“Eu já me acostumei aqui no Brasil”.

“Eu gosto mais daqui porque cresci aqui”.

“Nunca conheci a casa dos meus pais”.

“Porque é muito legal e tenho muitos amigos lá”.

“Porque um estrangeiro só no próprio país se sente cidadão e igual a todos”

Além disso, o desejo de voltar ou não ao país de origem também pode estar relacionado ao sentimento de pertencimento e à perda da identidade étnica entre os entrevistados. Segundo Portes e Rumbaut (2001), a mudança na autoidentificação étnica e nacional é esperada entre a segunda geração. No entanto, o processo de formação da identidade étnica não é simplesmente uma função linear do status socioeconômico com o grau de aculturação; mas envolve também o contexto de recepção na sociedade de destino e o grau de discriminação experimentado pelo grupo, segundo Portes e Rumbaut (2001). Portanto, a identificação étnica seria um processo que envolve muitos fatores e deve ser analisado com cautela.

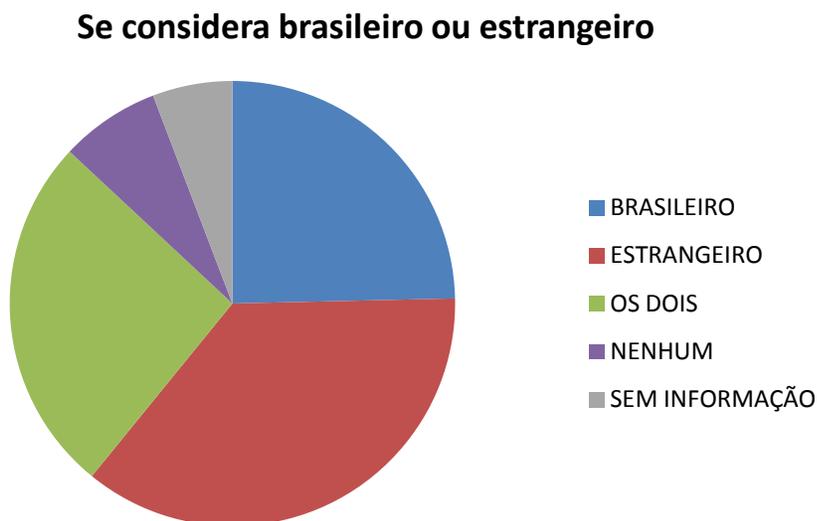
De acordo com os autores (2001), a autoidentificação da segunda geração é atualmente mais complexa e frequentemente implica na conciliação entre sentimentos de lealdade e apego. Situada entre dois distintos mundos culturais, a segunda geração teria que definir-se em relação a diferentes grupos, entre a classificação na qual são incluídos por seus pares nacionais, pela comunidade de origem e pela sociedade em geral; segundo Portes e Rumbaut (2001).

Ou seja, a segunda geração estaria no meio da batalha entre a pressão por parte seus pares nacionais e a pressão dos pais, entre a lealdade com o país de destino e com o país de origem. Ademais, segundo Kasinitz et alli (2008) a forma como os indivíduos se autoidentificam estão relacionadas a diversas variáveis, com sua posição na sociedade, arranjos espaciais de vizinhança, tipo de emprego, redes sociais, entre outros; que estabelecem certas normas e repertórios específicos sobre como se comportar no mundo. E nenhum desses fatores afeta

uniformemente os indivíduos de um grupo; os indivíduos diferem sobre o quanto se identificam com a etnicidade, de acordo com conexões sociais estabelecidas, variando como e o quanto interiorizam normas e valores de herdam dos pais e da família (Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008).

Portanto, o nível de identificação étnico ou nacional é bastante variável e complexo entre o grupo e dentre os indivíduos de um grupo; não sendo possível observá-lo a partir de poucas pesquisas quantitativas e qualitativas. Entre a segunda geração de latino-americanos pesquisada foi possível observar que a autoidentificação dos mesmos foi diversa; no entanto a maior parte deles se autodeclarou estrangeiro, seguido por aqueles que se considerem os dois, brasileiros e estrangeiros. Entretanto, alguns afirmaram não se considerar nem brasileiros e nem estrangeiros; já entre parte da segunda geração, os nascidos no Brasil, alguns se autodeclararam tanto brasileiro quanto estrangeiro, mesmo tendo a nacionalidade brasileira. Ademais, um dos entrevistados afirmou se considerar estrangeiro mesmo tendo nascido no país e outro não se considerava nem estrangeiro nem brasileiro. Enquanto entre a geração 1.5, um quarto se considerava tanto brasileiro como estrangeiro, dois quartos estrangeiros, seis pessoas se consideravam brasileiros e quatro não se consideravam nem uma coisa nem outra.

Gráfico 45
Segunda geração de latino-americanos, segundo autoidentificação nacional*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Tal resultado pode indicar que a autoidentificação como brasileiro ou como estrangeiro não estava necessariamente relacionada ao país de nascimento desses jovens; uma vez que estrangeiros se classificaram como brasileiros e brasileiros como estrangeiros. Logo, o local de nascimento, no Brasil ou fora dele, não pode ser tomado como definidor exclusivo da autoidentificação; o processo parece envolver mais elementos além da nacionalidade dos mesmos.

Segundo Portes e Rumbaut (2001), os jovens autoidentificam e comparam-se a si mesmos em relação àqueles em torno deles, baseando-se nas similaridades e dissimilaridades sociais com o grupo de referência com o qual convivem (Portes e Rumbaut, 2001). Sua identidade social seria forjada em termos de contraste com outros. Segundo os autores (2001), a identificação étnica começaria com a imposição de um rótulo em si mesmo, num processo cognitivo de

autocategorização, envolvendo não apenas afirmação de filiação num grupo ou categoria, mas também o contraste com outros grupos e categorias (Portes e Rumbaut, 2001).

Ainda segundo os autores (2001), pessoas a quais são consideradas como minorias dentro da sociedade, tanto por razões étnicas, raciais ou quaisquer outras, teriam mais consciência dessas características (Portes e Rumbaut, 2001). Podendo os jovens reagir de diversas maneiras, como coapitar com pressão psicológica produzida por essas diferenças e em busca de reduzir os conflitos através da assimilação ou reagir com reafirmação de sua identidade étnica (Portes e Rumbaut, 2001).

Logo, a diversidade na autodeclaração apresentada entre a segunda geração de latino-americanos entrevistada pode ser decorrente dessa escolha entre suprimir a identidade étnica ou reafirmá-la. Dado que entre os estrangeiros alguns se classificaram como brasileiros, uma vez que atualmente adotariam mais os costumes brasileiros do que os do país de origem; enquanto para outros, classificar-se como estrangeiro foi uma questão de afirmação, uma vez que se consideram diferentes dos brasileiros. Já entre os que se classificaram como sendo brasileiros e estrangeiros ao mesmo tempo parece haver um conflito entre a vontade de manter a herança étnica e também pertencerem ao grupo nacional; optando, portanto, pela classificação dentro dos dois grupos.

No entanto, independente da autodeclaração como brasileiro ou estrangeiro, outros fatores podem indicar como os processos de inserção na sociedade brasileira ocorrem e as barreiras pelas quais a segunda geração tem que passar; dentre elas, destaca-se a discriminação.

Quanto à questão da discriminação, quase metade dos entrevistados respondeu que já sofreu discriminação, embora um número muito similar tenha informado que nunca foi discriminado, um quarto respondeu que não sabia ou não

respondeu à questão. Indicando que, assim como a primeira geração, a segunda geração convive com os mesmos estigmas carregados por seus pais no processo de socialização a sociedade brasileira. Segundo Silva (1999), o país de origem seria um determinante na forma como os imigrantes são inseridos a sociedade brasileira, pautando quais imigrantes são estigmatizados (Silva, 1999).

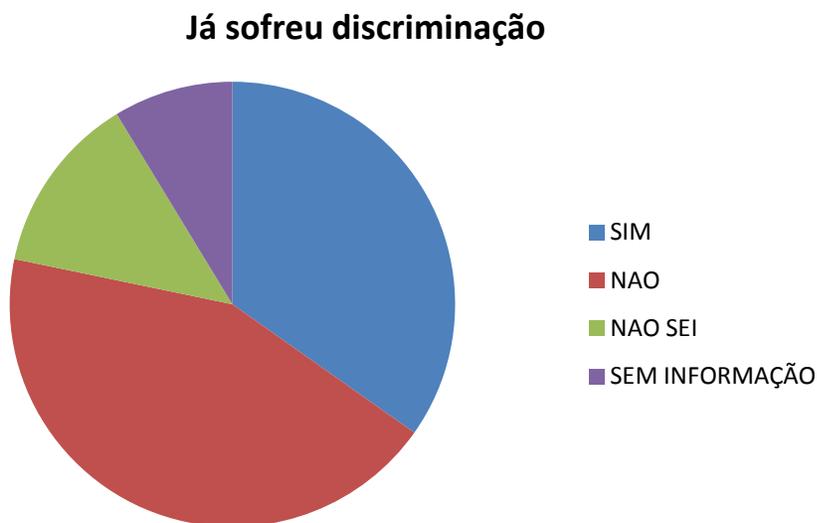
Vale lembrar, entretanto, a questão histórica da integração dos imigrantes hispano-americanos coloca-se de maneira diferenciada, pois a conjugação de vários fatores contribui para que a inserção de cada grupo apresente características próprias. Entre estes fatores destacamos a posição econômica e política que cada país ocupa em relação ao Brasil, bem como os fatores de ordem étnica e cultural. Isto significa que para os imigrantes menos qualificados, oriundos de países mais pobres em relação ao Brasil e com um alto percentual de pessoas com ascendência indígena, a sua socialização se dá de forma igualmente perversas como aquela oferecida aos migrantes internos. Isto significa que a luta pela sobrevivência se coloca de forma igualmente exigente para todos. Porém, para os imigrantes mais pobres, como é o caso dos bolivianos, paraguaios e peruanos, esta socialização apresenta um agravante a mais, ou seja, além das barreiras de ordem legal, expressa na dificuldade para documentarem-se, pesam sobre eles também vários estigmas, tornando ainda mais desiguais e desafiadoras suas trajetórias na cidade (Silva, 1999, p. 29).

Portanto, parte da segunda geração carrega consigo o mesmo processo da estigmatização sofrido pelos pais; embora metade tenha respondido que nunca sofreu discriminação ou não tenha respondido à questão. No entanto, dentre os entrevistados que afirmaram não ter sofrido discriminação, uma parte continuou a responder as questões relacionadas à pergunta, o que pode indicar que mesmo sofrendo discriminação, esses jovens negam o fato.

Assim como constatado por Simai e Baeninger (2011) em entrevistas com imigrantes bolivianos em São Paulo; que observaram várias formas de negação do racismo dentre os imigrantes. Segundo as autoras (2011), a negação do racismo por grupos étnicos majoritários e pela sociedade receptora de imigrantes tem se

tornado uma forma discursiva características da sociedade moderna (Simai e Baeninger, 2011). A negação do racismo estaria relacionada a processos de racionalização dos conflitos vivenciados, no qual o indivíduo busca diminuir ou ocultar o fato para manter uma coesão entre a sua situação e sociedade com objetivo de equilibrar a percepção dessas diferenças (Simai e Baeninger, 2011). Fato esse que pode estar ocorrendo entre a segunda geração de latino-americanos em São Paulo.

Gráfico 46
Segunda geração de latino-americanos, segundo percepção de discriminação*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011

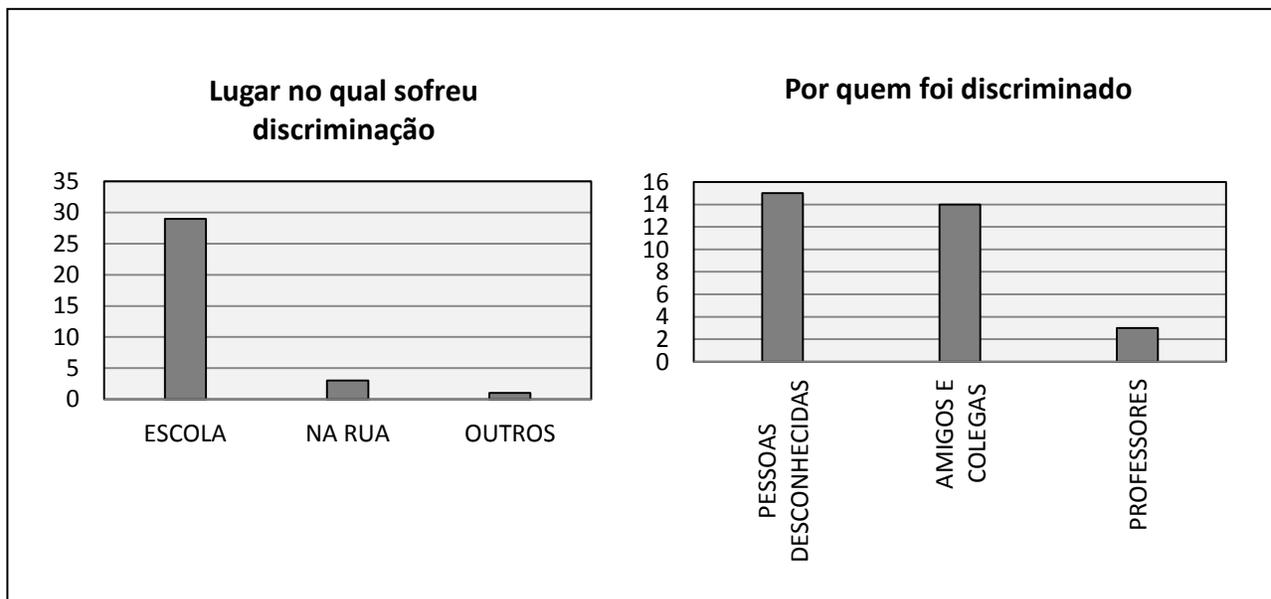
*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Entre os alunos que afirmaram já ter sofrido discriminação, a maior parte respondeu que sofreu a discriminação no ambiente escolar, conforme é possível observar na figura 10, enquanto a minoria relatou sofrer discriminações em outros lugares. Além disso, a maior parte relatou que a discriminação partiu de pessoas desconhecidas ou por amigos e colegas; a minoria dos entrevistados indicou que a discriminação ocorreu por parte dos professores. No geral, foi possível observar

que a discriminação dentro do ambiente escolar foi grande entre o grupo pesquisado.

Segundo Silva (2011), entre os processos de estranhamento entre a comunidade boliviana e a sociedade paulistana, é possível observar a discriminação e a onda recente de *bullying* contra crianças bolivianas, que foi constatada em algumas escolas de São Paulo; fato que não seria exceção nas relações entre imigrantes e brasileiros, ao contrário, seriam uma expressão que a multiculturalidade é marcada por tensões e resistências, de acordo com o autor (Silva, 2011). Percepção que corrobora com os resultados encontrados entre a segunda geração de latino-americanos pesquisada.

Figura 10
Segunda geração de latino-americanos, segundo local e pessoa pela qual foi discriminada*
São Paulo
2011

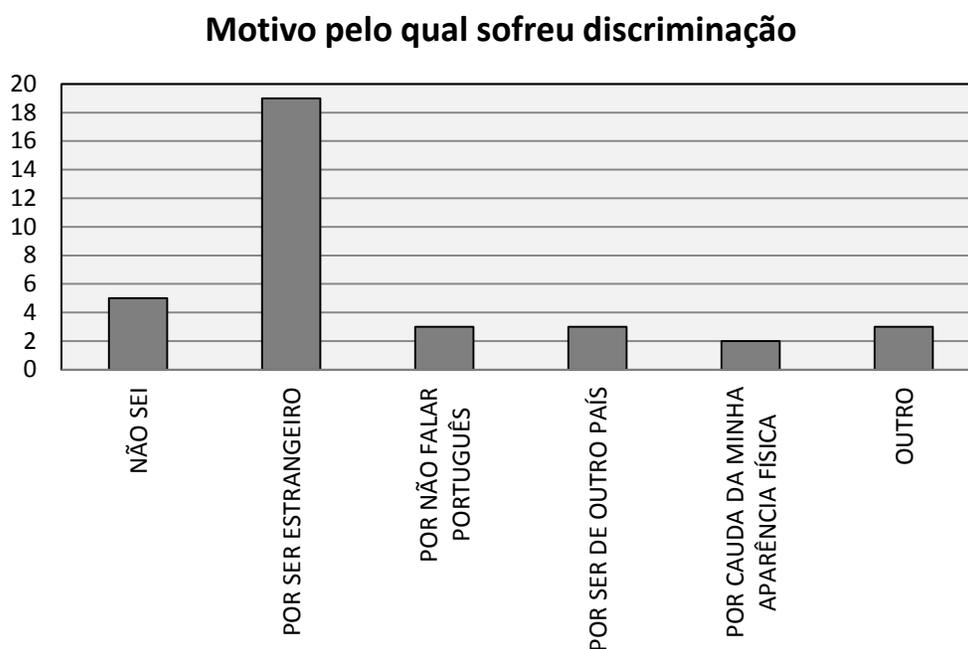


Fonte: Projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo". UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Entre os motivos pelos quais sofreram discriminação, a maioria indicou que foi discriminado por ser estrangeiro, conforme é possível observar no gráfico 47. Além disso, outros motivos foram citados como não falar corretamente o português, por ser de outro país e por causa da aparência física. No entanto, alguns não sabiam o motivo da discriminação.

Gráfico 47
Segunda geração de latino-americanos, segundo motivo da discriminação*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Além disso, alguns entrevistados foram mais específicos sobre os motivos da discriminação que sofreram e descreveram o motivo do preconceito; tal como é possível observar nas afirmações a seguir:

“Apenas por ser diferente, descendente de indígena. Tem brasileiro que fala que o Brasil é para os brasileiros”.

“Pela minha nacionalidade”.

“Por eu ter vindo de outro país”.

“Por ser boliviano”

“Por ser diferente ou por eu ser boliviana”.

“Porque meus pais vieram do estrangeiro”.

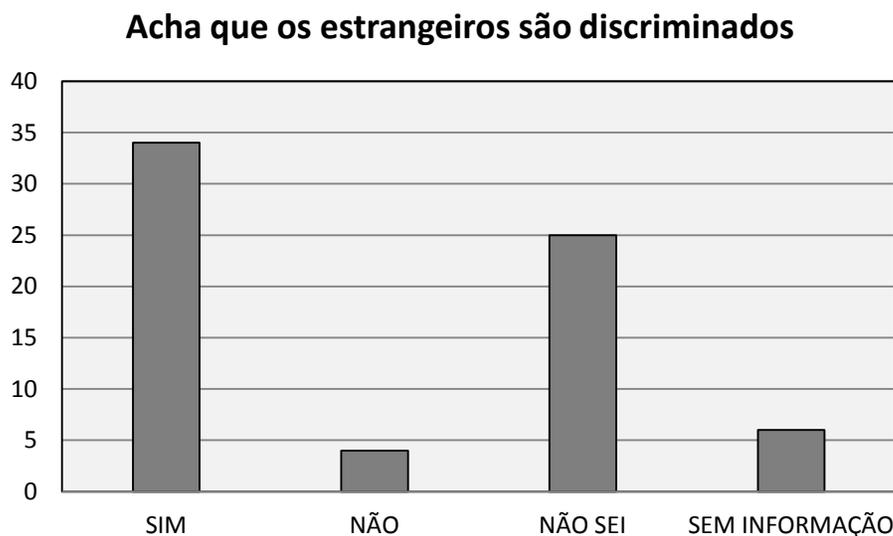
“Não sei por quê. Meus colegas da escola são preconceituosos”.

“Porque no começo eu não sabia falar português”.

Demonstrando que o preconceito estava diretamente relacionado ao ser estrangeiro. Quando questionados se achavam que no Brasil, de forma geral, os estrangeiros eram discriminados, a grande maioria respondeu que sim; uma parcela significativa disse que não sabia e apenas alguns disseram que não, conforme é possível observar no gráfico 48.

Gráfico 48

Segunda geração de latino-americanos, segundo percepção de discriminação*
São Paulo
2011



Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Entre os motivos relatados para a discriminação dos estrangeiros no geral o mais recorrente foi o preconceito contra os imigrantes. Simai e Baeninger (2011) também identificaram a presença de preconceito em relação aos imigrantes bolivianos em São Paulo; em suas diferentes formas discursivas, desde a exaltação da cultura indígena até os conflitos dentro do próprio grupo boliviano (Simai e Baeninger, 2001). As verbalizações a seguir ilustram essas formas de preconceito:

“Acho que porque somos estrangeiros e dizem essas pessoas ignorantes que lhes tiramos os empregos. Mas eles não sabem que os estrangeiros tem emprego porque os patrões pagam menos a eles”.

“Às vezes surge um preconceito pela aparência das pessoas ou pela cultura, mas isso não é sempre”.

“Às vezes, por serem mais bem sucedidos”.

“Eles ficam gozando do idioma deles, batendo neles”.

“Pela cor da pele”.

“Pela nacionalidade”.

“Pois às vezes tem um pouco de preconceito, racismo, não sei explicar”.

“Por elas serem de outro país e não conseguirem falar o português direito”.

“Por serem estrangeiros ou talvez por serem diferentes dos demais”.

“Porque elas não aceitam pessoas de outros países”.

“Porque eles falam diferente, pelo físico, por tudo são tratados de forma diferente. Só porque são estrangeiros de outro país”.

“Porque ficam falando que meu país é falso e humilhando verbalmente o meu país”.

“Porque não falam bem o português e não gostam muito de se reunir com brasileiros”.

“Porque vem de outro país e sofrem preconceito”.

Para os pais a discriminação dos filhos também foi um assunto importante; sendo alvo de preocupação entre eles e os adolescentes entrevistados. Assim como a segunda geração, os pais também evidenciam a questão da

discriminação dentro da escola; conforme é possível observar nos trechos dos relatos a seguir:

“A Bolívia é melhor para criar os filhos, porque (o Brasil) é muito violento, tem muita violência, tem discriminação na escola. É um ponto muito frágil aqui, que ninguém faz nada, quando às vezes eu chego na direção do colégio, o pessoal ouve só, mas não pode fazer nada. Tem esse racismo de branco para preto, de branco para índio, de negro para índio. E o incrível é que pequeno já, não sei se eles já vem com essa mentalidade”.

“Hoje em dia tá escutando muito discriminação contra filhos de bolivianos que está tendo nas escolas. Que eu vi aqui na televisão no canal sete, esse bullying, bullying que fala né. Mas eu nunca passei por essas situações com meus filhos, mas às vezes dá muita pena dos outros bolivianos que passam. Acho que é por causa da cor que eles têm, da diferença deles. Essa discriminação que tem um pouco com meus patrícios. Que a gente também sente aquilo que eles passam. Não vou falar que um dia não vou passar. Os filhos também, nas escolas mais que tudo. A gente viu muito aquele lugar lá no Brás, que falaram muita coisa, a gente viu muito reportagem aqui na televisão, no canal sete. Mas filhos nunca passaram isso, espero nunca passar, porque ninguém está livre dessas coisas”.

“O problema de preconceito, problema de que tem muito, bom não sei, também não acontece só com os bolivianos que tem muito preconceitos, também acontece com brasileiros. Mas eu acho muito ruim porque eu não vivia assim lá na minha terra. Lá não nunca tive muito isso de você é boliviano, você é brasileiro, você é chileno. A gente recebe muito bem lá o estrangeiro. Então foi muito ruim pra mim todo esse tempo. A G. sendo brasileira ela tem problema porque eles falam você é boliviana, ó Bolívia, ficam tirando sarro. Então essa parte que eu não gosto, não gosto”.

Demonstrando que para os pais a discriminação, principalmente dentro das escolas é uma grande preocupação. Mas não é apenas uma preocupação dos pais como dos próprios adolescentes e da escola; uma que vez todos os entrevistados retratam a questão, indicando que é um tema corrente nas relações entre brasileiros e estrangeiros.

Segundo Portes e Rumbaut (2001) a discriminação é um dos obstáculos externos que afetam o modo de incorporação e assimilação da segunda geração; tendo diferentes impactos nos diferentes grupos e seu impacto estaria intrinsecamente relacionado com a rede de suporte das comunidades étnicas (Portes e Rumbaut, 2001). Para os autores, nos Estados Unidos da América os traços físicos dos imigrantes adquirem grande importância, afetando as oportunidades dos imigrantes devido ao ambiente racialmente sensível norte-americano. No entanto, não há evidências para dizer que a cor ou etnia dos imigrantes são ou não obstáculos na incorporação dos imigrantes e da segunda geração no caso paulistano.

Para melhor entender e captar a questão da discriminação e dos conflitos dentro da escola, perguntas em escala foram feitas com objetivo dos alunos expressarem suas opiniões. Nesse sentido, os alunos brasileiros também responderam às mesmas perguntas, com objetivo de captar as diferentes percepções entre os dois grupos.

Conforme é possível observar no quadro 1, a maior parte da segunda geração concordou com a sentença que os alunos fazem amizade com alunos estrangeiros; bem como seus pares brasileiros. O que poderia indicar que apesar dos conflitos anteriormente mencionados, o grupo pesquisado acredita que os alunos interagem bem entre si. Além disso, metade da segunda geração afirmou que os estudantes são justos uns com os outros, enquanto dois terços dos brasileiros não achavam que os estudantes eram justos uns com os outros. Sobre as brigas entre alunos estrangeiros e brasileiros, mais da metade da segunda

geração afirmou que não ocorriam brigas com frequência, bastante similar à percepção dos brasileiros. Ademais, um terço da segunda geração e mais da metade de brasileiros não concordou que os alunos tratam os colegas de outros países e brasileiros de forma igual; indicando, portanto, que apesar dos alunos indicarem que os colegas fazem amizade com os alunos estrangeiros, essas relações não sempre são harmoniosas.

Quadro 1

	SEGUNDA GERAÇÃO		BRASILEIROS	
	Concordo	Não concordo	Concordo	Não concordo
Os alunos fazem amizade com estudantes de outros países	64	4	54	6
Os professores tratam os alunos brasileiros de outros países de forma igual	61	7	49	12
Eu não me sinto seguro na escola	26	41	28	29
Brigas sempre ocorrem entre os estudantes brasileiros e os estudantes de outros países	29	36	24	35
Os estudantes são justos uns com os outros	37	31	20	42
Os estudantes brasileiros sempre se referem aos alunos de outros países com palavrões	42	26	25	35
Os alunos tratam os colegas de outros países e brasileiros de forma igual	42	26	26	30
Os alunos de outro país sofrem por serem de outro país	37	30	34	26
Eu tenho medo de sofrer algum tipo de violência verbal ou física por ser de outro país	30	36	13	44
A escola e os professores tentam solucionar os problemas entre os alunos de outros países e os brasileiros	36	29	41	18
Mesmo eu tendo nascido no Brasil sou considerado pelo outros como de outro país	30	32	9	30
Os alunos de outros países são tratados de forma diferente pelos colegas	35	30	39	21
Os alunos de outros países são tratados de forma diferente pelos professores	8	58	12	47
Não há país melhor para viver que o Brasil	23	35	23	38
Já fui tratado de forma diferente por ser de outro país	26	37	4	49

Fonte: Projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo/Segunda geração de latino-americanos em São Paulo”. UNICAMP/NEPO/FAPESP/CNPq, 2011.

*Estudantes da rede pública de ensino entrevistados

Em relação aos conflitos, três quartos da segunda geração e menos da metade dos brasileiros concordaram com a sentença que os estudantes brasileiros sempre se referem aos alunos de outros países com palavrões. Embora o mesmo número de entrevistados da segunda geração afirme que os alunos tratam os colegas estrangeiros e brasileiros de forma igual; indicando uma contradição nas opiniões, uma vez que ao mesmo tempo que relatam que os alunos estrangeiros são tratados de forma diferente, são alvo de agressões verbais também acreditam que os alunos são tratados de forma igual entre si.

Além disso, metade dos estudantes disse que mesmo sendo brasileiro é considerado como estrangeiro, enquanto a outra metade disse que não. No entanto, a maioria informou que os professores tratam de forma igual os alunos, embora pouco menos da metade não concorde que os professores e a escola tentem solucionar os conflitos entre os alunos. Pouco menos da metade concordou que já foi tratado de forma diferente por ser estrangeiro e ter medo de sofrer algum tipo de violência física ou verbal na escola.

Portanto, ao observamos as respostas da pergunta em escala é possível observar que parte concordou que existem diferenças na interação entre os grupos, até mesmo conflitos, mas ao mesmo tempo, também acreditam que os alunos são justos uns com os outros e não fazem diferenciação ao estabelecer amizades. Demonstrando o caráter contraditório das relações estabelecidas entre os alunos; relações estas permeadas de encontros e desencontros, conflitos e entendimentos. Entre os brasileiros a percepção parece ser similar, com poucas diferenças apenas.

No intuito de entender como os jovens brasileiros entrevistados compreendiam a questão da discriminação de estrangeiros no Brasil, assim como para a segunda geração, o mesmos foram interrogados sobre se achavam que os estrangeiros sofriam discriminação no Brasil, dentre eles, 38 achavam que os estrangeiros eram discriminados, 8 achavam que não e 9 não sabiam.

Entre aqueles que acreditavam que os estrangeiros sofriam discriminação no Brasil, a maioria informou que o motivo da discriminação era o preconceito; como podemos observar nas verbalizações a seguir:

“Porque muitos ainda têm preconceito”.

“Tenho vários colegas que são tratados mal pois são de outro país”.

“Porque vem de outro país e alguns não falam nossa língua, etc”.

“Geralmente ocorre muita discriminação”.

“Porque tem muita gente preconceituosa”.

“Porque tem algumas pessoas que são preconceituosas”.

“Por preconceito”.

“Por causa da valorização do país”.

“As pessoas daqui se sentem diferentes com pessoas diferentes”.

“Porque querendo ou não o Brasil é um país preconceituoso”.

“Por serem diferentes, tipo o jeito de falar, etc”.

“Porque as pessoas que moram no nosso país não gostam de estrangeiros”.

“Porque eles não falam corretamente o português”.

“Pelo simples fato de não terem nascido aqui”.

“Por não ter nascido e o modo de ser e falar”.

“Porque eles falam de forma diferente e é por isso que todos tem um certo preconceito”.

“Eles são tratados diferentes porque são estrangeiros e são muito maltratados”.

“Por causa de sua aparência”.

“Nós brasileiros somos muito hipócritas e mesquinhos com os estrangeiros, principalmente bolivianos, equatorianos ou argentinos”.

“Porque ainda existe muito preconceito racial em nosso país”.

“Racismo”.

“Por causa da língua ou da aparência física”

“Porque eles são estrangeiros”

“Tipo um boliviano, quando ele é novo na escola, muitos tratam de forma diferente”

“Porque eles não são do nosso país”

“Pelo fato dessas pessoas não terem nascido aqui no Brasil”

Logo, para a maior parte dos adolescentes brasileiros entrevistados os estrangeiros são discriminados no Brasil e o motivo principal seria a discriminação por causa da nacionalidade dos mesmos.

Portanto, ao longo desse capítulo foi possível observar como a segunda geração e da geração 1.5 de latino-americanos se insere no sistema de ensino; além disso, também foi possível observar características como a presença do idioma espanhol entre a segunda geração, a inserção no trabalho, as relações com o país de origem, formas de discriminação e outros. No entanto, os resultados aqui encontrados são apenas parciais, uma vez que a segunda geração de latino-americanos em São Paulo ainda é muito nova, e, portanto ainda não completou seus estudos, não se inseriu formalmente no mercado de trabalho.

Entretanto, sua presença se mostra importante não apenas em termos numéricos, mas também em termos culturais. Entender a presença da segunda geração e da geração 1.5 é reconhecer que não apenas os imigrantes em si, a primeira geração, são afetados pelo movimento migratório, mas também seus descendentes, tendo nascido ou não no país de destino. Nesse sentido, esse capítulo tentou trazer luz a questões relacionadas à integração da segunda geração de latino-americanos em São Paulo, bem como seus desafios e conflitos.

Considerações finais

Essa dissertação teve como objetivo principal iniciar a discussão sobre o tema da segunda geração de imigrantes e trazer elementos para pensar o grupo em questão; especificamente da segunda geração de imigrantes latino-americanos em São Paulo, buscando evidenciar a importância de sua presença, o volume e a composição na Região Metropolitana de São Paulo a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, do Censo Escolar 2010 e pesquisa de campo.

A partir das análises aqui apresentadas foi possível demonstrar, ao menos parcialmente, como a presença dos filhos dos imigrantes é importante na composição do grupo imigrante, demonstrando que a inclusão da segunda geração altera o volume e a composição populacional dos grupos em questão. E, portanto, se faz importante para o entendimento do fenômeno migratório em suas diversas faces.

A importância da segunda geração ao analisarmos as populações imigrantes em São Paulo e a composição dessas famílias pôde ser constatada a partir das estruturas etárias das populações latino-americanas na RSMP, nas quais foi possível observar, no geral, para toda a primeira geração uma estrutura etária adulta com pequena presença de crianças e jovens, enquanto para a primeira e segunda geração em conjunto foi possível notar um rejuvenescimento da estrutura, com importante presença de crianças e jovens para todas as nacionalidades analisadas, sem exceção. Evidenciando que para além dos impactos da primeira geração de latino-americanos em São Paulo, também devemos buscar entender a questão de um ponto de vista mais amplo, levando em considerações ambas as gerações.

Assim sendo, podemos perceber que ao restringirmos os estudos migratórios apenas às questões relacionadas às primeiras gerações empobrecemos

o entendimento das comunidades migrantes e do fenômeno migratório em si. Além disso, deixamos de compreender como a segunda geração se relaciona com a sociedade receptora, no caso São Paulo. Relação essa que tem encontros e desencontros, passando entre a aceitação e a discriminação dos grupos imigrantes latino-americanos, como foi possível observar nas entrevistas em profundidade e na pesquisa de campo.

Entretanto, para entender essa relação muitos elementos precisam ser analisados. No caso da segunda geração latino-americana em São Paulo os elementos que mais se sobressaíram foram relacionados à questão da autoidentificação, do bilinguismo, da discriminação e do trabalho. No entanto, as análises aqui apresentadas precisam ser mais aprofundadas para que possam ser feitas conclusões a respeito da assimilação da segunda geração, trazendo, portanto, por ora, apenas subsídios para começar a entender o processo. Ademais, outro desafio se impõe: o grupo em questão ainda é novo, composto majoritariamente de crianças e adolescentes.

Portanto, analisar sua assimilação não seria eficaz uma vez que a mesma ainda não se estabeleceu de fato na sociedade, não terminou seus estudos e ingressou no mercado de trabalho, não possibilitando observar seu processo assimilatório na sociedade brasileira. Ademais, o tempo de exposição dessas crianças e adolescente a sociedade brasileira ainda é pequeno e os processos de assimilação vivenciados e observados encontram-se apenas nas fases iniciais. Logo, podemos apenas buscar os elementos iniciais para entender esse processo e seus desafios.

Mas supondo que a maior parte dessas crianças não retorne ao país de origem, elas realizarão a maior parte de sua socialização no Brasil. Todavia, por se tratar de uma população de origem estrangeira, principalmente em relações as raízes culturais, embora a maior parte tenha nacionalidade brasileira, estas crianças e adolescentes poderão enfrentar problemas de inserção na sociedade

brasileira e conflitos relacionados à sua autoidentificação, como vimos no terceiro capítulo. Desafios e conflitos esses que devem ser analisados para compreender como se dá a relação entre a segunda geração e a sociedade brasileira. Portanto, vale ressaltar que ignorar a bagagem cultural da segunda geração classificando-os como brasileiros, em primeiro lugar, é negar seu direito à descendência cultural e nacional e, em segundo lugar, ignorar os desafios enfrentados por eles no dia a dia, na convivência com seus pares nacionais, como no caso da escola. Diante disso, faz-se imperativo compreender mais profundamente a segunda geração, tanto para melhor entender seu papel dentro do fenômeno migratório como seu papel na formação das comunidades estrangeiras em São Paulo.

No que tange a escola, é fato que essas crianças são presença marcante nas escolas do centro de São Paulo. Isto nos leva a pensar que a questão imigratória vai muito além de se compreender a inserção dos imigrantes em si, mas também a integração de seus descendentes brasileiros e bem como as consequências dessa imigração para a sociedade brasileira. Isto nos leva a pensar na necessidade de políticas educacionais que contemplem o devido aproveitamento dessas crianças no sistema escolar, minimizando conflitos e harmonizando as diferenças.

Portanto, esse estudo teve como objetivo trazer luz a questão da segunda geração e alguns aspectos da sua assimilação na sociedade brasileira. Para tal, buscou-se o aporte teórico sobre segunda geração dos estudos norte-americanos (Portes, 1996; Portes e Rumbaut, 2001; Kasinitz, Mollenkopf, Waters, Holdaway, 2008). No entanto, o objetivo desse trabalho foi mais no sentido de encontrar caminhos para entender o processo de assimilação da segunda geração e não compreender o processo de assimilação em si.

Assim sendo, ao longo do trabalho foi possível observar como a questão da segunda geração foi tratada na bibliografia internacional e nacional, como a partir do Censo Demográfico podemos obter resultados parciais sobre a segunda

geração e finalmente, a partir da pesquisa de campo, como a segunda geração de latino-americanos em São Paulo se relaciona com seus pares nacionais e com a sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

ALBA, R; NEE, V. Rethinking assimilation theory for a new era of immigration. In: *International Migration Review*, vol. 41, n. 4, 1997.

ALBA, R; NEE, V. *Remaking the American mainstream: assimilation and contemporary immigration*. Harvard University Press, Cambridge, 2005.

ANTICO, C. “Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do Censo de 1991”. In: *Anais XI Encontro Nacional de Estudos de População da ABEP*, 1998, Caxambu: ABEP, 1998.

BACA, R.; BRYAN, D.; MCLEAN-BARDWELL, C.;GOMEZ, F. “Mexican immigration and the port-of-entry school”. In: *International Migration Review*, Vol. 23, N. 1, PP. 3-23, 1989.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. “Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entradas e saídas na polícia federal” In: CNPD. *Migrações internacionais – Contribuições para políticas*. Brasília, DF: 2001. p. 187-242.

BAENINGER, R.(org) *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2012.

BAENINGER, R; SIMAI, S. Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, R (org). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP, 2012.

BAILEY, B. “Dominican-American Ethnic/Racial Identities and United States Social Categories”. In: *International Migration Review*, Vol. 35, No. 3, 2001, pp. 677-708.

BASSANEZI, M. S. B. “Sposarsi nel Brasile: alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas”. In: BONI. L. A. (org) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, 1996.

BASSANEZI, M. S. C. B. “Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico”. In: PATARRA, N. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996.

BATISTA JR, P. N. A América do Sul em movimento. *Revista de Economia Política*, vol. 28, nº 2 (110), pp. 226-238 abril-junho/2008.

BAUER, M.; GASKELL, G. Qualitative Researching with text, image and sound. London: SAGE Foundation, 2003.

BONI, L. A. (org) A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Edições Est, 1996.

CARDOSO, R. C. L. "O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses". In: SAITO, H; MAEYAMA, T. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 1973.

CARLINER, G. "The language ability of U.S. Immigrants: assimilation and cohort effects". In International Migration Review, vol. 34, n. 1, 2000.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. São Paulo: ANPOCS, 2007. (Paper Anpocs).

CONFORTIN, H. Comportamento de falantes bilíngues do Alto Uruguai gaúcho frente a língua materna (dialeto italiano, e a língua portuguesa. In: BONI, L. A. (org) A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Edições Est, 1996.

COURGEAU, D. "Interaction between spatial mobility, family and career life cycle: A French survey". Sociological Review 1: 2. 139-162, 1985.

DEMARTINI, Z. B. F. Vivências diferenciadas entre três gerações de japoneses em São Paulo. In: Travessia Revista do Migrante, São Paulo, 1999.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. Les migrations. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

_____. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

FARLEY, R; ALBA, R. The second generation in the United States. In: International Migration Review, vol. 36, n. 3, 2002.

FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e a Migração: Mito e realidade. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Ouro Preto, 2002.

FAUSTO, B. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

FERNANDEZ-KELLY, M. P; SCHAUFFER, R. Divided fates: Immigrant children in a restructured U.S. economy. In: The International Migration Review, vol. 28, n. 4, 1994.

FIORI, José L. "Ajustes e milagres latino-americanos" In: Os Moedeiros Falsos. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

HARADA, K. O Nikkei no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HASHIMOTO, F; TANNO, J. L; OKAMOTO, M. S. (Org) Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: Editora UNESP, 2008

HIRSCHMAN, C. Problems and prospects of studying immigrant adaptation from the 1990 population census: From generational comparisons to the process of "becoming American". In: The International Migration Review, vol. 28, n. 4, 1994.

JENSEN, L; CHITOSE, Y. Today's second generation: Evidence from the 1990 U.S. Census. In: The International Migration Review, vol. 28, n.4, 1994.

KASINITZ , P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. "Worlds of the second generation" In: KASINITZ , P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. Becoming New Yorkers: ethnographies of the new second generation. New York: Russell Sage Foundation, 2004.

KASINITZ , P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C; HOLDAWAY, J. Inheriting the city: the children of immigrants come of age. Russell Sage Foundation, New York, 2008.

KAWAHARA, L. Um estudo transgeracional. Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2007.

LAMARE, J. W. The Political Integration of Mexican American Children: A Generational Analysis. In: International Migration Review, Vol. 16, No. 1, 1982, pp. 169-188

LESSER, J. Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MAGALHÃES, G. M. Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, USP, São Paulo, 2010.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, volume 30, número 2, p. 289 – 300, maio/ago, 2004.

MEDEIROS, Carlos A. "Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina" In: FIORI, J. L., CONCEIÇÃO, M. T. Poder e

dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ORLANDI, E. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Editora Pontes, 1999.

ORO, A. P. "Mi son talian: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos no Rio Grande do Sul". In: BONI, L. A. (org) A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Edições Est, 1996.

PAIVA, O. C. "A imigração de latino-americanos para São Paulo (Brasil): dois tempos de uma mesma história." São Paulo, Pastoral do Imigrante, 2007. Disponível na internet www.memorialdoimigrante.org.br/arquivos/artigofranca.pdf Acesso em setembro de 2009.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. *Mobilidade* espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.21, n.60, fev./2006.

----- Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005, formato PDF.

PATARRA, N. "Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão" In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (orgs). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar, Editora Sumaré, 2002.

PATARRA, N. "Principais fluxos migratórios entre os países da América do Sul " In: SEMINÁRIO: Migrações na América do Sul. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília, 2009. Disponível na internet:

<https://sistema.planalto.gov.br/.../exec/.../ApresentacaoProfNeide.pdf>
Acesso em setembro de 2009.

PERES, R. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá - MS. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Demografia. UNICAMP, Campinas, 2009.

PEREZ, L. "The household structure of second-generation children: an exploratory study of extended family arrangements" In: International Migration Review, vol 28, n.4, 1994.

PEARLANN, J; WALDINGER, R. Second generation decline? Children of immigrants, past, presente – a reconsideration. In: International Migration Review, vol 31, n. 4, 1997.

PEREIRA, J. H. V. Educação e fronteira: processos identitários de migrantes de diferentes etnias. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, USP, 2002.

PINHEIRO, S.E.M.; SUAREZ, M.T.S.M. Ser ou Não Ser Japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão Contemporâneo. Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2009

PORTES, Alejandro. "Preface". In: PORTES, Alejandro. The New Second Generation. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

_____ "Introduction: Immigration and its Aftermath". In: PORTES, Alejandro. The New Second Generation. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

_____ "Immigration and its aftermath". In: International Migration Review, Vol. 28, n. 4, 1994.

PORTES, A.; Zhou, M. "The new second generation: segmented assimilation and its variants" In: SUÁREZ-OROZCO, M; SUÁREZ-OROZCO, C; QIN, D. B. The new immigration: an interdisciplinary reader. New York: Taylor & Francis Group, 2005.

PORTES, A; HALLEY, W; FERNANDEZ-KELLY, P. "Filhos de imigrantes nos Estados Unidos". Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 1, São Paulo, 2008.

PORTES, A; RUMBAUT, R. G. Legacies: the story of the immigrant second generation. University of California Press e Russell Sage Foundation; California, 2001.

PORTES, A; SCHAUFFER, R. Language and the Second Generation: Bilingualism Yesterday and Today. In: International Migration Review, Vol. 28, No. 4, Special Issue: The New Second Generation, 1994, pp. 640-661.

PROJETO URB-AL rede 10. A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes como forma de combate à pobreza. Prefeitura da cidade de São Paulo, Instituto UNIEMP, Coordenado por KADLUBA, R. F. C. São Paulo, 2007. Disponível na internet em formato PDF. Site: <http://www.projetofabrica.com.br/i->

migrantes/noticias/imgracao_em_sao_paulo.pdf Acesso em setembro de 2009.

RUMBAUT, R. G. The crucible within: Ethnic identity, self-esteem, and segmented assimilation among children of immigrants. In: The International Migration Review, vol. 28, n. 4, 1994.

SAITO, H; MAEYAMA, T. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 1973.

SALES, T. "A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, Estados Unidos da América". In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.3, jul./set.2005.

----- Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1999.

SALES, T; LOUREIRO, M. "Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, Estados Unidos da América." In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004. Caxambu: ABEP, 2004. Formato PDF.

SAKURAI, C. Imigração tutelada: os japoneses no Brasil Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2000.

SILVA, Sidney A. Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

----- "Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas" In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998. Caxambu: Anais, 1998. <http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/1998.htm> Acesso em setembro de 2009.

----- "Hispano-americanos em São Paulo. In: Travessia Revista do Migrante, ano XII, n. 33, 1999.

----- "Fases da latinidade: Hispano-americanos em São Paulo" In: Textos NEPO 55, Campinas/UNICAMP, 2008.

TRUZZI, O. "*Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista*". In: FAUSTO, B. (org) Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

WATERS, M. C. "Ethnic and racial identities of second generation black immigrants in New York City. In: International Migration Review, vol 28, n. 4, 1994.

WATERS, M. C; JIMENEZ, T. R. Assessing immigrant assimilation: new empirical and theoretical challenges. In: Annual Review of Sociology, vol. 31, 2005.

WILLENS, E. Assimilação e populações marginais no Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

WILLIENS, E. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

XAVIER, I. R. Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Demografia. IFCH/UNICAMP, Campinas, 2010.

ZHOU, M. "Social capital and the adaptation of the second generation: the case of Vietnamese youth in New Orleans". In: International Migration Review, vol. 28, n. 4, 1994.

ZHOU, M; BANLSTON, C. L. Social capital and the adaptation of the second generation: The case of Vietnamese youth in New Orleans. In: The International Migration Review, vol. 28, n.4, 1994.

Anexo 1. Questionário



QUESTIONÁRIO SEGUNDA GERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Entrevistador:

Número do questionário:

Data da realização:

Local da realização:

Não Preencher

Qual é o seu primeiro nome:

Quantos anos você tem:

Qual é sua data de nascimento:

Qual é o seu sexo: () feminino () masculino

Em que país você nasceu: () Brasil () Bolívia () Paraguai () Peru () outro – qual:

Em que cidade você nasceu:

Em que país seu PAI nasceu: () Brasil () Bolívia () Paraguai () Peru () outro – qual:

Em que país sua MÃE nasceu: () Brasil () Bolívia () Paraguai () Peru () outro – qual:

Se você NÃO nasceu no Brasil:

Em que ano você chegou ao Brasil:

Quantos anos você tinha quando chegou no Brasil:

A quanto tempo você mora no Brasil: () mais de 10 anos () 5 a 9 anos () menos de 5 anos () menos de 1 ano

Você fala português: () sim () não () um pouco () razoavelmente () bem

Você tinha conhecimento prévio do português antes de chegar ao país: () sim () não

Seu conhecimento em português era: () ruim () regular () bom () ótimo

Você fez algum curso de português, além da escola: () sim () não

Se você nasceu no Brasil:

Você já morou no seu país de origem ou no país de origem de seus pais: () sim () não () não sei

Quando (período):

Você fala o idioma do seu país de origem ou de origem de seus pais: () sim () não

Qual: () espanhol () outro – qual:

Qual o seu grau de habilidade em espanhol ou no idioma falado por seus pais:

Fala: () ruim () regular () bom () ótimo

Escreve: () ruim () regular () bom () ótimo

Lê: () ruim () regular () bom () ótimo

Qual o idioma que você mais fala em casa:

() português () espanhol () os dois () outro, qual:

Qual idioma você mais fala no dia a dia:

() português () espanhol () os dois () outro, qual:

Seus pais conversam com você em que idioma: () português () espanhol () outro, qual:

Em qual idioma você fala com seus pais: () português () espanhol () os dois () outro, qual:

Quantas pessoas vivem com você na sua casa, além de você:

Quem mora com você na sua casa:

- () Pai () Tia
() Mãe () Primo
() Irmão/ã () Prima
() Avó () Padrinho
() Avô () Madrinha
() Tio () outros _____
-

Você tem irmãos/irmã: () sim () não

Todos os seus irmãos e irmãs moram no Brasil: () sim () não () não sei

Diga o primeiro nome dos seus irmãos/ãs, a idade e o país onde eles nasceram:

Nome e idade	País de nascimento	Nome e idade	País de nascimento

Você tem parentes no país de origem: () sim () não () não sei

Você mantém contato com eles: () sim () não

Com qual frequência você fala com eles: () sempre () de vez em quando () raramente () nunca () outro – qual

Como você fala com eles: () correspondência () telefone () visitas () internet () outros - qual:

Você volta frequentemente ao país de origem: () sim () não

Com que frequência você volta:

() sempre () uma vez ao ano () de vez em quando () raramente () nunca () Outro - qual _____

Se você NÃO nasceu no Brasil:

Você ou seus pais tinham parentes ou conhecidos no Brasil antes de mudar: () sim () não () não sei

Esses parentes ou conhecidos ajudaram na chegada no Brasil: () sim () não () não sei

Quem forneceu auxílio a sua família quando chegou: () parentes () amigos () não sei () instituição de apoio ao migrante () outro, qual:

Com quem você veio para o Brasil: () sozinho () pais () tios/tias () padrinho/madrinha () outros parentes () outro - quem:

Porque seus pais vieram para o Brasil: () melhorar a situação econômica () se reunir com a família () trabalhar () não sei () outro, qual:

Você frequenta as instituições de apoio ao migrante: () sim () não () não sei

Quais: () Pastoral do Migrante () Centro de Apoio ao Imigrante (CAMI)

() Igrejas () Memorial do Migrante () outros – qual:

Você estuda: () sim () não

Onde você estuda: () Escola pública () Escola particular () Outro - qual:

Em que série você está:

() ensino infantil

() fundamental I

() fundamental II

() Médio

() Universitário

Você pretende fazer faculdade: () sim () não () não sei

Você acha que de fato vai conseguir fazer faculdade: () sim () não () não sei

Onde você pretende fazer faculdade: () Brasil () país de origem () outro- qual:

Se você não pretende fazer faculdade, diga o porquê:

Você trabalha: () sim () não

Em que ramo você trabalha: () vendas () confecção/costura () comércio () serviços () artesanato

() artesanato () Outros - qual:

Você trabalha com a sua família: () sim () não

Quantas horas você trabalha: () meio período () período integral () fins de semana () outro - qual:

Porque você trabalha: () para ajudar a família () porque quero () outro- qual:

Você consegue conciliar o trabalho e os seus estudos: () sim () não () não sei

Os seus pais falam português:

Mãe: () sim () não () um pouco () razoavelmente () não sei () não tenho mãe

Pai: () sim () não () um pouco () razoavelmente () não sei () não tenho pai

Seu pai trabalha: () sim () não () não sei

Sua mãe trabalha: () sim () não () não sei

Qual é o ramo da atividade de trabalho do pai: () vendas () costura () comércio () serviços domésticos () artesanato () não sei () outros-qual:

Qual é o ramo da atividade de trabalho da mãe: () vendas () costura () comércio () serviços domésticos () artesanato () não sei () outros- qual:

Qual é a idade do seu pai

Qual é a idade da sua mãe:

Em que ano seu pai ao Brasil:

Em que ano sua mãe chegou ao Brasil (ano):

Seus pais já eram casados quando vieram para o Brasil: () Sim () não () não sei

Seus pais vieram juntos: () sim () não () não sei

A maioria dos amigos é:

() brasileira () da mesma nacionalidade que você () estrangeiros de outras nacionalidades

Ao conversar com amigos na escola você fala outra língua além do português: () sim () não

Qual idioma:

No dia a dia, com que frequência você fala em outra língua: () sempre () de vez em quando () raramente () nunca

Fora a escola, você frequenta outros lugares no qual tem contato com brasileiros: () sim () não

() cursos () atividades esportivas () igreja () casa de amigos () outros, qual:

For a escola, você frequenta outros lugares no qual tem contato com outros estrangeiros: () sim () não

() cursos () atividades esportivas () igreja () casa de amigos () outros, qual:

Você frequenta a Praça da Kantuta: () sempre () as vezes () raramente () nunca

Você frequenta a Rua Oriente: () sempre () as vezes () raramente () nunca

Você frequenta as festas realizadas em homenagem ao seu país de origem: () sempre () as vezes () raramente () nunca

Você pretende ficar no Brasil:

() ficar no Brasil () mudar para o país de origem de seus pais () mudar para outro país, qual:

Você gostaria de viver no Brasil ou no país de origem: () Brasil () origem

Você se considera brasileiro ou estrangeiro: () Brasileiro () estrangeiro () os dois () nenhum

Você já foi tratado de forma diferente por ser de outros países ou porque sua família é de outro país: () sim () não () não sei

Onde você foi tratado de forma diferente: () escola () trabalho () shopping e lojas () na rua () outros, qual:

Qual é ou foi a razão principal para você ter sido tratado de forma diferente:

Por quem você foi tratado de forma diferente:

Essas pessoas são: () Pessoas desconhecidas () amigos e colegas () professores () patrão () outros, quem:

Por que você acha que foi tratado de forma diferente:

() Não Sabe () por ser estrangeiro () por não falar bem português () por ser de outro país () por causa da minha aparência física () outro, qual:

Qual é a capital do seu país de origem ou de origem do seu país:

Quem é o presidente do país de origem:

Qual é a moeda do seu país de origem:

Sua família ajuda financeiramente alguém no país de origem: () sim () não () não sei

No geral, você acha que as pessoas que nasceram em outros países são tratados de forma diferente que as pessoas que nasceram aqui: () sim () não () não sei
Por que:

Marque se as afirmações a seguir são verdadeiras ou falsas:

Os estudantes fazem amizade com estudantes de outros países.

Os professores tratam os alunos brasileiros e de outros países de forma igual.

Eu não me sinto seguro na escola.

Brigas sempre ocorrem entre os estudantes brasileiros e os estudantes de outros países.

CONCORDO NÃO CONCORDO

Os estudantes são justos uns com os outros.	concordo	Não concordo
Os estudantes brasileiros sempre se referem aos alunos de outros países com palavrões.	concordo	Não concordo
Os alunos tratam os colegas de outros países e brasileiros de forma igual.	concordo	Não concordo
Os alunos de outros países sofrem por serem de outro país.	concordo	Não concordo
Eu tenho medo de sofrer algum tipo de violência verbal ou física por ser de outro país.	concordo	Não concordo
A escola e os professores tentam solucionar os problemas entre os alunos de outros países e brasileiros.	concordo	Não concordo
Mesmo eu tendo nascido no Brasil sou considerado pelo outros como de outros países.	concordo	Não concordo
Os alunos de outros países são tratados de forma diferente por colegas.	concordo	Não concordo
Os alunos de outros países são tratados de forma diferente por professores.	concordo	Não concordo
Não há país melhor para se viver que o Brasil.	concordo	Não concordo
Já fui tratado de forma diferente por ser de outro país.	concordo	Não concordo

O que você diria sobre a escola para alguém de outro país que chegasse aqui para estudar?

Como sua família se sente vivendo num país que não é o país de origem da família?

O que você acha de morar no Brasil?

Você gostaria de fazer algum comentário ou falar algo mais que não foi perguntado e você acha importante dizer:

